

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA-UEPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

***Estado, Ideologia e Educação no jornal “Tribuna dos
Municípios” de Irati- PR (1954-1959)***

Claudia Maria Petchak Zanlorenzi

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento

**Novembro
2006**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

***Estado, Ideologia e Educação no jornal “Tribuna dos
Municípios” de Irati-PR (1954-1959)***

Autora: Claudia Maria Petchak Zanlorenzi

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento

Este exemplar corresponde à redação final para
defesa da dissertação de Claudia Maria Petchak
Zanlorenzi.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel Moura
Nascimento (UEPG)

Comissão Julgadora:
Prof. Dr. José Carlos de Araújo (UFU)

Profa. Dra. Maria José Subtil (UEPG)

Prof. Dr. Adair Dalarosa (UEPG)

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UEPG**

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak

N17p **ESTADO, IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO NO JORNAL
“TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS” DE IRATI-PR (1954-1959)**
[s.n.], 2006.

Orientadora: Maria Isabel Moura Nascimento.

Dissertação de (mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa,
Faculdade de Educação.

1. Imprensa- Jornal (Irati, PR) – História da Educação. 2. Escolas públicas -
Imprensa. 3. Ideologia – Instituição Escolar. 4. Educação – Brasil – História.
I. Maria Isabel Moura Nascimento. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Faculdade de Educação. III. Título.

04-004-BFF

RESUMO

O presente trabalho refere-se à pesquisa do curso de Pós-Graduação da UEPG com o tema **Estado, Ideologia e Educação na “Tribuna dos Municípios” de Irati (1954-1959)**. Este estudo teve por objetivo geral analisar a relação entre o Estado e a Educação através dos artigos publicados no jornal *Tribuna dos Municípios* de Irati – PR, no período de 1954 a 1959. No percurso da investigação, procurou-se investigar como o jornal expressa sobre a educação; analisar os interesses dos grupos sociais sobre a educação, como também analisar as vinculações ideológicas presentes nas matérias sobre a educação, veiculadas pelo jornal. Para tanto, a análise do presente estudo teve como enfoque o materialismo histórico, pois o mesmo proporciona uma visão de totalidade, interconexão de fatos e contextualização, como também permite enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. O procedimento metodológico adotado na pesquisa foi a coleta e classificação de reportagens de jornais, pertencentes à Casa da Cultura de Irati, que tiveram a educação como eixo central. Foram feitas cópias na íntegra das reportagens, digitalizadas e organizadas em um banco de dados específico à pesquisa, para então serem analisadas. A pesquisa está dividida em 3 capítulos: A Ideologia, Estado e Jornal (1950), A Educação na década de 50 e O Jornal *Tribuna dos Municípios* e os temas mais enfocados. A pesquisa permitiu uma melhor compreensão do poder da ideologia do Estado burguês e a sua continuidade, a partir das contradições típicas de uma sociedade liberal, que vinha se afirmando, na qual a educação e a imprensa foram palco para esta hegemonia.

Palavras - chave: Educação, Estado, ideologia, imprensa.

ABSTRACT

The present study refers to the research conducted in the Post-graduation course at UEPG with the theme **State, Ideology and Education in the "Tribuna dos Municípios" from Irati (1954-1959)**. This study it had as a general objective: to analyze the relation between the State and the Education through the articles published in the periodical *Tribuna dos Municípios* from Irati - PR, within the period from 1954 to 1959. In the course of the inquiry it is investigated how the periodical expresses on the education and it is also analyzed the interests of the social groups on the education, as well as the ideological links present in the topics on the education propagated by the periodical. To do so, the analysis of the present study had as approach the historical materialism, because it provides a vision of totality, interconnection of facts and contextualization, as also allows emphasizing the historical dimension of the social processes. The methodological procedure adopted in the research was the assessment and classification of articles in the periodical, owned by the House of the Culture in Irati that had the education as central axle. Complete copies of these articles were made, digitalized and organized in a specific data base to the research and then they were analyzed. The research is divided in 3 chapters: The Ideology, State and newspaper (1950); Education in the 1950's through the periodical *Tribuna dos Municípios*, and, The newspaper *Tribuna dos Municípios* and the most focused themes. The research allowed a better understanding on the power of the ideology of the bourgeois State and its continuity, from the typical contradictions of a liberal society, that was affirming itself, in which the education and the press had been a stage for this hegemony.

Keywords: Education, State, ideology, press.

**A meu pai José Orlando Petchak (*in memoriam*)
jornalista de fato e à minha mãe, Nina, que me
introduziu no caminho da Educação.**

**Ao Alcione, Lília e Guilherme, minha família, que com
paciência, compreensão e apoio foram a força para
seguir adiante.**

AGRADECIMENTOS

À professora Maria Isabel Moura Nascimento que orientou esta pesquisa, mas que principalmente foi a amiga e o porto seguro para minhas inseguranças, minhas frustrações e meus receios.

Aos membros da Banca Examinadora de qualificação e defesa deste trabalho: Prof. Dr. José Carlos de Araújo (UFU), Prof. Dra. Maria José Subtil (UEPG) e Prof. Dr. Adair Dalarosa (UEPG), pelas sugestões apresentadas.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa HISTEDBR - Campos Gerais da UEPG que me ouviram e auxiliaram com sugestões e materiais: Kátia Osinski Ferreira, Aracely Mehl, Sonia Aparecida Cordeiro, Solange Collares, Marta Beatriz Dalligna e Célia Gonçalves.

Aos funcionários da Casa da Cultura de Irati que me acolheram como pesquisadora e forneceram as fontes para a pesquisa, em especial a Marili das Graças de Lara Teixeira, responsável pelo acervo histórico.

À professora Zélia Marochi e seus familiares, no apoio final do trabalho e a fim de compreendermos o proprietário e redator do jornal, Antonio Lopes Júnior, seu pai.

A todos os colegas que estiveram presentes nesta fase da minha vida.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	1ª edição do Jornal Tribuna dos Municípios	12
FIGURA 2	Grupo Escolar de Irati-Pr – Jornal <i>O Sul</i> .	26
FIGURA 3	Propaganda Ford – <i>Tribuna dos Municípios</i> -1955	32
FIGURA 4	Artista de Hollywood – Revista <i>O Cruzeiro</i> – 1954	34
FIGURA 5	Bolcheviques - Revista <i>O Cruzeiro</i> – 1954	40
FIGURA 6	Artista de Hollywood – Revista <i>O Cruzeiro</i> – 1954	44
FIGURA 7	Aranha: general da deflação - Revista <i>O Cruzeiro</i> – 1954	53
FIGURA 8	Enterro de Getúlio Vargas – Revista <i>O Cruzeiro</i> – 1954	53
FIGURA 9	Café bebe Café – Revista <i>O Cruzeiro</i> – 1954	54
FIGURA 10	Jucelino e o Presidente do EUA – Revista <i>O Cruzeiro</i> -1956	58
FIGURA 11	Irati em 1959	62
FIGURA 12	Localização Geografia do município de Irati	63
FIGURA 13	Estação Ferroviária de Irati – 1899	64
FIGURA 14	Carregamento de batata na Estação Ferroviária de Irati	65
FIGURA 15	Escolas de Irati – Jornal <i>Tribuna dos Municípios</i> – 1955	67
FIGURA 16	Escolas de Irati – Jornal <i>Tribuna dos Municípios</i> – 1955	67
FIGURA 17	Antonio Lopes Júnior lendo jornal	89
FIGURA 18	Propaganda do jornal em 1954	90
FIGURA 19	Propaganda do jornal em 1955	91
FIGURA 20	Propaganda de eletrodomésticos - Revista <i>O Cruzeiro</i> -1959	103

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1-Temas mais vinculados no Jornal <i>Tribuna dos Municípios</i>	82
--	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 Fontes catalogadas na pesquisa e disponibilizadas em CD-ROM

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
I - ESTADO, IMPRENSA E IDEOLOGIA (1950)	23
1.1. A imprensa na década de 50: uma instituição em transição.....	30
1.2. O retrato da década de 1950.....	36
1.3. As conseqüências do posicionamento do Estado revelado pelo jornal	38
1.4. O jornal e a ideologia dominante nos meios intelectuais.....	46
1.4.1. A ideologia pelas instituições.....	58
II - EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 50 RETRATADA PELO JORNAL	62
<i>TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS</i>	
2.1. Os Interesses dos grupos sociais sobre a educação.....	69
2.2. A educação na década de 1950.....	72
2.3. As discussões da época e a relação do Estado e a educação.....	76
III – O JORNAL <i>TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS</i> E OS TEMAS MAIS	88
ENFOCADOS	
3.1 – O jornal <i>Tribuna dos Municípios</i>	88
3.2 – Os temas mais abordados sobre a educação no jornal <i>Tribuna do</i>	91
<i>Municípios</i>	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	109
ANEXOS.....	114

INTRODUÇÃO

Nasci e cresci entre laudas de jornal e giz branco. De meu pai, Orlando (*in memorian*), jornalista de fato e não de direito, dado que não tinha o curso superior de jornalismo, herdei, entre tantas outras coisas, a vontade de conhecer o mundo e a busca sem medo de ir além do dado, do óbvio.

De minha mãe, Nina, e de minhas tias professoras veio a influência na escolha da profissão. Em meio a cadernos, cartilhas, diários de classe e avaliações, o mundo foi se mostrando para mim, na magia daquele ato, o ensinar.

A mistura destas influências, aliadas à falta de informações sobre a educação em Irati, foram os motivos que me levaram a pesquisar a imprensa e a educação, entre 1954 a 1959, através do jornal *Tribuna dos Municípios*¹.

No Brasil, os jornais foram e são fortes instrumentos de divulgação de idéias e condutas que influenciaram e influenciam o desenvolvimento do país e exerceram e exercem essa influência de diferentes formas e níveis pelas diversas regiões brasileiras.

A região Sul, como as outras regiões do país, viveu uma forte influência dos meios de comunicação como instrumentos para transmitir as idéias de uma determinada classe social. Sendo assim, constitui-se em um rico celeiro para investigação tratando-se de uma fonte expressa de um grupo social e “em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos de sua época.” (MARX, 1979, p. 56)

A presente pesquisa pretende apreender o posicionamento da imprensa sobre a questão educacional no período de 1954 a 1959², propondo-se a compreender os interesses presentes na imprensa local, bem como as preocupações de um grupo social específico, com relação à educação. A

¹ O jornal *Tribuna dos Municípios* foi fundado em 24 de maio de 1954, pelo senhor Antonio Lopes Júnior. O jornal *Tribuna dos Municípios* encerrou suas atividades em 21 de maio de 1978, após o falecimento do seu proprietário.

² A delimitação do estudo entre 1954 a 1959 deve-se ao fato de ser a única fonte de pesquisa completa encontrada, apesar de haver outros jornais no município com datas anteriores, mas que após levantamento só foi encontrado exemplares do ano de 1931 e que não poderiam dar subsídios ao estudo.

pesquisa procura enveredar por um caminho que leve em conta os diversos contextos: político, social, e econômico.

FIGURA 1

1ª edição jornal Tribuna dos Municípios – 24-05-1954



Fonte: Casa da Cultura Irati - PR

A relevância dos jornais relaciona-se com sua especificidade como veículo de circulação de idéias que representavam um determinado interesse, sendo este dependente do meio de vida dos homens. Assim como os indivíduos manifestam sua vida, assim são estes indivíduos, portanto o que são coincide com sua produção, com que produzem e como produzem. Enfim, o que os indivíduos são, depende de suas condições materiais de sua produção.(MARX, 1979, p. 27)

E neste sentido, podemos identificar que a forma como produzem suas idéias está interligada com sua atividade material e com relação entre os indivíduos. Porém na perspectiva do pensamento de Hegel³ e de como pensavam seus seguidores, isso ocorre de forma contrária, pois o

[...] que desce do céu à terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso;

³ Hegel interpreta a história como 'progresso na consciência da liberdade'. As formas de organização social correspondem à consciência da liberdade e, portanto, a consciência determina o ser. A consciência de uma época histórica e de um povo se expressa sobretudo na religião, 'que é onde o povo define por si mesmo o que considera como verdade [...]'. A religião é a consciência de um povo daquilo que ele é, do seu ser mais elevado' escreve Hegel. (BOTTOMORE, 2001, P. 174)

parte-se dos homens realmente ativos e, a partir do seu processo de vida real, expõe também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro do homem são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatáveis e ligado a pressupostos materiais [...]. (Idem, 1979, p. 37)

As informações veiculadas na imprensa permitem perceber que as relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 1989, p.231), enfim a concepção estabelecida pela sociedade é norteadas pelas suas práticas. Neste sentido, os jornais “[...] em nome da comunidade e não para promoção pessoal e política, são fontes de referência histórica [...].”(ORREDA, 1979, p. 181) que representam os interesses históricos de uma dada sociedade.

Por este motivo, é preciso ler o que um dado grupo social foi capaz de criar, negar, recriar e instituir como procedimento padrão por um determinado período, com o objetivo de alcançar seu desenvolvimento humano e social, “[...] o estudo dos jornais é de extrema importância para a compreensão de um período histórico [...].”(CAPELATO, 1989, p. 11)

Na história da educação, o uso da imprensa, como fonte e objeto de pesquisa, vem consolidando-se de maneira crescente, porém ainda muito tímida, não só no que diz respeito à produção da imprensa voltada para as questões educacionais, especificamente, como também da chamada grande imprensa que, não necessariamente, volta-se a um público especializado.

Este estudo tem por objetivo geral: Analisar a relação entre o Estado e a Educação através dos artigos publicados no jornal *Tribuna dos Municípios*⁴ de

⁴ O jornal *Tribuna dos Municípios*, de Irati - Pr, foi fundado por Antonio Lopes Júnior, em 24 de maio de 1954. Apesar de não ser um jornal específico da área educacional, ou seja, um periódico educacional, este jornal dependente apenas da publicidade local e sem grandes tiragens, traz em cada publicação artigos, notícias e anúncios que tratam do tema. Natural de Irati, Antonio Lopes Júnior, era Bacharel em Direito, contador, fundador e professor do Colégio Irati e Escola Técnica de Comércio Iratiense, onde lecionou português, contabilidade pública e economia política. Foi também membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná e consultor Jurídico da Federação do Comércio Varejista do Paraná. No setor político, foi eleito vereador em 1947, 1951, 1955 e 1959, suplente de deputado 1963-1966, elegeu-se em 1967-1970 e 1971 e 1974. (ORREDA, 1977, P. 108). “Antonio Lopes Junior foi professor de

Irati – PR, no período de 1954 a 1959, e como objetivos específicos pretende-se:

- ✓ investigar como o jornal expressou sobre a educação na região de Irati – PR;
- ✓ analisar os interesses dos grupos sociais sobre a educação no município de Irati- PR;
- ✓ analisar as vinculações ideológicas presentes nas matérias sobre a educação veiculadas pelo jornal *Tribuna dos Municípios*.

Para tanto a análise do presente estudo teve como enfoque o materialismo histórico, pois o mesmo proporciona uma visão de totalidade, interconexão de fatos e contextualização, como também permite enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. Com bases definidas em Marx e Engels, o materialismo histórico ressalta que a produção e o intercâmbio de seus produtos constituem a base de toda a ordem social, o que determina o processo, tanto social como político e espiritual.

As premissas de que partimos não constituem bases arbitrárias, nem dogmas; são antes bases reais de que só é possível abstrair no âmbito da imaginação. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua acção e as suas condições materiais de existência, quer se trate daqueles que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento quer das que ele próprio criou. (MARX; ENGELS, 1979, p.18)

Nesta perspectiva, será utilizado o método dialético, pois fornece condições para que a pesquisa possa ter uma análise dinâmica e totalizante da realidade, considerando os fatos não isolados, mas influenciados pela política, pela economia e pelo social. Diante disso, não basta ao pesquisador apenas levantar os documentos, é preciso interrogá-lo e enxergar as evidências que são construídas socialmente.

português e matemática do ensino secundário. Lente de sociologia do ensino normal. Professor de Economia Política, Contabilidade Pública, Prática Jurídico – Comercial, do ensino técnico. Contador. Quartoanista de Direito, são qualidades que reforçam o exemplo do seu trabalho [...].”(Tribuna dos Municípios, 11-09-1954). Os textos coletados para a pesquisa são de vários autores, não apenas do proprietário Antonio Lopes Júnior.

Este método caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, na qual ocorre sob a “[...] forma de interação – ainda que de forças desiguais, das quais o movimento econômico é, de longe, o mais forte, primordial, decisivo.” (MARX, In. FERNANDES, 1989, p. 463)

Percebe-se a importância do historiador, como alguém que buscará a racionalidade que está contida, mas não explicitada, nos fatos apresentados em conjunto. O direcionamento é fundamental para que não nos percamos apenas no levantamento de curiosidades de época, que servem para a “ilustração” pura e que, entretanto não contribuem para o conhecimento da realidade ou para a construção de uma História onde todos os agentes se encontrem representados e participando. “Já não se trata mais de imaginar correlações na cabeça, mas de descobri-las nos fatos.”(Idem, 1989, p.480)

Aqui devemos, contudo, tomar certos cuidados. As informações, ainda que “sem finalidade”, conforme anotado acima, não são desvinculadas da realidade. Além dos aspectos subjetivos implícitos na pena do redator, os jornais contam com diversos outros mecanismos de controle para não permitir que o veículo de comunicação acabe por atuar contra os próprios interesses do jornal ou da classe que representa, no caso a burguesia. No entanto, a subjetividade do articulista ou a pretensa neutralidade da imprensa não devem levar ao descarte desta fonte, pois são itens que serão filtrados a partir da perspectiva do historiador. (CAPELATO, 1989, p.12)

O procedimento metodológico adotado na pesquisa foi, inicialmente, a coleta e classificação de reportagens no jornal *Tribuna dos Municípios* que tiveram a educação como eixo central. Estes periódicos fazem parte do acervo da Casa da Cultura de Irati – PR. As notícias levantadas foram copiadas na íntegra das reportagens, digitalizadas e organizadas em um banco de dados específico, agrupadas por temas, para depois serem analisadas. Destas notícias foram elencadas as seguintes temáticas: alfabetização, ensino rural, educação e juventude, educação profissional, metodologia, educação e religião, professor, formação de professores, escolas, educação física, arte, merenda escolar, educação moral e cívica, ensino superior, prestação de contas.

Para o estudo, proposto nesta pesquisa estamos privilegiando as categorias⁵ de análise, que a partir das notícias expressas no jornal foram identificadas as seguintes: Estado, política, ideologia, poder, classes sociais e educação.

Nos levantamentos do estado do conhecimento aqui realizados a partir de teses e dissertações⁶, observaram-se as seguintes pesquisas que utilizam a imprensa escrita como fonte de pesquisa:

Em 1980, a autora Mary Lou Paris, defendeu a tese de livre docência sob o título **O Jornal: A Província de São Paulo (1875-1889)**, na Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação, na qual faz um levantamento de notícias do referido jornal relacionadas com a educação nesta época. A autora discorre sobre a posição do jornal em relação ao ensino religioso nas escolas públicas e o embate entre a Igreja - que procura manter sua posição política tradicional de supremacia e autoridade - e os republicanos tentando opor a este sistema que identificam um outro mais voltado às tendências liberais e modernizantes. Analisa também a falta de seriedade demonstrada pelos poderes públicos em relação a educação, no fim da Monarquia e o modo como funcionava o sistema representativo da época. Conclui que é impossível desvincular o jornal *A Província de São Paulo* da propaganda republicana. O jornal lutou contra a utilização do aparelho educacional como máquina eleitoral e contra o regime de união entre a escola e a religião. Propôs, entre as soluções para a “modernização” do país, que os particulares se encarregassem, pelo menos provisoriamente, do ensino, e que atenção especial fosse dada, tanto à educação dos direitos e deveres como à formação prática e profissional dos membros da sociedade.

Observa-se, nesta pesquisa, que o jornal foi porta voz de questões que permeavam a composição da sociedade. Numa época onde se afluíam as idéias liberais, o posicionamento do jornal estudado evidenciava aspectos ideológicos favoráveis à liberdade e à igualdade entre todos os cidadãos, mesmo que não ultrapassasse o limite do discurso.

⁵ Categoria – em geral, qualquer noção que sirva como regra para a investigação ou para a sua expressão lingüística em qualquer campo. (ABBAGNANO, 2003, p. 121)

⁶ Estado de conhecimento – O levantamento aqui realizado foi em teses e dissertações no país, relativas ao tema.

Pela Universidade Federal de Uberlândia, em 1999, Carlos Henrique de Carvalho, defende a dissertação de mestrado com o título **Imprensa e Educação: o pensamento educacional do professor Honório Guimarães (Uberabinha – MG, 1905-1922)**. Trata-se de um estudo sobre o pensamento educacional na forma de artigos no jornal *O Progresso* redigidos pelo professor Honório Guimarães. O trabalho compõe-se de três capítulos, sendo que no primeiro capítulo, *O Brasil republicano*, o autor busca compreender a ambiência histórico-educacional do Brasil republicano, procurando identificar, nesse contexto, as transformações pelas quais passava a sociedade brasileira, bem como as reformas educacionais que foram levadas adiante pela República, na tentativa de minimizar os índices de analfabetismo maculares da imagem do país e que, ao mesmo tempo, impediam sua marcha à civilização. No segundo capítulo, *A imprensa enquanto objeto de análise histórica*, é realizada uma discussão a respeito de como os jornais foram se constituindo em objeto de análise histórica, isto é, como o historiador se comporta perante esses novos documentos. Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o assunto, com o objetivo de salientar a importância da imprensa, enquanto fonte de pesquisa, dando destaque aos trabalhos que estão sendo desenvolvidos por estudiosos na linha temática Imprensa e Educação. Com o título *A dimensão política do pensamento educacional*, o terceiro capítulo compõe-se de um estudo dos artigos e editoriais publicados pelo professor Honório Guimarães, buscando identificar três aspectos fundamentais: as concepções educacionais no período republicano; a influência do positivismo em seu pensamento e o papel do ensino religioso perante a República. Finalizando, entre as considerações relatadas, conforme os objetivos da sua pesquisa, o autor diz que os jornais se constituem em fontes de pesquisa extremamente ricas para a História.

Essa dissertação nos possibilita verificar como o jornal é um aparato ideológico, amplamente utilizado. A análise dos artigos veiculados proporciona pistas dos pensamentos da classe que dominava o palco das discussões, neste caso específico, o positivismo⁷. Inserindo-se na perspectiva História

⁷ O positivismo surge, em fins do século XVIII-princípio do século XIX, como uma utopia crítico revolucionária da burguesia antiabsolutista, para tornar-se, no decorrer do século XIX, até nossos dias, uma ideologia conservadora identificada com a ordem (industrial-burguesa) estabelecida. Augusto Comte é considerado o fundador do positivismo. Ele inaugura a transmutação da visão de mundo positivista em ideologia, quer dizer, em sistema conceitual e

Nova, a pesquisa é um ponto de referência para trabalhos que utilizam a imprensa como fonte de pesquisa.

Também pela Universidade Federal de Uberlândia, em 2002, Sirlene de Castro Oliveira, defende a dissertação de mestrado **Embates entre o Ensino Religioso e o Ensino Laico na Imprensa de Uberaba, MG (1924-1934)**. Dividida em quatro capítulos, a dissertação constitui um estudo sobre o ensino religioso e o ensino laico em Uberaba, empreendido na imprensa, mais precisamente nos periódicos *Correio Católico* e *Lavoura e Comércio*. No primeiro capítulo, *Igreja e Educação nas origens da modernidade*, a autora procurou resgatar a trajetória histórica das duas instâncias diretamente ligadas ao objeto em questão, ou seja, o embate entre o ensino religioso e o ensino laico, realçando os aspectos que o circunscreveram. Com o título *A laicização da educação na República Velha*, o segundo capítulo procura apresentar o papel da educação em face dos interesses das instituições em questão e como a laicização implantada com a república em 1891 provocou mudanças no contexto educacional, analisa também a infiltração do pensamento liberal na educação e o acirramento dos debates entre os defensores deste e os representantes da Igreja Católica. O terceiro capítulo, *Uberaba: origem e desenvolvimento*, consiste na contextualização sócio-econômico-religiosa de Uberaba, com ênfase na educação e o seu processo de consolidação, bem como para a imprensa e a sua relevância no desenvolvimento local e regional. Ocupando-se da análise das publicações sobre o ensino religioso e laico, no quarto capítulo, *O embate entre o ensino religioso e o ensino laico na imprensa*, a autora busca enfocar as propostas para se implantar o ensino religioso nas escolas públicas, entre elas: o laicismo, o protestantismo, a liberdade de consciência, a moral, a educação e a instrução, a formação de

axiológico que tende à defesa da ordem estabelecida. O método positivo visa afastar a ameaça que representam as ideais negativas, críticas anárquicas, dissolventes e subversivas da filosofia do iluminismo e do socialismo utópico. O positivismo - em sua figuração "ideal típica" - está fundamentado num certo número de premissas que estruturam um "sistema coerente operacional": 1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural. 2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como "naturalismo positivista") e ser estudada pelos mesmos métodos, *demarchés* e processos empregados pelas ciências da natureza. 3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação casual dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos e de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos (LÖWY, 1998, p. 17-23).

professores e patriotismo. Nas considerações finais, são abordados os temas de cada capítulo e uma conclusão de cada um. A autora apresenta que o debate do estudo configura-se em um só, tanto nos dois periódicos quanto na literatura consultada, apontando um Estado laico ministrando uma educação laica. Aí se impõe a Gênese do conflito, como diz a autora, pois, legalmente, destituía-se a igreja do poder de “mestra”, o que na realidade não se efetivou. Entretanto, esta usou de todos os meios, principalmente a imprensa, para defesa de seus princípios. Todos os esforços foram revidados no sentido de se introduzir o ensino religioso nos currículos das escolas oficiais.

O trabalho realizado por Sirlene de Castro Oliveira nos mostra como dois jornais, dentro de suas perspectivas ideológicas, retratam um assunto instigante no fim da Primeira e início da Nova República. Época de grandes acontecimentos e discussões, entre eles os rumos da educação, a autora embasada na Escola de Annales, analisa o posicionamento de cada jornal comparando-os. Também é um trabalho que serve de exemplo para futuras pesquisas que pretendem utilizar a imprensa como objeto de estudo.

Na tese de doutorado, **Imprensa Pedagógica: um estudo de três revistas mineiras destinadas a Professores**, Isabel Cristina Alves da Silva Frade, pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 2000, analisa a produção mineira de três revistas pedagógicas, contrastando-as, em algumas situações, com outras revistas ou materiais pedagógicos produzidos no Brasil, tendo em vista pontos-chave como o objeto revista e sua forma de apresentação, com a descrição analítica de alguns de seus aspectos materiais e de conteúdo. São abordadas, também, algumas modalidades específicas de sua produção, circulação e venda, assim como as motivações editoriais para a sua edição, mediante a observação de elementos presentes no impresso e entrevistas com seus editores. Procura-se uma breve abordagem de algumas características de leitores-professores virtuais das revistas, bem como de alguns processos concretos de aproximação das editoras com o seu público. Busca-se, dessa forma, relacionar as modalidades de produção, o produto e seu pertencimento a determinada empresa de edição, para buscar uma visão relacional dos múltiplos determinantes que fazem com que as revistas pedagógicas sejam o que são. Assim, o estudo se localiza numa área multidisciplinar da educação, da comunicação, da linguagem, nos estudos da

leitura em seus aspectos sociológicos, na história do livro e das edições, na bibliografia. A convergência entre pontos de vista tão diversificados e, ao mesmo tempo, complementares, é buscada mediante o interesse pedagógico de compreensão da "imprensa pedagógica" e de seus modos de funcionamento.

Esta outra pesquisa utiliza, especificamente, periódicos de cunho educacional e, nesta perspectiva, se junta a maioria de pesquisas que utilizam a imprensa. Aborda o funcionamento da imprensa periódica, não se prendendo apenas nos discursos vinculados sobre a educação.

Maria Therezinha Nunes em **Gestos, Imagens e Ação das Professoras Primárias Mineiras: uma leitura do Jornal O Diário na Greve de 1959**, dissertação de mestrado defendida em 2000, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Educação, analisa, em perspectiva histórica e cultural, uma greve de professoras primárias ocorrida no Estado de Minas Gerais, em 1959. A fonte escolhida para a pesquisa foi *O Diário*, jornal pertencente à Igreja Católica. O objetivo era compreender o comportamento das professoras numa situação em que poderia ser percebida alguma resistência, embora aparecesse de forma ambígua e contraditória, como de fato aconteceu. Considerando a análise do discurso do jornal e a ausência de falas das próprias professoras, presumiu-se que a imprensa com frequência apresenta sua própria versão dos acontecimentos, escolhendo e classificando os fatos. Como o jornal escolhido para a pesquisa tinha uma forma de missão pedagógica e formativa, de acordo com a ideologia e a doutrina da Igreja Católica, a interpretação do papel e comportamento das professoras só foi possível com a "leitura" das entrelinhas e omissões na narrativa jornalística. Mesmo assim, as professoras mostraram com presenças, imagens, gestos e ações, a convicção e tenacidade com que estavam dispostas a defender seus interesses e objetivos. Apesar de tudo, elas agiram como protagonistas.

A dissertação de Maria Therezinha Nunes é uma fonte rica para se verificar a relação da imprensa e a ideologia dominante. Trata-se de uma pesquisa que serve de embasamento para futuros trabalhos, pois proporciona verificar o contexto histórico e os interesses da sociedade estudada.

Marcília Rosa Periotto⁸ em **A “espiral do progresso e a felicidade da nação”**: a instrução do povo para o advento do trabalho livre no Brasil de 1840 a 1850, tese de Doutorado, pela Faculdade de Educação - UNICAMP, em 2001, procura discutir metodologicamente a utilização da imprensa enquanto predominantemente educativa a partir da revista *O Progresso*. Esta escolha se explica pelo entendimento que a pesquisadora tem de que educar é tarefa de toda uma sociedade, e se realiza através de todos os meios disponíveis. A imprensa, mais especificamente a revista *O Progresso*, não se limitava apenas a anunciar os problemas nacionais, mas também despontava como um dos únicos meios disponíveis para a propagação das grandes debates que versavam sobre as causas dos empecilhos que revestiam as atividades econômicas no país. A preocupação da pesquisadora durante o decorrer desse trabalho, foi demonstrar que a educação permeia os homens, mesmo antes das iniciativas educacionais propriamente ditas, moldando-lhes a vida e o pensamento, construindo o homem necessário à época a que se refere. Sendo assim, interessou-lhe demonstrar o discurso pedagógico subjacente ao debate promovido pela revista, e analisar o sentido profundamente educativo exigido por uma época da história que tem a primazia da sua classe mais importante e que tão bem *O Progresso* soube expressar.

A opção pela imprensa local, para a presente pesquisa, *Estado, Ideologia e Educação no jornal “Tribuna dos Municípios” de Irati-PR (1954-1959)*, vem do pressuposto de que os meios de comunicação, através da imprensa escrita, asseguram a transmissão de informações e opiniões em função dos interesses de um grupo determinado, pois estes através das mensagens jornalísticas, “bem como os demais meios de reprodução simbólica, são “aparatos ideológicos”, funcionando se não monoliticamente, atrelados ao Estado [...]” (MELLO, 1985, p. 57), atuando, assim na consciência da sociedade.

A pesquisa, utiliza-se dos seguintes recursos gráficos para a identificação do tipo de fonte (primária ou secundária) que está sendo utilizada:

⁸ A apresentação deste trabalho está diferente dos demais, pois a professora Marcília Rosa Periotto forneceu à pesquisadora um artigo que retrata sua pesquisa e não o trabalho por inteiro, o qual contribuiu de forma expressiva, pois trata-se de uma professora da Universidade Estadual de Maringá que realiza pesquisas utilizando a imprensa.

- “*itálico*” - para as fontes primárias. As citações de fontes primárias mantiveram a redação original, sem qualquer atualização ortográfica.
- “sem itálico” - para as fontes secundárias (NASCIMENTO, 2004, p.10)

O presente trabalho está estruturado em três capítulos, sendo que, no primeiro buscamos entender o posicionamento da imprensa no contexto da década de 50, tanto como aparato ideológico como também o seu processo de transição para uma época em que o país estava efetivamente inserido no capitalismo e a industrialização, bem como a modernização do país, os quais eram os objetivos do Estado.

O segundo capítulo trata especificamente as discussões da época sobre a educação e o posicionamento do Estado, a partir das notícias vinculadas no jornal *Tribuna dos Municípios*.

O terceiro capítulo traz a história do jornal *Tribuna dos Municípios* e os temas mais vinculados que traduzem os interesses ideológicos da época do país e o reflexo no contexto local.

CAPÍTULO I

ESTADO, IMPRENSA E IDEOLOGIA (1950)

O único mal é a exploração do homem pelo homem; a única tarefa, instaurar uma ordem social em que não haja lugar para essa exploração; o único dever, contribuir para a luta em prol da nova ordem social; a única pauta para julgar a conduta humana, verificar se cada um contribui ou se opõe à causa [...].
(LÊNIN)

A imprensa, desde sua oficialização no Brasil, em 1808⁹, até o século XXI, vem caracterizando-se como instrumento de disseminação e manipulação de idéias. A ideologia presente nas notícias demonstra as concepções das classes que dominavam e ainda dominam o palco político, econômico e social, caracterizando-se como uma inversão de imagens e idéias que pretendem representar a realidade. Essas idéias, no imaginário social, tornam-se ideologia, dependendo do modo de produção econômica vigente na sociedade.

A produção dessas idéias, das representações e da consciência está ligada diretamente com a atividade material e o intercâmbio dos homens, pois não “[...] é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.”(MARX; ENGELS, 1979, p. 26)

Tais idéias representam o modo como essa realidade aparece ao homem e, se, por acaso, esta representação não demonstra a realidade efetiva é consequência do modo limitado de agir deste homem e das relações limitadas que surgem a partir disso.

A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa *câmera obscura*, isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objectos que se forma na retina é uma consequência

⁹ A imprensa oficial surge, no Brasil, em 1808, com a vinda da Corte de Dom João VI à Colônia, quando Antonio de Araújo, conde da Barca, trouxe um material tipográfico que seria instalado no Rio de Janeiro, futura capital do Reino. (BAHIA, J. 1972, p. 106)

do seu processo de vida directamente físico.[...] Mesmo as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, as sublimações necessariamente resultantes do processo da sua vida material que pode ser observado empiricamente e que repousa em bases materiais. (Idem, p. 25)

Os homens diante das limitações da sua atividade material, incapazes de resolver as contradições existentes na sociedade, projetam as formas ideológicas como soluções que disfarçam tais contradições. A ideologia, assim, é um processo de inversão e uma forma particular e intencional de interpretar a luta social. Esta inversão aparece como eterna e imutável, com o objetivo de ocultar a dominação e as divisões sociais, dando-lhe aparência de diferenças naturais, impedindo que idéias diferentes manifestem-se, pois “[...] os pensamentos da classe dominante são também em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual.” (MARX; ENGELS 1979, p. 55)

Para tanto, a classe dominante a partir do poder econômico, do capital¹⁰, possibilita a difusão de suas idéias, regulamentando a produção e distribuição destas, e a sua perpetuação, dando continuidade à sua dominação, enfim, mantendo a hegemonia¹¹.

Na medida que as idéias da classe dominante são apresentadas como universais, diante do seu interesse privado, há um mascaramento das contradições presentes no contexto histórico que impede a tomada de consciência da classe dominada, permitindo com isso,

¹⁰ Em linguagem comum, a palavra “capital” é geralmente usada para descrever um bem que um indivíduo possui como riqueza.[...] A ciência econômica burguesa amplia mais o uso desta expressão, entendendo-a também, como qualquer bem, de qualquer tipo, que possa ser usado como fonte de renda, ainda que apenas potencialmente. [...] De um modo geral, portanto, o capital é um bem que pode gerar um fluxo de renda para seu dono. (BOTTMORE, 2001, p. 44)

¹¹ O termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa “condizer”. “ser guia”, “ser líder”; ou também do verbo *eghemoneuo*, que significa “ser guia”, “preceder”, “conduzir”, e do qual deriva “estar à frente”, “comandar”, “senhor”. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Na época das guerras do Peloponeso, falou-se da cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das idades gregas em luta entre si. (GRUPPI, 1978, p. 1) Qualquer definição de hegemonia é complicada pelo uso da palavra em dois sentidos diametralmente opostos: significando domínio, como em “hegemonismo”, ou significando liderança e tendo implícita alguma noções de consentimento. [...] O segundo significado é mais comum na tradição marxista. (BOTTOMORE, 2001, p. 177)

[...] representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade, ou exprimindo a coisa no plano das idéias, a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade, a representá-los como únicos, razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos. (Idem, 1979, p. 57)

É nessa falsa unificação que se processa a divisão da sociedade em classe e a dominação vinculada ao trabalho, condição necessária para a existência da ideologia que está a serviço da classe dominante. Todavia para que esta ideologia não seja desmascarada, é necessário que a distribuição destas idéias seja concretizada num conjunto organizado de instituições políticas, jurídicas, administrativas, econômicas e sociais, através de um governo e dentro de um território autônomo e independente, o Estado.

Assim, o Estado não é um poder imposto, nem a imagem da moral e da razão, é sim um produto da sociedade, em certa fase de desenvolvimento, que se enredou numa contradição insolúvel consigo, em antagonismo de classe. Para que esse antagonismo -classes com interesses contrários - não se entredorem e não devorem a sociedade, tornou-se necessário um poder pairando aparentemente acima da sociedade e que tem que abafar o conflito mantê-lo dentro dos limites da "ordem". O Estado se caracteriza pelo agrupamento dos cidadãos de acordo com o território e a instituição de uma força pública. (MARX In. FERNANDES, 1989, p. 323)

O Estado que resulta da necessidade de conter os conflitos de classe, é um órgão da dominação de classe, de submissão de uma classe para outra, o Estado da classe mais poderosa. É através das instituições no qual é organizado (políticas, jurídicas, administrativas, econômicas e sociais), que o Estado desempenha a função de organização e dominação, conforme os diferentes tipos de relações de produção. É um aparelho para o exercício de poder, no qual não visa ao interesse geral, mas sim de um grupo específico – a classe economicamente dominante e que por meio do Estado torna-se também classe politicamente dominante, com novos meios de exploração. "O poder (ou seja, o poder do Estado) também é uma potência econômica." (Idem, 1989, p. 463)

Pode-se observar a ideologia do Estado e o seu poder, muito presente na imprensa, neste texto do jornal "*O Sul*" - Irati-PR, quando na 1ª República

disseminava-se a idéia de renovação da sociedade pela educação, e no qual o analfabetismo era a marca de entrave para o progresso, lema positivista exposto na bandeira do Brasil.

FIGURA 2

Grupo Escolar Irati – PR – Jornal *O Sul*-1929



Fonte: Casa da Cultura Irati - PR

Na sociedade de classes, o Estado burguês¹² tem a função social a cumprir: assegurar a coesão da sociedade, mantendo sob o controle o conflito entre as classes sociais antagônicas e impedindo dessa forma que tal conflito não deságüe na destruição desse modelo de sociedade. (SAES, 2001, p. 96) Tendo como suporte uma estrutura jurídica-política específica, o que torna possível esta reprodução, mantém esta organização através da criação de condições ideológicas segundo os princípios do pensamento liberal¹³ que será

¹² O Estado burguês opera por diferentes modos a unificação política dos agentes da produção, já isolados, no povo-nação. Isso nos permite distinguir diferentes formas de Estado burguês: a forma ditatorial, a forma liberal (representação puramente fundada no sufrágio universal), a forma fascista ou corporativa, a forma plebiscitária. Estas são as formas que o Estado burguês pode assumir numa formação social em função do nível de desenvolvimento da luta de classes. (SAES, 1985, p. 46)

¹³ Liberalismo - doutrina que tomou para si a defesa e a realização da liberdade no campo político. Nasceu e afirmou-se na Idade Moderna e pode ser dividida em duas fases: 1ª do sec.

propulsor das idéias que reforçam a dominação sob uma aparente liberdade individual.

Tais princípios trazem o indivíduo como o elemento a partir do qual se organiza o social. Cada homem individualmente tem na liberdade um direito natural que lhe garante viver e pensar da forma como queira. Para tanto, a sociedade é organizada a partir de regras e normas consensuais criadas pelo e para os indivíduos. O direito natural é institucionalizado no Estado por obra da organização dos indivíduos livres, com direitos e deveres civis, isto é com leis.

O princípio deste direito burguês é a igualdade aos desiguais, e para tanto, o Estado cria condições ideológicas para a reprodução das relações de produção capitalista¹⁴, enfim uma forma para que esta produção continue ocorrendo.

Nesta perspectiva, capitalismo utiliza-se do discurso democrático, da individualização e da meritocracia¹⁵- um dos principais princípios da ideologia liberal- criando a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais “econômicos”. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 581)

No liberalismo, o Estado tem por finalidade organizar o poder político e propiciar as condições para o livre desenvolvimento das atividades dos cidadãos, individualmente ou organizados conforme interesses comuns. A visão liberal clássica separa o Estado da sociedade civil, considerando-a esfera exclusiva da política, enquanto que a sociedade civil seria o espaço das atividades econômicas e sociais. Assim sendo, essa sociedade não pode intervir nos mecanismos administrativos do Estado, em contrapartida, o Estado

XVIII, caracterizada pelo individualismo, 2ª do séc. XIX, caracterizada pelo estatismo. (ABBGANANO, 2003, p. 604)

¹⁴ Capitalismo – Denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. O capital pode tomar a forma de dinheiro ou de crédito para compra da força de trabalho e dos materiais necessários à produção, a forma de maquinaria física (capital em sentido restrito), ou, finalmente, a forma de estoques de bens acabados ou de trabalho em processo. Qualquer que seja a sua forma, é a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe, a classe dos capitalistas, com a exumação do restante da população, que constitui a característica básica do capitalismo como modo de produção. (BOTTOMORE, 2011, p. 51)

¹⁵ Em uma meritocracia o indivíduo é considerado como tendo “livre escolha”, capaz de ir tão alto quanto sua motivação, desejo e habilidade o levem. Um indivíduo que não alcance o sucesso só tem a si próprio para culpar, dede que não tirou vantagens dos meios a ele disponíveis. Estas são crenças profundamente arraigadas. Não é surpreendente que aqueles que conseguem sucesso em qualquer sociedade, orientem seu pensamento para louvar o sistema que lhes permitiu vencer, antes do que para questioná-lo ou condená-lo. (ROSSI, 1978, p. 71)

não interfere nas atividades sócio-econômicas, restritivas à esfera privada. (OLIVEIRA, 2001, p. 111-148)

Diante disso, fazendo-se valer dos interesses da classe dominante, a transformação jurídica – política do Estado é condição necessária ao modo de produção capitalista, pois através desta transformação irá legalizar, administrar e regular a luta de classes, assegurando a ordem social, onde o

[...] Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e os seus interesses, tanto no exterior como no interior. [...] Sendo portanto o Estado a forma através da qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil da época, conclui-se que todas as instituições públicas têm o Estado como mediador e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa sobre a vontade e, melhor ainda sobre uma vontade livre, desligada de sua base concreta. (MARX; ENGELS, 1979, p. 95)

Nessa organização, o Estado, além de ser instrumento de dominação e exploração, contribui para reprodução das relações de produção, através de suas instituições, os aparatos ideológicos. E para que haja a continuidade do capitalismo, a reprodução das relações de produção que se coloca na sociedade dividida em classe é fator primordial, para qualquer

[...] que seja sempre a forma social do processo de produção ele tem de ser contínuo ou periodicamente percorrer, novamente, as mesmas fases. Assim como uma sociedade não pode parar de consumir, também ela não pode parar de produzir. Todo o processo social de produção, considerado na sua continuidade e no constante fluxo de sua renovação, é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução. (MARX In. FERNANDES, 1989, p. 376)

São os aparelhos ideológicos atrelados ao Estado, independente de sua forma, que contribuem para a reprodução das relações de exploração capitalista, utilizando-se assim de outros meios para disseminar as idéias dominantes.

Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. [...] podemos, pelo momento, considerar como aparelhos ideológicos do Estado as seguintes instituições (a ordem de enumeração não tem nenhum

significado especial): aparelho religioso (o sistema das diferentes igrejas), aparelho escolar (o sistema das diferentes “escolas” públicas e privadas), aparelho familiar, aparelho jurídico, aparelho político (o sistema político, os diferentes Partidos), aparelho sindical, aparelho de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc.), aparelho cultural (Letras, Belas Artes, esportes, etc.). (ALTHUSSER, 1985, p. 68)

Neste sentido, a imprensa e os demais meios de reprodução simbólica, incluída nestes a educação, são instituições que estarão a serviço da classe dominante, e esta só conseguirá a hegemonia se exercer poder nas instituições que fazem parte do Estado. Todos os aparelhos ideológicos do Estado concorrem para a reprodução das relações de produção e

Cada um deles concorre para este resultado de maneira que lhe é própria. O aparelho político sujeitando os indivíduos à ideologia política do Estado, a ideologia “democrática”, “indirecta” (parlamentar) ou “directa” (plebiscitária ou fascista). O aparelho de informação embutindo, através da imprensa, do rádio, da televisão, em todos os “cidadãos”, doses quotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc. (ALTHUSSER, 1980, p. 78)

A imprensa no Brasil, como aparelho ideológico, mais especificamente o jornal, desde o absolutismo expresso na imprensa áulica¹⁶ da fase imperial, passando pelas idéias liberais republicanas, o imperialismo americano e o capitalismo através das publicidades até a censura com o golpe militar, tornou-se um órgão vivo do movimento das idéias conforme o contexto histórico, visto nas notícias, nos editoriais, publicidades e artigos. Este é um veículo de informação, como também porta voz do pensamento dominante que utilizou forma direta ou indireta o jornal.

A imprensa tem um papel fundamental na formação de opiniões, expressando os projetos político-ideológicos da elite para o país. Procurando sedimentar tais idéias dentro da sociedade, transformando seus interesses em interesses gerais, criando uma ideologia própria, a oligarquia e a grande imprensa acabam utilizando-se dos mais diversos meios para isso, dos diretos aos indiretos.

¹⁶ Áulico - Próprio de cortesão. FERREIRA, A.B.H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. A imprensa áulica “[...] deveria ser imparcialmente a favor do absolutismo e constituir-se em órgão de sua louvação.” (SODRÉ, 1999, P. 29)

1.1- A imprensa na década de 50: uma instituição em transição

A imprensa, representada pelo jornal, tem a função de ultrapassar os interesses de ocultar os fatos e sim de dizer primordialmente e efetivamente a verdade, pois é “[...] o cão-de-guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme sua liberdade.”(MARX, 1980, p.68)

É função primordial da imprensa perseguir sempre a verdade, porém diferente desse modo de conceber o sentido da imprensa, as notícias por ela organizadas, são como um véu espesso que as impedem de revelar a verdade.

Eu, de minha parte, asseguro-lhes, cavalheiros, eu prefiro acompanhar os grandes acontecimentos mundiais, analisar o rumo da história, do que pelejar com ídolos locais, com policiais, com tribunais. Não importa o quanto esses cavalheiros podem se considerar grandes em suas próprias imaginações, eles não são nada, absolutamente nada nas titânicas lutas dos dias de hoje. Considero um verdadeiro sacrifício quando decidimos medir forças com estes oponentes. Mas, de uma vez por todas, é o dever da imprensa tomar a palavra em favor dos oprimidos à sua volta [...]. O primeiro dever da imprensa, portanto, é minar todas as bases do sistema político existente. (Idem, p. 70)

Esse véu espesso foi bem utilizado pela classe dominante que, no decorrer dos anos, usufruiu do poder ideológico da imprensa para revelar seus interesses a partir dos discursos veiculados, das publicidades, bem como pela repercussão das notícias. Nos jornais de cada época, podem-se observar as contradições existentes e o caráter ideológico disseminado por um grupo social numa sociedade determinada.

Usufruindo então do poder da informação e da opinião que lhe é peculiar, a imprensa foi palco de idéias e concepções vinculadas à elite capitalista e ao Estado burguês, pois mesmo que a intenção fosse de se posicionar contra, esta dependia da regularização do Estado que não mediu esforços para mostrar sua força e sua ideologia, até mesmo com repressão.

Na década de 50 e após a II Guerra Mundial¹⁷, as mudanças ocorridas relacionadas com o momento histórico, político e econômico, no qual o Brasil

¹⁷ A Segunda Guerra Mundial aconteceu de 1939 a 1945. A contribuição à tensão das décadas de 20 e 30 deve-se à emergência dos Estados Unidos como potência, transformada no

estava passando, entre elas a industrialização, urbanização e a influência do capitalismo americano, obriga o jornalismo tomar novas formas de veiculação. Diante disso, novas técnicas jornalísticas de origem norte americana foram sendo implantadas nos periódicos brasileiros.

Entregando-se aos ditames do capitalismo de uma sociedade que se inseria em novos padrões de consumo, os jornais - agora dependentes do mercado e visando lucro - deixam seu caráter opinativo e literário para informativo e empresarial, dando prioridade à notícia em detrimento à opinião.

Esse jornalismo de opinião tinha forte influência francesa e foi dominante desde os primórdios da imprensa brasileira até a década de 60. Foi gradualmente substituído pelo modelo norte americano: um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação. (RAMOS, 1996, p. 15)

Com a dependência do mercado, os periódicos são obrigados a ficar mais interessantes ao maior número de leitores e conseqüentemente ao maior número de eleitores. Sendo assim, foi necessário organizar formas de levar as notícias, o marketing das empresas, as promoções, os classificados, enfim a ideologia capitalista, mais rapidamente à população e com maior objetividade. Inicia-se a era jornalística da produção em escala industrial e empresarial.

Com a passagem gradativa de um jornalismo de opinião para um jornalismo informativo, o próprio veículo é reformulado: aumenta o número de páginas cobrindo os eventos cotidianos; artigos, até então curtos e numerosos, cedem lugar às informações selecionadas; os debates filosóficos e literários que eram numerosos declinam e passam a ocupar as páginas das edições de domingo; temas como moda, restaurantes, consumo, agora suplantam as informações sobre eventos culturais; e, por fim, a divisão entre informação e opinião, procurando garantir um tipo de escrita normativa e analítica em detrimento das opiniões mais pessoalizadas. (ORTIZ, 2001, p. 193)

principal pólo do desenvolvimento capitalista mundial. O socialismo triunfante da União Soviética também teve seu papel no crescimento das tensões do período ao provocar um clima de ameaça aos poderes constituídos, nas nações capitalistas, levando-as, muitas vezes, a políticas internas e externas contra o que chamavam de “perigo vermelho”, buscando conter o avanço das idéias socialistas. As dificuldades financeiras, as divergências ideológicas e as ameaças nazifacistas geraram tensões entre os diversos países, os quais, incessantemente, procuravam aparelhar-se militarmente. No final dos anos 30, impasses sucessivos entre as potências, em função especialmente da expansão territorial da Alemanha nazista, desembocaram no mais violento conflito da História: a Segunda Guerra Mundial. (VICENTINO, 1994, p. 179)

O jornal de opinião, então, ficava relegado aos pequenos jornais das cidades do interior, que ainda utilizavam, em seus artigos, opiniões pessoalizadas como é o caso do Jornal de Irati a *Tribuna dos Municípios*, o qual demonstra a seguinte posição em relação à função da imprensa:

*Faz-se mister na vida de todos os municípios progressistas, órgãos de imprensa queintonizem todas as suas energias, que ascultem todos os seus problemas, que faça público e defenda todos os seus interesses*¹⁸ (*Tribuna dos Municípios*, 24-05-1954).

Como também denuncia como esta tem se colocado diante dessa função em uma época em que o jornalismo é reformulado:

A imprensa afastada de suas verdadeiras finalidades, procura sensacionalismo para levar escândalos de tãda a sorte, contados nos seus mínimos detalhes, para dentro dos lares brasileiros. (*Tribuna dos Municípios* - 13-06-1954)

Os jornais passam por um momento de transição nos grandes centros urbanos, enquanto no interior do Brasil, ainda existiam os pequenos jornais de caráter opinativo, dependente dos favores do Estado, de pequenos anúncios populares e da publicidade de lojas locais. Entretanto, por mais que mantivessem as características opinativas estes já demonstravam as conseqüências do capitalismo nas publicidades das grandes redes de empresas, que teria sua concretização até os anos 60.

FIGURA 3

Propaganda Ford – *Tribuna dos Municípios*-23-05-1955



Fonte: Casa da Cultura - Irati- PR

¹⁸ Os fragmentos de notícias estão digitados na íntegra.

Nos grandes centros, a imprensa já com estrutura empresarial, vai demonstrar com evidência, influências do imperialismo americano, principalmente nas publicidades que mantêm os jornais em circulação. O grande interesse sobre o modelo americano, principalmente sob a inspiração do cinema, teve presente nas cidades, tanto aos olhos dos “inferiores” como do consumo moderno dos “superiores”, dos ricos e privilegiados. (ALMEIDA, 1998, p. 605) Esses jornais, nos anos que se seguiram, dependiam das grandes agências de publicidades estrangeiras para manter a sua circulação. As propagandas de grandes redes e as reportagens antinacionalistas¹⁹ demonstram o quanto a imprensa estava dependente dos ditames capitalistas.

Nesse ideário, no qual a industrialização e o desenvolvimento econômico seriam “a ordem do dia” nos discursos políticos, a imprensa tentou garantir o seu trabalho e em certos casos usufruindo o seu poder de persuasão para criticar governos e ao mesmo tempo apoiarem ideais contrários ao nacionalismo. Por trás de toda a publicidade, colocava-se a questão de sobrevivência dos periódicos, as suas condições materiais e a dependência das agências de publicidade que direcionavam o caminho que deviam seguir, era o imperialismo americano na imprensa.

Consagrava-se a época das grandes corporações que viriam a manipular as opiniões na imprensa com campanhas gigantescas e reduzir a possibilidade de multiplicação de jornais resumindo-se as grandes empresas, dependentes do papel importado e das agências estrangeiras de publicidade e de notícias. Era a ideologia do capitalismo estrangeiro sendo disseminado nas publicações jornalísticas, tanto em artigo que implicitamente lançavam mão de idéias do liberalismo econômico como nas propagandas de grandes empresas estrangeiras.

A imprensa, que até os anos 30-40 dependia de favores do Estado, de pequenos anúncios populares ou domésticos e da publicidade das lojas comerciais. Nos anos 50 começaram os investimentos no setor

¹⁹ A corrente de pensamento de maior influência nos anos 50 foi a nacionalista. A tese central dos nacionalistas apoiava-se na possibilidade de desenvolvimento independente do Brasil através da industrialização comandada pela burguesia e por capitais nacionais. Isto, no entanto, não significava uma aversão absoluta ao capital e tecnologia estrangeiros, aceitos na medida em que se submetessem ao controle nacional. (RODRIGES, 1992, p. 20)

publicitário e teve início a implantação no país de grandes agências nacionais e estrangeiras de publicidade. (SODRÉ, 1999, p. 407)

Os monopólios se ampliam, porém, agora, sob o controle de opinião das grandes agências de publicidade. A indústria cultural inicia a massificação do rádio, das novas mídias - a televisão e o cinema - como também a distribuição de revistas em quadrinhos americanas, disseminando a ideologia do capitalismo.

FIGURA 4
Artistas Hollywood – Revista *O Cruzeiro*- 1954



Fonte: Casa da Cultura Irati - PR

Baseando-se no modelo norte-americano, os editoriais evidenciam a utilização da ideologia como arma para a seleção da informação a ser divulgada. Esta seleção é o principal instrumento de que dispõe a instituição para expressar a sua opinião, privilegiando certos assuntos, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos, tendo como pano de fundo a dependência nos espaços publicitários, suas fontes financeiras. (MELLO, 1985, p. 79)

A liberdade de imprensa, na sociedade capitalista, é condicionada pelo capital, dependente cada vez mais das agências de publicidade, ocorrendo de forma oculta a ideologia do Estado burguês.

É neste contexto que a imprensa transforma-se e a censura, que nas décadas anteriores era determinada pelo poder autoritário das autoridades, fica relegada ao segundo plano, pois o desenvolvimento de técnicas nos jornais e

sua dependência nas agências de publicidade, conduzem-na a uma auto censura.

[...] de instrumento de esclarecimento, a imprensa capitalista se transforma em instrumento de alienação, fugindo aos seus fins originários [...]. A liberdade de imprensa, na sociedade capitalista, é condicionada pelo capital, depende do vulto dos recursos de que a empresa dispõe, do grau de sua dependência em relação às agências de publicidade. (SODRÉ, 1999, p. 408)

As preocupações com a qualidade técnica dos jornais ficaram mais evidentes como também a profissionalização maior da atividade jornalística. A mídia nacional tem um avanço preponderante e moderniza-se rapidamente, tanto nas técnicas como também na área administrativas, emergindo uma nova fase do exercício do jornalismo e sua relação com as regras do capitalismo, nas quais caberia ao repórter reportar e não interpretar.

Diante do contexto que a imprensa estava inserida, bem como dos interesses da classe dominante, que a utilizava como aparelho ideológico, esta é periodizada em três fases: a primeira fase, a da imprensa, enquanto serviço preso a uma lógica pré-capitalista e que apenas prestava pequenos serviços informativos; a segunda fase com o surgimento das primeiras folhas oposicionistas, abolicionistas ou republicanas que se beneficiam da implantação das primeiras tipografias brasileiras; e a terceira fase, dado as mudanças econômicas, com a superação do jornalismo literário para a chamada fase empresarial. (LATTMAN- WELTMAN, 1996, p. 160)

A imprensa, longe de ser o “cão de guarda do público, o denunciador incansável”, é reflexo da ideologia dominante e dos ditames políticos e econômicos do capitalismo. Mesmo assumindo uma postura crítica, sofrerá a pressão ideológica do Estado, não apenas pela censura, mas também pelo viés das publicidades, editais, financiamentos e regularizações, não ultrapassando questões que poderiam comprometer a sua veiculação, como será observado no próximo item deste capítulo.

1.2- O retrato da década de 50

O desenvolvimento do capitalismo e do Estado burguês, que influenciaram a imprensa e demais instituições do Estado, aconteceu de forma diferenciada no Brasil, pois este se estrutura no país quando já era dominante em escala mundial, o que significa sua submissão e a reprodução ampliada do capital no nível internacional.

Nos países em que o capitalismo é ainda fracamente desenvolvido – os países que se encontram na fase de transição capitalista, os países em vias de industrialização ou em vias de desenvolvimento (capitalista) – o desenvolvimento do capitalismo apresenta contradições particulares devidas à posição subordinada que eles ocupam no seio da economia mundial. (SILVA, 1976, p. 25)

Esse desenvolvimento, no país, se deu de forma acentuada, criando um movimento próprio, tendo como característica a dependência do capital estrangeiro, primeiramente da Inglaterra com a produção cafeeira para, depois, principalmente após a II Guerra Mundial, dos Estados Unidos.

Com o final da II Guerra Mundial, que colocou em ascensão as duas superpotências - os Estados Unidos e a ex - União Soviética - e principalmente sob a influência do capitalismo, era necessário que a industrialização fosse incrementada e articulada. É após este período que o país ingressa efetivamente na fase de industrialização, que, até então, se resumia nas indústrias leves, viáveis, com produção em escalas modestas e que, portanto, podiam ser capitalizadas por meio de acumulação dos próprios lucros. (SINGER, 2001, p. 107)

No Brasil, a indústria, desde o seu 1º surto na década de 1880 a 1890, desenvolveu-se de forma desigual nas diferentes regiões do país, concentrando-se primeiramente nas regiões cafeeiras. Assim sendo, é no Rio de Janeiro e em São Paulo que se dá a indústria nascente.

As transformações por quais passou o Brasil, nessa década, entre elas a abolição da escravidão e a imigração, levam a economia cafeeira à rápida acumulação de capital baseada no trabalho assalariado, e é com essa

acumulação de capital que nasce a indústria no Brasil, que inicialmente se concentra nos setores de bens de consumo²⁰.

Se desde o início a atividade agroexportadora servira à acumulação do capital, as necessidades geradas pelo avanço interno do capitalismo e pela sua inserção na economia mundial levaram a um rompimento com as formas tradicionais dominantes nas relações de produção, basicamente com o trabalho escravo. Esse avanço, articulado com as demais mudanças verificadas na área de circulação e da própria produção do café, transformou a economia cafeeira no centro da acumulação capitalista baseada no trabalho assalariado. Esse novo padrão de atividade agroexportadora introduziu uma mobilidade de capitais não encontrada na economia tradicional. O complexo econômico gerado pelo núcleo cafeeiro, onde se incluíam desde as estradas de ferro aos bancos, o grande comércio de exportação e importação, assim como a própria mecanização crescente da produção, havia constituído a base de um crescimento industrial tímido e descontínuo, verificado desde o nascimento da “sociedade do café”. Germinava, assim, o processo brasileiro de industrialização, favorecido pela ruptura que a expansão cafeeira representara em relação às formas tradicionais de dominação e de reprodução do capital no Brasil. (XAVIER, 1990, p. 31)

Já na década de 50, a industrialização concentrou-se no outro ramo, nos bens de produção.

Pressionadas pelo imperialismo, as classes dominantes nacionais desenvolvimentistas, mas não nacionalistas, clientes históricas do capitalismo internacional, redirecionaram a estratégia de expansão industrial para o setor de produção de bens duráveis, como convinha externamente e pressionava a demanda insatisfeita, internamente. (XAVIER, 1990, p. 44)

Urgia então aumentar a produção em massa de bens que dependiam da tecnologia e de capitais e que se apoiavam na substituição dos modelos estrangeiros.

Aliás, a via principal de transmissão do progresso foi sempre, entre nós, a da imitação dos padrões de consumo e dos estilos de vida reinantes nos países desenvolvidos. No século XIX, as classes proprietárias e a classe média abandonada viveram “sob a obsessão dos ‘olhos dos estrangeiros’[...]”. Foi essa preocupação ou temor do brasileiro diante do inglês ou do francês, de quem se acha inferior diante de quem se afirma superior, que desencadeou, já no início do

²⁰ Em 1920, na indústria no Brasil o valor da produção dos bens de consumo era de 85, 4% em relação a 14,6% de bens de produção. (SILVA, 1976, p. 113)

século XIX a cópia febril dos estilos de consumo e de vida próprios ao capitalismo desenvolvido. Já no final do século XIX em diante, e acentuadamente a partir dos anos 50, o grande fascínio, o modelo a ser copiado passa a ser mais o *American way of life*. Fascínio, primeiro do empresariado e da classe média alta, que depois, foi se espalhando para baixo, por força do cinema e da exibição, nas cidades, aos olhos dos “inferiores”, do consumo moderno dos “superiores”, dos ricos e privilegiados. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 605)

O Brasil, então passa por transformações e por um crescimento que vinha se encaminhando desde 1930. Esse crescimento econômico apoiou-se na intervenção do Estado burguês e patrimonialista²¹ que, fazendo valer os interesses da classe dominante, proporcionou investimento em infra-estrutura e em setores importantes da economia transferindo, conseqüentemente, para superestrutura jurídica-política a crença de que a modernização levaria o país ao rol do “Primeiro Mundo”, superando, assim, o Brasil periférico e arcaico. Para tanto, as palavras de ordem vestidas à americana, nessa década, eram urbanização, industrialização e tecnologia.

Entre 1945 e 1964, vivemos momentos decisivos do processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados, que exigiam investimentos de grande porte; as migrações internas e a urbanização ganham um ritmo acelerado. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 565)

1.3- As conseqüências do posicionamento do Estado reveladas pelo jornal

As conseqüências do posicionamento do Estado podem ser vistas na denúncia revelada pelo jornal, que mesmo sem fazer uma crítica mais profunda, analisando a continuidade do pensamento liberal e a ilusão de que triunfam os melhores e os mais trabalhadores, demonstra a situação em que se encontrava o país.

²¹ O termo Patrimonialismo foi largamente empregado nos estudos sobre o Brasil para caracterizar a apropriação dos recursos do Estado, seja pelos políticos ou funcionários públicos, seja por setores privados. (SORJ, 2000, p. 13) Para saber mais sobre o Patrimonialismo ver FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. São Paulo: Editora Globo, 2001.

O Brasil, nos últimos tempos, vem sendo dirigido aos trancos e barrancos. Experimentou uma quartelada em 1930 que nada resultou de benefício para a História do Brasil, ou para o Povo Brasileiro, porquanto os homens que assumiram o poder, até hoje proprietários deste país praticamente nada realizaram de positivo para a grandeza da nacionalidade. Os homens de 30 impuseram ao Brasil um estado totalitário cujos resultados até hoje podem ser contatados em todos os setores da vida nacional. (Tribuna dos Municípios, 24-05-1954)

O jornal também caracteriza a forma como se encontrava a sociedade na época, diante os desmandos do Estado e sob a influência do capitalismo, refletida na burocracia e nas instituições, como também na alienação do povo e sua falta de preparo moral.

Abulia intelectual, desmandos administrativos, exploração dos poderes públicos visando interesses particulares, uma “deseducação” progressiva e alarmante das novas gerações, o rebaixamento vergonhoso da moral pública e particular, o abandono dos campos, a macrofalia das grandes cidades, uma agricultura impotente, o domínio dos medíocres, uma indústria alimentada com o sangue do homem do povo, o desvirtuamento os cargos de responsabilidade, o reinado da demagogia, o império da violência encastelada nos poderes públicos, e sobretudo, o preparo moral, psicológico, econômico, financeiro, de um povo desiludido para o domínio do comunismo. (Tribuna dos Municípios, 24-05-1954)

A preocupação com os aspectos citados, consequência do posicionamento do Estado, demonstrado pelo jornal nas contradições do contexto, denunciavam o receio à infiltração das idéias comunistas, visto que a desilusão da classe dominada poderia ser propícia a estas idéias. Esses eram assuntos que estavam sendo discutidos com o fim da II Guerra Mundial e que evidenciavam disputas ideológicas divergentes dentro da política econômica mundial, com a ascensão da democracia liberal com os EUA e o socialismo tendo à frente a União Soviética, a chamada de Guerra Fria²².

²² A Guerra Fria caracterizou-se pela confrontação entre o bloco capitalista, liderado pelo Estados Unidos, e o bloco socialista, liderado pela União Soviética. Logo em seguida à Segunda Guerra Mundial deu-se o progressivo alinhamento dos países aos dois grandes blocos, em meio ao armamentismo e confrontos localizados. (VICENTINO, 1994, p. 194)

Entretanto, o texto não amplia a sua análise, observando as contradições das relações sociais capitalistas que se apóiam no progresso das forças produtivas. Ao mesmo tempo em que denuncia as consequências do capitalismo, apenas enaltece o receio ao comunismo.

FIGURA 5

Bolcheviques aproveitam a morte de Getúlio – Revista *O Cruzeiro* – 1954

ANTES da morte do Presidente Vargas, o jornal comunista, “Imprensa Popular”, havia dito que “o filho de São Borja estava vendendo ao imperialismo americano”. Curioso é que depois da sua morte os vermelhos tenham tão repentinamente mudado de opinião, resolvendo chorar ao lado do povo sentimental a morte do Sr. Getúlio Vargas. Na verdade, o objetivo da escória vermelha não era o de lamentar a perda de um presidente. Longe disso. Os cínicos bolcheviques visavam apenas aproveitar o choque emocional do povo, desvirtuar-lhe as idéias e conduzi-lo ao “quebra-quebra” e ao derramamento de sangue, esse sangue de inocentes de que se costuma nutrir o Partido. Assim procedendo, só fizeram comprometer a dignidade do sacrifício do Sr. Getúlio Vargas. Felizmente as autoridades policiais não ignoravam esse plano. A primeira baderna foi dirigida por metade do PCB, pela Juventude Comunista e pela gente fanática da “Imprensa Popular”, no dia 24 de agosto. Mas logo no dia 25 lhes foi possível mobilizar todo o Partido e lançá-lo à testa da massa exaltada, naqueles momentos tensos em que o corpo do Presidente embarcava para São Borja. Os inocentes úteis, ingênuos cidadãos de poucas letras, foram arrastados às depredações do Largo da Carioca, Cinelândia, Avenida Presidente Vargas, Avenida Rio Branco e Rua do Lavradio, onde fica o jornal “Tribuna da Imprensa”, de que é diretor o Sr. Carlos Lacerda.

Fonte: Casa da Cultura Irati - PR

A sombra do comunismo era um dos maiores receios para a sociedade da época. A forma como este foi divulgado na mídia veio a influenciar opiniões de desprezo e receio a este movimento, como se observa na reprodução feita pelo jornal, do semanário carioca “A Marcha”:

Se tivéssemos vergonha na cara diríamos aos americanos: - Americanos, nós bem sabemos que vocês na querem o nosso tório²³ para matéria plástica nem coca-cola. O que vocês querem é fazer bomba atômica. Não somos a favor desse genocídio que vocês praticaram em Hiroshima e Nagasaki, matando milhões de inocentes, velhos, mulheres e crianças. Vocês não são melhores que os bárbaros nazistas que Vocês combateram, mas cujas leis deshumanas adotaram. Mas Vocês fizeram como o aprendiz de feiticeiro de Goethe: provocaram uma catástrofe e agora não sabem como fazer para que ela cesse. Pois bem, a Rússia agora também diz que tem a bomba atômica. É provável que tenha. E a Rússia é o grande perigo que a todos nós ameaça. Vocês americanos nos levam

²³ Tório - Elemento químico radioativo (simb. Th) de número atômico 90, que constitui um metal branco e dúctil, empregado como combustível nos reatores nucleares. (FERREIRA, 1996, P. 1691)

a carteira mas deixam-nos nossa vida e nossa liberdade pelo menos política. Mas a Rússia quer levar-nos a liberdade, vida a dignidade a honra, tudo o que há de essencial ao ser humano, para que possa dizer que é ser humano. Nesse caso, se vocês ambos sabem fazer a bomba atômica preferimos (embora sejamos contra tamanha barbaridade), vender nosso tório a Vocês, para que nos livrem da Rússia, que é o pior bandido da história da humanidade..(Tribuna dos Municípios, 21-07-1955)

Evidenciam-se, nesse texto, os interesses econômicos dos americanos e a forma dissimulada como conseguem os seus objetivos, porém ter a liberdade, pelo menos política, que estes proporcionavam, em comparação ao domínio do comunismo, é menos perigoso e mais vantajoso. Liberdade essa sob a influência do capital e determinada pelas relações de produção. Ao mesmo tempo em que relata os aspectos negativos do mercado americano, incentiva a continuidade e manutenção do consumismo, utilizando-se dos mesmo meios de persuasão ao solicitar que fortaleçam o mercado no país.

Mas não basta que concedamos o nosso tório a vocês e o neguemos à Rússia. É preciso que vocês nos paguem bem. Não pensem que estamos fazendo chantagem. O interesse é de vocês mesmos. Um Brasil pobre e depauperado não é vantagem para vocês. A propaganda comunista aqui é imensa porque aqueles bandidos sabem se aproveitar de uma situação criada por uma democracia já carcomida e bichada. Lutamos contra o comunismo, mas Vocês não nos ajudam em nada. Regateiam o preço de nossos produtos como as velhas ranzinzas nos balcões das feiras. Vocês estão cheios de dinheiro e ainda querem o nosso. Tenham paciência. Sejam mais inteligentes. Não estão vendo que já perderam, em mercados, metade da Europa? Que na outra metade tiveram que ajudar à Alemanha que hoje é concorrente de vocês? Não enxergaram o que se passa na Ásia? Vocês ali perderam o mercado da China e parte da Indochina; não podem contar com a Índia que está sob a dupla influência da Inglaterra e da Rússia. E o Japão? Vocês também o ajudaram a reerguer-se e agora ele concorre com Vocês no mercado internacional. Resta-lhes a América Latina. Tratem bem de nós, se não quiserem ficar isolados do mundo. Se somos nós, brasileiros dignos e honrados, não vendendo tório à Rússia, sejam Vocês também dignos e honrados, não só pagando bem o tório que lhe vendemos, mas ainda nos ajudando a fortalecer – nos economicamente, para sermos fortes na hora em que Vocês precisam de nós. Assim diríamos se tivéssemos vergonha na cara. Como não temos, olhamos em torno e só topamos com russófilos traidores e com falsos americanófilos, que só querem mancomuniar-se com os americanos para sem nenhum sentimento espoliar os brasileiros, de solidariedade continental, mas como único objetivo de

enriquecer –se à custa da nossa miséria.(*Tribuna dos Municípios*, 21-07-1955)

Após a II Guerra Mundial, consolidou-se a influência do imperialismo americano e a concentração de investimentos pelo EUA aos países em processo de industrialização, pois a pressão imperialista

[...] só se fez com mais vigor no Brasil dos anos 50 em função do início da segunda fase da exportação norte-americana de capitais, quando a hegemonia desses capitais no mercado internacional inaugurou a era dos investimentos diretos, contra os investimentos “em carteira”, que caracterizavam os capitais europeus. Numa primeira fase, que durou aproximadamente até 1953, a penetração do capital norte-americano na América Latina foi moderada, uma vez que a Europa, que se reconstruía, absorvia a maior parte da ajuda norte-americana. Após 1955, quando terminou a reconstrução européia, a penetração do capital norte-americano voltou-se maciçamente para os países latinos americanos que encetavam o seu processo de industrialização, entre eles o Brasil. (XAVIER, 1990, p. 44)

Mesmo com toda a dominação capitalista dos EUA, o jornal anuncia que é melhor ficar sob a tutela do capitalismo, do que a dominação comunista, sem verificar que aquele também, de modo desmascarado, domina autoritariamente - utilizando-se da ideologia de desenvolvimento e modernidade - as regras da economia mundial. Através de publicações e do cinema, disseminou-se a propaganda negativa do comunismo e em contrapartida enaltecia-se o modo de vida norte-americano e os valores capitalistas, nos quais “[...] o postulado de que cada indivíduo é capaz de ação racional, de calcular vantagens e desvantagens ajustadas à realização de seus interesses materiais ou de seus desejos, isto é, o *homo economicus* utilitário.” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 565, com grifos do original)

Esta influência é retratada com bastante freqüência no jornal, que mesmo colocando-se abertamente contra o comunismo também demonstra sua opinião sobre o imperialismo²⁴ norte-americano, no artigo “Juventude Transviada”.

²⁴ O imperialismo refere-se ao processo de acumulação capitalista em escala mundial na fase do capitalismo monopolista, e a teoria do imperialismo é a investigação da acumulação no contexto de um mercado mundial criado por essa acumulação. A teoria tem três elementos: (1)

Depois que o Brasil gastou divisas para importar um filme estrangeiro com esse título, recebeu a geração “coca-cola”, uma nova denominação: juventude transviada. E os cafagestes, filhos de “gente bem”, passaram a ser, “play boys”. Da capital federal nos chegam as notícias mais desoladoras. Um grupo de jovens de automóvel luxuoso, poz fogo, com gasolina, num pobre e indefeso mendigo. Outro grupo, jogou uma estudante do último andar de um prédio, num requinte de selvageria. Estas as que tiveram maior repercussão. Outros fatos se sucedem, sem o mesmo estardalhaço nos jornais. O adjetivo maldito é acrescentado impiedosamente por todos. Juventude transviada ... À saída do Juziado de Menores, no Rio, um dos participantes do assassinato da moça estudante, foi recebido pelo povo que se comprimia na rua, com gritos de Assassino! Com o coração confrangido perguntamos angustiosamente: - Quem transviou, a juventude? Quem, na realidade são os assassinos? (Tribuna dos Municípios, 01-08-1958)

Ao criticar o predomínio do cinema americano e as revistas em quadrinhos, nas atitudes da juventude brasileira da época, transfere uma parcela de culpa desta influência no ensino do país e seus dirigentes e na falta de civismo.

Vários são os responsáveis por esta situação. Os dirigentes do ensino no Brasil, tem grande parcela de responsabilidade. O exemplo da juventude transviada nos vem da América do Norte, através o cinema e as revistas foto cine. Os chamados grandes pedagogos brasileiros através do I.N.E.P. anarquisaram com o ensino em nossa Pátria. A sua inspiração é a de Dewey, também considerado grande pedagogo norte americano e acusado agora por “Life” e pelo “Time”, como o materializador do ensino público nos Estados Unidos e como resultados, “a anarquia e fraqueza notável nos estudos, a delinqüência juvenil, ameaçadora da ordem geral e uma inferiorização muito grande, na formação das gerações atuais. O cinema e as revistas de quadrinhos, importados, exercem poderosa influência naqueles que fazem questão de se assemelhar ao macaco, na imitação. A falta de estímulo cívico na juventude. O desregramento da chamada alta sociedade, onde o dinheiro substitui cultura, educação. A falta de religião. A ânsia de lucros, o desejo de progresso rápido, de qualquer maneira, distanciados de Deus e seus princípios. E os pais?

a análise da acumulação capitalista, (2) a periodização do capitalismo em fases ou estágios e (3) a localização do fenômeno no contexto da divisão política do mundo em “países”. Como o primeiro elemento implica o segundo, restam apenas dois elementos distintos. Estes se combinam para produzir linhas correlatas, mas distintas, de investigação: (1) as relações entre os países capitalistas adiantados (concorrência imperialista); (2) o impacto do capitalismo sobre formações sociais não capitalistas (“articulação de Modos de produção”); e (3) a opressão dos povos subjugados pelo domínio do capital, ou seja, a “Questão Nacional”. Lênin em seu folheto sobre o imperialismo (*O imperialismo, fase superior do capitalismo*) estabeleceu uma relação, hoje famosa, das características do fenômeno: (1) a “exportação do capital” adquire importância primordial, lado a lado com a exportação de mercadorias; (2) a produção e a distribuição passam a ser centralizadas por grandes trustes ou cartéis; (3) os capitais bancário e industrial se fundem; (4) as potências capitalistas dividem o mundo em esferas de influência, e (5) essa divisão é concluída, abrindo possibilidade de uma futura luta imperialista para redividir o mundo. (BOTTOMORE, 2001, p.187, com grifos do original)

Os pais também são responsáveis pelo exemplo que são aos filhos. Os legisladores, os homens públicos, recebem igualmente sua culpabilidade pelo descaso de assunto grave. Todos, enfim, que poderiam fazer qualquer coisa e cruzam os braços comodamente, responderão, no Tribunal da história, por toda essa calamidade que nos assola atualmente. (Tribuna dos Municípios, 01-08-1958)

Compara tal situação como conseqüência do distanciamento da moral e da religião, demonstrando o pensamento ideológico conservador em relação à ênfase que estava sendo dada ao progresso rápido, o luxo, a ânsia pelo dinheiro em detrimento aos princípios religiosos. Porém, mesmo sem analisar a apologia indireta ao consumismo e conseqüentemente aos princípios do capitalismo e sua universalidade, responsabiliza os grandes pedagogos e dirigentes do país - as quais suas propostas eram influenciadas pelas idéias de John Dewey sob a égide da modernidade - pela anarquia do ensino e conseqüentemente a formação cultural das gerações.

Observa-se que o jornal, ou seja, classe à frente deste, denuncia a influência dos americanismos, entretanto, indiretamente, dado a própria dependência deste imperialismo.

FIGURA 6

Artistas de Hollywood- Revista *O Cruzeiro* - 1954



Fonte: Casa da Cultura Irati – PR

Ao enaltecer a moral e a religião, revela que a ideologia que vinculava em suas folhas, enfim o ocultamento da realidade social, estava vinculada ao pensamento idealista de Hegel de que a religião e a filosofia têm o mesmo conteúdo e seriam as soluções aos problemas da realidade social.

Hegel interpreta a história como “progresso na consciência da liberdade. As formas de organização social correspondem à consciência da liberdade e, portanto, a consciência determina o ser. A consciência de uma época histórica e de um povo se expressa sobretudo na religião, que é onde o povo define por si mesmo o que considera como verdade. (BOTTOMORE, 2001, p. 176)

O imperialismo - demonstrado nas notícias do jornal sem uma análise mais aprofundada - através do cinema e os meios de comunicação em massa, exerceu papel de destaque na mudança dos valores, no nível de consumo e modos de agir dos jovens que a estes tinham acesso. Entretanto a desigualdade social era grande e a maior parte da população do país continuava à margem, vítima da dominação do capitalismo, como se verifica no seguinte texto do jornal sobre a vida da população.

A vida do pobre Brasil está se tornando pesadíssimo fardo. O aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade eleva-se, dia a dia, em proporções tais que não é mais possível estabelecer-se um orçamento doméstico capaz de funcionar no curso de três ou quatro meses. O cruzeiro, nosso dinheiro, cada vez mais se desvalorizando. Nestas condições, o operário e o homem de classe média vêm sendo iludidos com aumentos de salários paralelamente seguidos de tais aumentos da comida, da roupa e do aluguel de casa, que de nada adianta ganhar mais. Quer dizer que tudo está errado neste país. (Tribuna dos Municípios, 22-01-1955)

A meta, nessa década, era a industrialização acelerada, enquanto que outros setores, entre eles o setor agrário, ficavam debilitados. Comprova-se, neste texto, como a política econômica vinha sendo comandada pelo Estado, mantendo o círculo vicioso entre o salário, a produção, o consumo e as desvalorizações com o aumento dos produtos, o que agravava cada vez mais as contradições entre as classes. Perpetuava-se a continuidade dos princípios liberais de consumismo, excedente e elitização.

O que barateia o custo de vida é o aumento de produção. Mas como aumentar a produção, se não temos transporte, não temos assistência financeira para o agricultor, não temos assistência técnica, não temos mecanização na lavoura? As restrições de crédito aos que trabalham no Brasil, principalmente aos pequenos, aos modestos lavradores, industriais e comerciantes, longe de construir medida saneadora de nossas finanças é um processo de diminuição das safras e dos produtos indispensáveis à vida comum do povo brasileiro. O problema do operário está intimamente vinculado a todos os demais problemas da vitalidade nacional. E como o que distingue os homens públicos do nosso país é a parcialidade na consideração dos diversos assuntos de interesse público, de nada valem as medidas e providências que se tomam, objetivando finalidades que não são atingidas. Mas, nesse andar das coisas, para onde vamos? É chegado o momento de pormos um paradeiro nesse rumo catastrófico. (Tribuna dos Municípios, 22-01-1955)

1.4- O jornal e a ideologia dominante nos meios intelectuais

O jornal retrata a ideologia dominante nos meios intelectuais do país, identificando como figura principal dessa ideologia o desenvolvimento capitalista, através do descaso com a economia rural em virtude do processo da industrialização. Almejava-se que o país entrasse no rol dos países desenvolvidos e apoiando-se nos princípios liberais, todavia a política econômica assumida traça os rumos para tal desenvolvimento sem verificar a verdadeira realidade brasileira que até então era subordinada à oligarquia agroexportadora. A economia rural sempre foi importante, porém, neste contexto, não é mais, e Skidmore concebe tal fato como consequência de interesses eleitorais ao dizer que:

A Constituição de 1946 proibia os analfabetos de votar; e, já que as zonas rurais eram esmagadoramente analfabetas especialmente nas regiões mais retrógradas, os desprotegidos rurais não tinham peso no processo político. Nenhuma figura política de importância, em 1950, propôs quaisquer mudanças radicais no sistema de propriedade rural. A economia rural não tinha importância em 1950. (SKIDMORE, 1969, p. 116)

Porém, a população rural tinha grande proporção no país. Em Irati, como exemplo, da população recenseada na década de 50, 69% estavam localizados

na zona rural (IBGE, 1959, p. 258). O descaso com o setor rural ocasionou o movimento migratório no país, onde esta população sai em busca de uma vida melhor.

Nas atividades urbanas, contudo o trabalho assalariado assumia predominantemente a forma capitalista em troca de uma jornada definida, o trabalhador era renumerado em dinheiro. (SINGER, 2001, p. 98)

Deixando a lavoura rumo à cidade, na ânsia de melhores oportunidades e progresso individual, princípio do capitalismo, o trabalhador rural aumenta o processo de urbanização, característico desta década. “Foi assim que migraram para as cidades, nos anos 50, oito milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950.”(MELLO; NOVAIS, 1998, p. 565) As causas deste descaso aparecem no relato do jornal que descreve a realidade dos moradores da zona urbana:

Dentro de um pouco, teremos novos níveis salariais. Tivemos já, aumento de vencimentos aos funcionários públicos. Isto tudo significa elevação geométrica dos preços das utilidades, êxodo absolutamente dos campos e a inundação das cidades por novos milhares de bocas para comer. Que já se fez, ou que está fazendo pela lavoura, pelo homem do sertão? Podemos dizer nada. Os órgãos responsáveis pela produção, não se entendem. Temos um ministério da agricultura. Vinte e uma secretarias de agricultura estão espalhadas pelos vinte e um estados sem que haja entrosamento entre as secretarias e o ministério. Cada um age por conta própria e o resultado é o que vemos em toda a parte. O Fomento de um lado e as casas rurais de outro, cada um agindo por seu modo. O sertão não tem conforto. Não tem médico, não tem farmácia. As escolas de modo geral, não têm professor à altura da alta e dignificante missão de ensinar às crianças rurais. A vida do lavrador é, atualmente, a pior possível [...]. (Tribuna dos Municípios, 29-06-1956)

Ao contrário do interior do país, nos grandes centros, a instalação da indústria e, conseqüentemente, as relações capitalistas tomavam outra dimensão, pois atendendo aos interesses da classe dominante empresarial, não se caracteriza mais pela indústria leve e de consumo, e sim pela ênfase na produção de equipamentos, bens de consumo duráveis e produtos químicos, o que, conseqüentemente, requeria capitais mais elevados. (RIBEIRO, 1982, p. 140) Para tanto, era preciso a adoção de políticas mais sistemáticas e o capital

estrangeiro era visto como promotor do desenvolvimento econômico, mais especificamente o capital norte - americano.

Diante desse contexto, embates ideológicos na política econômica, em relação a que posição o Estado deveria tomar, influenciaram o rumo do país. Três grupos destacavam-se: neoliberal, desenvolvimentista-nacionalista e nacionalista radical²⁵.

A ala neoliberal baseava-se em princípios ortodoxos em que as medidas fiscais e monetárias, bem como a política de comércio exterior, deveriam seguir os princípios estabelecidos pelos teóricos e praticantes da política do banco central dos países industrializados.

O grupo dos desenvolvimentista-nacionalistas defendia a industrialização, mas argumentavam que as forças espontâneas que haviam conseguido a industrialização, no Atlântico Norte, seriam inadequadas no Brasil. Visavam a uma economia mista, na qual o setor privado receberia novos incentivos na proporção de um determinado número de prioridade de investimentos, ao mesmo tempo em que o Estado interveria mais diretamente, através das empresas estatais e das empresas de economia mista.

Este grupo também compreendia que o capital estrangeiro poderia desempenhar um papel importante ao contrário das idéias do grupo nacionalista radical que atribuíam o subdesenvolvimento brasileiro a uma aliança natural de investidores particulares e governos capitalistas dentro do mundo industrializado, o que limitava o Brasil em um papel subordinado. Sua única linguagem aos empreendimentos econômicos era o controle completo estatal.

A corrente nacionalista cresceu com o final da Segunda Guerra Mundial e na América do Sul e Central esta assumiu notações de oposição ao predomínio econômico dos Estados Unidos.

Nessa década, tanto os governos de Getúlio Vargas, Café Filho como Jucelino Kubitschek, utilizar-se-iam de uma economia baseada na ideologia nacionalismo desenvolvimentista, dado que a influência do capitalismo já

²⁵ Para saber mais: SKIDMORE, Tomás. **De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

estava bem concretizada no país e sem os investimentos de capitais estrangeiros não haveria possibilidade de modernizá-lo.

O presidente Getúlio Vargas, eleito em 3 de outubro de 1950, teria em suas mãos um governo bem diferente daquele que já havia administrado autoritariamente entre 1930 a 1945. No início promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico com ênfase na industrialização, mas, ao mesmo tempo, via-se diante de problemas que estavam causando transtornos e repercussões sociais, entre elas o avanço da inflação e a crise econômica do país,

Gritam os homens públicos improvisados: Estamos de mal a pior. É necessário abrir estradas para escoar os produtos. Outros afirmam: É preciso promover a deflação. Dizem alguns: A solução está na reforma da Constituição. E outros ainda argumentam: o que nos cumpre fazer é resolver o problema da produção, só produzindo mais, abaixará o custo de vida. E assim vão surgindo no imenso território nacional, nos parlamentos, na imprensa, no rádio, nas repartições públicas, vozes dissonantes, proclamando, embora com desejo de trabalhar sinceramente pelo bem do Brasil, soluções parciais para o grande mal que nos aflige. Ora, não poderemos pretender coisa alguma, se olhamos apenas para uma face do problema. Temos que nos erguer do chão em que vivemos, misturados ao pó das incompreensões e da maldade, para nos elevar aos montes dos pensamentos puros e aí, recebendo o ar vivificante das alturas, olhar os panoramas integralmente, em todos os seus aspectos. E veremos, então, como estávamos enganados. E veremos, então, os nossos irmãos, se dividindo e se retalhando numa luta inglória, muitas vezes, em busca de nada, pela resolução de coisa alguma. E como é doloroso observar panoramas assim... A ambição o homem que só pensa na matéria, que só vive da matéria, que se escraviza à matéria. Não encontramos mais o ideal DE SER ALGUMA COISA NA VIDA, mas os desejo desenfreado de TER ALGUMA COISA NESTE MUNDO, cuja existência do homem é tão efêmera. (Tribuna dos Municípios, 18-09-54)

A crítica feita à situação em que se encontrava a sociedade e o Estado reflete de forma enfática a opinião contrária aos preceitos do liberalismo, entre eles o individualismo e a competição no mercado. Utilizando-se de termos como “materialismo”, retrata que os vários problemas que afligem o país não devem ser analisados e solucionados de forma parcial, mas que fazem parte de um problema único, a ambição e o poder, ou melhor, os preceitos do capitalismo, entre eles a reprodução das relações de produção.

Todavia, dessa crítica direcionada ao modo como estava a sociedade, coloca como solução outra forma ideológica, também com princípios que enalteciam o poder e a dominação, muito presentes nessa época, no tocante a moral individual e familiar.

Assim pensando e assim agindo, o homem moderno se afastou Daquele que é Luz e que é Vida, do Princípio e Fim de todas as Coisas. É por isso que se rouba, sem medo. Que se mata por nada, ou quase nada. Que as funções não são desempenhadas com interesse de bem servir. Que as profissões não são mais exercidas com o carinho que caracterisaram os grandes empreendedores. É por isso que o mundo moderno vive angustiado, desesperado, torturando o homem tem todo o conforto mas que sente a desgraça da ambição de querer o que nem mesmo ele sabe o que seja, a desgraça da satisfação insatisfeita. É verdade que a produção está desorientada, que não temos transporte, que a nossa moeda é inflacionária, que vivemos na desorganização. Mas é preciso resolver um problema apenas para que se possa chegar a solução completa. E o problema é apenas moral e religioso e urgente, renovar o homem. O problema é apenas moral e religioso. (Tribuna dos Municípios, 18-09-54)

É essa orientação que continuará guiando a igreja brasileira, agência poderosa de moralização da sociedade, ainda que já penetrada pelo individualismo (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 610). A igreja, mesmo ao romper com o Estado a partir da República, ainda exercia grande força ideológica e família teria um papel preponderante nesta continuidade.

Retorno a Cristo é a caminhada que devemos empreender. Embuido do espírito cristão verdadeiro, formando na escola do sacrifício e da dignidade, haveremos de empreender aquela caminhada e resolver todos problemas do Brasil, reformando o homem, preparando a juventude para assumir as tremendas responsabilidades de nos governar amanhã. (Tribuna dos Municípios, 18-09-54)

O posicionamento do jornal também é ideológico e dogmático, pois para este a renovação do homem, a partir dos princípios religiosos, poderia sanar e acabar com os problemas sociais. Entretanto, este pensamento conservador, utilizando-se da mesma estratégia de alienação, não possibilita a compreensão que a situação político-econômica do país estava desencadeando consequências, entre elas, contradições políticas internas, dado a forma como

o Estado posicionava-se a partir da dependência dos investimentos do capital estrangeiro.

É diante destas contradições e das restrições políticas internas que Vargas, para amortecer os efeitos de sua política econômica, adota uma linha nacionalista de investimento, com a aprovação de leis que causariam um grande impacto junto à sociedade como, por exemplo, o Projeto Petrobrás.

O presidente não tinha, com este projeto, a intenção do monopólio estatal e sim uma empresa mista, sob o controle majoritário da União, com ações abertas ao capital estrangeiro. Conseqüentemente, os ânimos dos nacionalistas foram alterados, pois eram favoráveis à participação do setor privado nacional na exploração do petróleo.

Diante disso, a União Nacional dos Estudantes, inicia uma campanha visando a mobilizar a opinião pública com o lema “O petróleo é nosso”. Em 3 de outubro de 1953, Vargas sanciona uma lei criando a Petrobrás, como empresa de propriedade e controle totalmente nacionais, com participação majoritária da União, que detinha o monopólio de todas as etapas da indústria petrolífera, menos a da distribuição de produtos. (RODRIGUES, 1992, p. 49). O jornal Tribuna dos Municípios, em relação a esse tema tem a seguinte opinião demonstrada no texto abaixo sob o título *Bancando o tatu*:

O País foi abalado há tempo com a insistente campanha do “Petróleo é nosso”. Os demagogos de sempre, aproveitaram a “deixa” e entraram no barulho valendo, pregando um nacionalismo vesgo e pernicioso. O “Petróleo é nosso”. Ninguém poderá perfurar nossos poços, em busca do precioso combustível. Está claro! O que é difícil, complicado, arriscado, problemático, deve ficar conosco. Quando chega a hora de ganhar dinheiro, vamos entregar aos estrangeiros. É isso o que desejam os falsos nacionalistas. Segundo imprensa, a Petrobraz, acaba de assinar contrato com a Esso e está em negociações, com a Shell, para exportar petróleo, que será refinado na Venezuela. Depois, já se sabe, compramos o mesmo petróleo nosso, com a diferença de ficar mais caro, é evidente. Por que não vêm, então essas companhias estrangeiras instalar suas refinarias aqui e por que o organismo estatal brasileiro, começa pelo mais difícil perfurando poços, pesquisando, em vez de montar refinarias? Que papel estamos, então fazendo nesta história de petróleo, cujo preço sobe assustadoramente, quase todas as semanas, encarecendo cada vez mais o custo de vida?. (Tribuna dos Municípios, 14-03-1959)

Deixar a condição de colônia e submissão, peculiar dos países periféricos, era o pano de fundo da campanha que envolvia o petróleo brasileiro e a própria atitude do Estado em relação a sua política de intervenção. O jornal manifesta de forma enfática a exploração desta situação, na qual envolvia empresas americanas:

Fazemos o trabalho pesado grosseiro, perigoso e extremamente dispendioso, furando aqui e acolá, na maioria das vezes sem resultado, como foi o caso de Male, nosso município vizinho. Depois de longos gastos e naturais desperdícios, foram embora, sem dar a mínima notícia, alentadora sobre a existência do que procuravam. O mais rendoso, mais fácil, deixamos para o estrangeiro, que intimamente, deve aplaudir nossa atitude. Fornecemos com facilidade, aquilo que lhe é difícil encontrar. Evidentemente, estamos bancando é o tatu. Só furamos a terra. O ganho maior é de outros. (Tribuna dos Municípios, 14-03-1959)

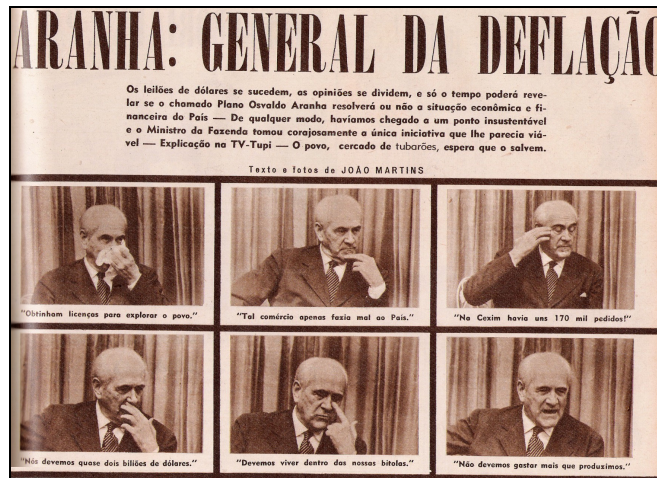
O texto critica a “insistente” campanha “O Petróleo é nosso”, dado que ninguém poderia usufruir o que está no território brasileiro, o que já estava claro tornando-se até redundante. Indo além, concentra suas críticas nos abusos das companhias americanas, bem como o rumo que a empresa Petrobrás poderia tomar em relação ao seu capital. Ao mesmo tempo em que denuncia tal situação, não deixava de manifestar indiretamente a sua opinião ideológica contra o comunismo, em virtude que a tal campanha nacionalista tinha o apoio do Partido Comunista. As críticas, como pode-se observar, ultrapassavam o campo econômico.

Diante desse contexto, pouco a pouco, Vargas perdia o apoio dos setores dominantes com medidas que evidenciavam sua simpatia aos trabalhadores, por exemplo, o aumento do salário mínimo e a acusação de ser conivente aos nacionalistas, taxados de agitadores.

A imprensa, em quase sua maioria antigetulista, foi enfática em suas críticas contra o presidente acusado pela crise econômica do país e a corrupção. “O povo brasileiro sofre a mais tremenda das crises. Crise financeira. Crise moral. Crise de vergonha. Crise de homens públicos no poder.”(Tribuna dos municípios, 13-06-1954)

FIGURA 7

Aranha: General da deflação Revista *O Cruzeiro* – 1954



Fonte: Casa da Cultura Irati- PR

Os jornais, de um modo geral, tiveram um papel importante nesse momento delicado da política e a influência de suas opiniões sobre o governo, que ora se colocava dentro dos preceitos capitalistas ora enaltecia o nacionalismo, tiveram grandes repercussões que contribuíram para o desfecho da Era Vargas. Apesar das críticas que se colocavam até então para o governo de Getúlio Vargas, este sai de cenário nacional como grande estadista, ocasionando repercussões negativas em todo o país.

FIGURA 8

Enterro de Getúlio Vargas Revista *O Cruzeiro* – 1954



Fonte: Casa da Cultura Irati – PR

Com a morte de Getúlio Vargas, seu vice, Café Filho, assume a presidência *“E a história em mais de um de seus caprichosos acasos, registrou mais um fato pitoresco: João Café Filho, aquele modesto jornalista, e apenas jornalista, nada mais, ascendeu à Presidência da República.”*(Tribuna dos Municípios, 14-05-1955)

FIGURA 9
Café bebe café Revista *O Cruzeiro* – 1954



Fonte: Casa da Cultura Irati - Pr

Considerado como um período transitório, o governo de Café Filho, realizou uma medida que marcaria efetivamente o capitalismo no Brasil, a aprovação da Instrução 113²⁶ da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito). Através desta instrução

[...] reconhecia-se às empresas estrangeiras, interessadas em operar no Brasil, a concessão de favores cambiais para transferir, de seus países de origem, maquinarias industriais depreciadas, como se fossem equipamentos novos, embora já funcionando aqui indústrias nacionais similares. (RAMOS, In. RIBEIRO, 1982, p. 140)

²⁶ Instrução 113 da SUMOC era um “decreto favorecendo investidores estrangeiros, aos quais, seria permitido importar equipamentos industriais para a produção de bens.” (SKIDMORE, 1969, p. 2002)

Já o presidente Jucelino Kubitschek, eleito em 03 de outubro de 1955, teve seu governo embalado por uma extraordinária expansão da produção industrial e altos índices de crescimento. O jornal satiriza o banquete da Posse do novo presidente que deixaria a marca de otimismo e a imagem de “Anos Dourados”.

Para conhecimento de nossos leitores, principalmente daquelas centenas de leitores da zona rural, onde não lhes chegam às mãos, jornais da capital, divulgamos o “menu” do banquete de posse do sr. Jucelino Kubitschek. Não ficaria melhor um “churrasco” à gaúcha? cremos que sim, entetanto ... eis o “menu” transcrito de “O Jornal” do Rio: Caviar Frais d’Astrachan; Consomó Madriléne em geles; Paillettes au Parmesan; Homard à l’Americaine; Riz Pilaw; Faisan Roti aux mignons de Foie-Gras; Salde Vougue; Parfait aux Pommes em Corbeille [...].(Tribuna dos Municípios, 11-02-1956)

O período “áureo do desenvolvimento econômico brasileiro” como é chamado, seguiu a política nacionalista desenvolvimentista, prometendo, com seu famoso Plano de Metas, “50 anos e 5”, o qual

[...] objetivava implantar no Brasil os setores industriais mais avançados, com a indústria elétrica pesada, a química pesada, a nova indústria farmacêutica, a de máquinas e equipamentos sofisticados, a automobilística, a indústria naval, ou levar adiante indústrias estratégicas como a do aço, a do petróleo e a da energia elétrica.”(MELLO; NOVAIS, 1998, p. 610)

O Plano continha 31 objetivos para os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília, dando prioridade à indústria automobilística, dado a sua capacidade de atrair capital externo e tecnologia e de gerar um sistema articulado de produção. (SINGER, 2001, p. 107) Em relação à política de Getúlio Vargas, altera a forma de crescimento industrial até então vigente, com a associação de empresas privadas brasileiras com multinacionais e estatais.

no O governo JK promoveu uma ampla atividade do Estado tanto setor de infra-estrutura como no incentivo direto à industrialização. Mas assumiu também abertamente a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concedendo-lhes inclusive facilidades. Desse modo a ideologia nacionalista perdia terreno para o desenvolvimentismo. (FAUSTO, 2002, p. 236)

Em seus discursos revelam-se componentes da ideologia desenvolvimentista vinculada diretamente com o populismo. Propondo mudanças e garantindo a ordem, a ideologia desenvolvimentista do Estado tinha como objetivo último o desenvolvimento capitalista do país.

No quadro da industrialização brasileira, desde 1930, o Estado vinha ampliando consideravelmente sua participação na economia, e assumindo o papel de gerente político dos conflitos de classe. Estes aspectos, bastante reforçados no período JK, explicam, em parte, a manutenção da aliança populista até meados dos anos 60. O desenvolvimentismo é a ideologia que propõe “mudar dentro da ordem para garantir a ordem”. Concretamente isto significa mudar dentro do sistema capitalista para garantir o objetivo último que é o desenvolvimento capitalista do Brasil (cf. Cardoso, 1977). Na impossibilidade de obter internamente os recursos necessários para este fim, é legítimo obtê-los nos países do bloco ocidental, a “ordem” maior na qual o Brasil está inserido. Não estranha, portanto, que, ao mesmo tempo, JK defendesse o nacionalismo e abrisse as portas ao capital estrangeiro. (RODRIGUES, 1992, p. 62)

A continuidade da subordinação econômica do país foi sempre reforçada pela cumplicidade da classe dominante, garantido, assim, o poder e, conseqüentemente, seus privilégios. Essa classe ditava os rumos da política nacional, na era JK, utilizando-se da ideologia desenvolvimentista e levava todos a acreditarem que era possível o desenvolvimento efetivo do país.

Para isso, foram utilizadas formas de disseminação ideológica, inclusive a imagem do presidente intitulado presidente bossa nova, cercada de otimismo e confiança.

Ao contrário do que o Estado vinculava, o restante do Brasil ficava aquém das regalias e benefícios, conforme retrata o jornal.

Política de arraial é aquela baseada apenas em mesquinhas. Os célebres “coronéis” dominam a situação, mas não resolvem coisa alguma e se perdem no emaranhado das confabulações e gastam tempo precioso em troca de inspetores de quarteirões e sub delegados. A política de arraial, a-pesar-do progresso das cidades continua existindo, com uma única diferença: os “coronéis” foram substituídos pelos “chefes”, pelos “líderes”. Os “coronéis” a-pesar-de tudo, tinham grande respeito, a sua barba e os seus bigodes eram a garantia da palavra de homem honrado. Os “chefes”, os “líderes”, entretanto, não usam mais barba, nem bigode e porisso, a sua palavra voa como o vento, desvia a trajetória como o embriagado nas ruas lamacentas. E isso acontece em toda a parte sem exceção. (Tribuna dos Municípios, 24-03-1956)

Comparando e igualando a situação vigente aos tempos dos coronéis, o jornal demonstra o *status quo* da sociedade brasileira, enfim, a permanência do poder na mão da oligarquia, aumentando cada vez mais a divisão de classe. Não apenas na economia, como também na política, pois os municípios, vítimas da centralização do Estado, não usufruíam dos impostos, os quais eram destinados aos grandes centros.

A política de arraial domina mesmo, os salões embelezados dos palácios, com poltronas ventiladas e ar refrigerado. O poder, a ostentação do poder a vertigem do poder, a mania do poder, a vontade desenfreada de mostrar a todos a sua parcela de poder, a vaidade do poder, transforma o homem recalcado do século XX, num boneco que navega ao sabor das águas da paixão e do orgulho. E nisso se perdem horas preciosas, dias preciosos que, transformados em ação vigorosa em benefício da Nação, a tornariam a mais forte do universo. Política de arraial, é a mesma em toda a parte, com qualquer partido que domine a situação. Enquanto isso, os municípios do interior não têm dinheiro para o seu calçamento para a sua rede de água de esgoto, para as suas estradas, para a sua assistência social, porque, enquanto confabulam e discutem os políticos, o povo paga impostos para embelezamento das capitais ostentadoras de luxo e de extravagâncias abomináveis. (Tribuna dos Municípios, 24-03-1956)

Além do descaso com as cidades do interior, no governo de Jucelino, a inflação e a dívida externa foram aspectos negativos, pois ao aportar recursos para seu plano de metas, o presidente abriu as portas para o crescente endividamento, como também a urbanização ocasionou o favelamento e todas as consequências sociais, ambientais e políticas.

Do ponto de vista do crescimento o resultado do Plano de Metas de Jucelino, em curto prazo, foi um sucesso, porém os gastos governamentais para sustentar o programa de industrialização, a construção de Brasília e um sério declínio dos termos de intercâmbio com o exterior resultaram em crescentes déficits do orçamento federal. (FAUSTO, 2002, p. 238)

Os moldes como foi executado o desenvolvimento agravou os desníveis econômicos, políticos, cultural e social. No plano macro econômico caracterizou-se pelo triunfo das multinacionais, no plano político pela tecnocracia, no plano cultural pela “mass communication” e a repressão e, enfim, no plano social, pela reprodução acelerada da divisão de classe. (MOTA, 1980, p. 8)

FIGURA 10

Jucelino e o Presidente dos Estados Unidos Revista *O Cruzeiro* – 1956



Fonte: Casa da Cultura Irati – PR

1.4.1- A ideologia pelas instituições

Uma das instituições que garantiu a manutenção e a reprodução da ideologia nacionalista-desenvolvimentista foi o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) no governo de JK. Com esse Instituto, o presidente atraiu intelectuais para lançarem vários livros e publicações, que explicavam as causas e efeitos do subdesenvolvimento, e indiretamente divulgava a ideologia desenvolvimentista.

[...] a linha mestra, claramente anunciada pelo governo, era a industrialização forçada, a todo vapor (os famosos “50 anos em 5”), cercada por uma aura de otimismo e de confiança nas “potencialidades do país e de seu povo”, e amparada por um planejamento técnico eficiente. A equipe técnica que assumiu a tarefa, formada basicamente por “novos economistas”, constituiu-se num verdadeiro grupo tecnoburocrático que, ao invés de definir uma política econômica fundamentada, preocupou-se exclusivamente em acelerar “eficientemente” a expansão industrial brasileira. A ideologia subjacente a essa prática, e que se explicitaria pós 64, foi escamoteada internamente, através de uma política de compromissos habilmente manipulada, por uma “ideologia particular fascinante”, o Nacional Desenvolvimentismo. (XAVIER, 1990, p. 47)

A intelectualidade isebiana estava “[...] empenhada em converter-se em arauto da “consciência nacional. Superar-se-ia o subdesenvolvimento, e se instauraria a sociedade burguesa, a sociedade nacional.” (MOTA, 1980, p. 166)

O ISEB também promoveu cursos para jovens que tocados pelo otimismo multiplicavam a idéia de desenvolvimento do país. No seu Regulamento Geral era clara a ideologia, pois afirmava que tinha por finalidade o estudo, o ensino, e a divulgação das ciências sociais, a fim de realizar uma análise e compreensão crítica da realidade brasileira visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. (TOLEDO, 1997, p. 42)

O ISEB propunha-se constituir ou lançar bases de um “pensamento brasileiro” (autêntico ou não-alienado) através de um projeto teórico-ideológico de natureza totalizante onde confluíram disciplinas e ciências diversas: sociologia, história, política, economia e filosofia (Idem). Apesar de não admitir que seu trabalho promovesse a ideologia, e sim a produção científica e teórica, o pensamento isebiano procurava legitimar a ideologia nacional desenvolvimentista.

O ISEB foi fundado com o objetivo de elaborar a teoria do desenvolvimento, procurando os seus rumos e definindo os processos que deveriam ser adotados com o objetivo de promovê-lo. Era um instituto de pós-graduação, destinado a pessoas de diversas naturezas e bases de formação, que detivessem um mínimo de parcela de poder – particularmente, empresários e chefes militares – que, ali, eram introduzidas às questões relativas ao desenvolvimento, de tal e qual a Escola Superior de Guerra faz, no tocante à teoria da segurança nacional. [...] foi durante o governo de Juscelino Kubistchek que o ISEB desenvolveu-se, plenamente.[...] Seu governo caracterizou-se por grandes realizações. Paralelamente, o conceito de desenvolvimento despertava grandes controvérsias. O ISEB, cujos esforços se dirigiam, exatamente, para a elaboração de uma teoria do desenvolvimento, ganhou força, nesse momento. Foi também nesse período que o Instituto cindiu-se em duas correntes principais, cujas visões divergiam: um determinado grupo entendia o desenvolvimento à base de capitais nacionais; outro defendia maciços ingressos de capital estrangeiro. (SODRÉ, 1995, p.14)

Era um órgão que até 1964, quando foi fechado com o golpe militar, serviu e contribuiu para a manutenção e divulgação das ideologias da época, sob a tutela da classe dominante, dado que era destinado às pessoas que mantinham certa liderança. “Está claro que se o projeto dito ‘nacionalista’ parte dos aparelhos do Estado burguês, então não há nada a fazer: não é por aí que vai passar a libertação do povo.” (MOTA, 1980, p. 13) Assim como os demais

aparatos disseminadores da ideologia nacional-desenvolvimentista, o ISEB organizou propagandas, notícias e publicações teóricas que estivessem de acordo com as idéias dominantes do Estado burguês.

No momento áureo da corrida, pelos fins da década de 50, a integração Brasil – Imperialismo produzia arremedos de resistência, como o nacionalismo desenvolvimentista à ISEB: ideologia conciliante e ineficaz, pois tendia a imitar, a curto prazo, os males que a fizeram nascer, males de gigantismo industrial e burocrático. O alvo era a passagem, ou melhor, o “arranque” salvador graças ao qual teríamos uma infra-estrutura nacional sem passar pelo inconveniente do Estado opressor. (MOTA, 1980, p. 4)

O Estado e seus aparelhos ideológicos, fundamentado pela lógica de crescimento econômico, deixa para trás questões de alcance social, mesmo utilizando-se do populismo e do discurso ideológico de harmonia entre as classes e bem estar social. “A legitimação do Estado brasileiro, na segunda metade do século XX, fundou-se basicamente na capacidade de gerar crescimento econômico, com descaso pelas dimensões sociais, em particular, a educação e a saúde.” (SORJ, 2000, p.20), típico de todo estado burguês que organiza um modo particular a dominação de classe, utilizando-se de condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção, sem se preocupar com as questões sociais e sim apenas com o crescimento da economia e dos capitais da burguesia. O retrato dessa situação está no fragmento abaixo, editado pelo jornal:

Existe no Brasil, um Ministério da Saúde. Várias secretarias da saúde, nas capitais dos estados. Postos de saúde pontificam em todos os recantos. Uma infinidade de organizações oficiais ou oficializadas, destinadas à defesa da saúde do povo existem por toda a parte. Apesar-de tudo isso, a saúde em nossa terra, é um caso muito sério e nunca esteve o povo tão mal servido como agora. É correr o interior e a verdade nos alta aos olhos, para enchê-los de lágrimas. Abandono. Os médicos são mal pagos e talvez porisso há falta deles. (Tribuna dos Municípios, 10-01-1958)

O burocratismo também é denunciado nesse texto, pois, para que se consolide o Estado burguês é necessário um conjunto de recursos materiais e humanos com a finalidade de conservação do processo de extorsão e de conservação da dominação de uma classe por outra. (SAES, 1985, p. 39) Fica

evidente também as conseqüências desse burocratismo, quando o texto relata de forma enfática as contradições existentes na sociedade, entre elas a falta de estrutura nas cidades do interior em comparação aos grandes centros e a função dos institutos de previdência.

Não há ambulâncias nas cidades principais, a começar da nossa. Um doente fica mal em lugares distantes, onde não há estrada, não há telefone, não há telégrafo, e morre antes do tempo. Para consolar a família dizem que era destino. Laboratórios para exames, aparelhos de raios X, medicamentos, deveriam existir em abundância em tôdas as cidades ao alcance dos que vivem exclusivamente do ordenado e também daqueles que nem ordenado têm. Mas o que se vê é o contrário. Os institutos de previdência que estão matando o interior com uma arrecadação enorme, constroem prédios nas cidades grandes, em vez de distribuir hospitais pelo Brasil afora. Hospitais com o equipamento necessário a bem entender as populações interioranas. Onde já se viu falar em exames pré-natais e os cuidados de que carecem a gestante, àqueles que mourejam nas vilinhas, nos lugarejos, nas colônias e mesmo nas cidades, nos bairros operários? Onde se tem visto visitas domiciliares obrigatórias, a distribuir BCG e outras providências necessárias, pelos bairros, pelas vilas, pelos povoados do imenso sertão brasileiro? Que noções de puericultura se ministram às mães inexperientes e às futuras mães? A saúde pública deve ser olhada com carinho pelos nossos homens de govêrno. É preciso que deixem de lado a demagogia que nos desgraça, que abandonem o interêsse pessoal a influir atos políticos e se voltem todos, com o alto e dedonado interêsse de servir realmente ao povo. Dentro dêsse esquema, está, num dos primeiros planos, a saúde dos brasileiros. (Tribuna dos Municípios, 10-01-1958)

É também com a educação, outro aparelho ideológico, que é possível observar o poder ideológico do Estado burguês, na década de 1950.

CAPÍTULO II
EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 50 RETRATADA PELO JORNAL
TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS

*[...] a minha consciência é minha
relação com que me rodeia.*
(MARX)

FIGURA 11
Rua 19 de dezembro – Irati – PR (1959)



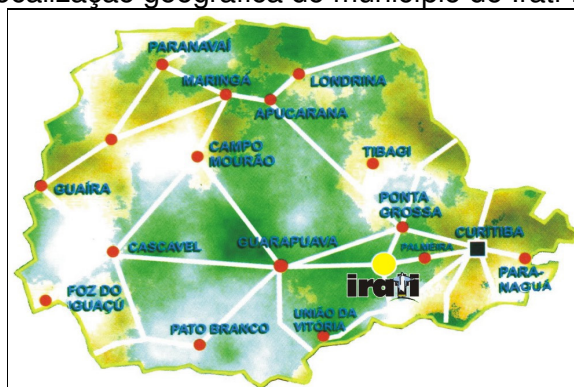
Fonte: Casa da Cultura – Irati- PR

O jornal *Tribuna dos Municípios*, de Irati – PR, apesar de não ser um jornal específico da área educacional, ou seja, um periódico educacional, traz em cada publicação vários artigos, notícias e anúncios que tratam do tema, isso porque era o meio de informação da época.

Localizado no centro sul do Paraná, Irati teve sua povoação iniciada em 1830, entretanto, é no início da República que a sociedade, na região, começa a ser estruturada e organizada, principalmente com a vinda dos primeiros imigrantes holandeses, italianos, poloneses e ucranianos e com a construção da estrada de ferro São Paulo- Rio Grande.

FIGURA 12

Localização geográfica do município de Irati-PR



Fonte: Prefeitura Municipal de Irati - Assessoria de Imprensa – Cd room - Informações gerais

As idéias capitalistas de modernização do início do Século XX, que começavam a tomar forma no Brasil, estavam intimamente ligadas ao povoamento e a melhoria do país, entre estas melhorias almejava-se o progresso através dos transportes, mais precisamente através do trem. Novas estradas de ferro foram sendo feitas, permitindo a ligação das áreas rurais com os grandes centros.

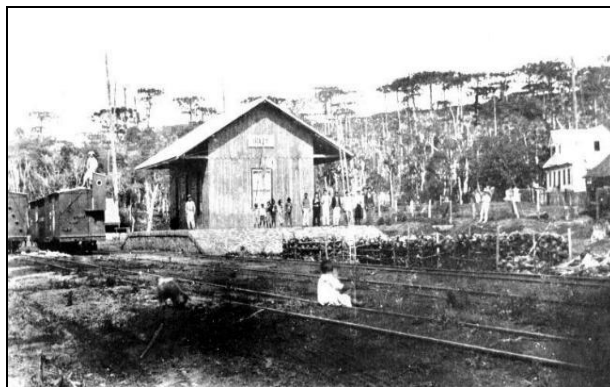
[...] qualquer pessoa que chegasse às cidades paranaenses no período da Primeira República encontraria, em maior ou menor graus alguns signos da então moderna tecnologia [...]. Nesse contexto, o trem foi um arauto do progresso. (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p 66)

Irati, então teria sua formação ao redor da ferrovia São Paulo - Rio Grande controlada pela Brazil Railway Company, responsável também por outras estradas de ferro no país, e no Paraná ocupada em “[...] explorar a madeira das regiões dos Rios Iguaçu e Paraná.” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, P. 67)

A construção dessa estrada de ferro influenciou de forma significativa a economia da região, a formação urbana, diversificando as atividades econômicas, tornando-se centro de decisões políticas, até ser elevado a município em 1907.

FIGURA 13

Estação Ferroviária em 1899, no local chamado Covalzinho. Inaugurada em dezembro daquele ano, como nome Estação de Irati.



Fonte: Prefeitura Municipal de Irati - Assessoria de Imprensa – Cd room Informações gerais

A cidade de Irati, na época da fundação do jornal Tribuna dos Municípios, em 1954, tinha um papel preponderante na região centro-sul do Paraná, como também exercia, politicamente e comercialmente, influências em outros municípios menores, dado que possuía um comércio atuante e as melhores escolas privadas da região.

Sua economia fundamental, como em todo território paranaense, constituiu-se pela agricultura, principalmente da batata - inglesa (batatinha), o que lhe deu o título, na década de 50, de maior produtor. Conforme aponta o jornal Tribuna dos Municípios: *“A intensa atividade agrícola do município se mostra nos tabuleiros geométricos e cultivados que se entendem pelas curvas caprichosas dos morros arredondados.”* (Tribuna dos Municípios, 24-05-1954).

FIGURA 14

Carregamento de batata na Estação Ferroviária de Irati -1957



Fonte : Casa da Cultura – Irati- PR

Nessa época, também ao Estado do Paraná, é reservada “[...] a condição de grande produtor de café – carro chefe das exportações nacionais, assegurando-o uma participação decisiva na economia brasileira.” (MAGALHÃES, 2001, p. 58) Fato ocorrido em consequência do despontar da indústria nacional, no fim do decênio do século XX, em São Paulo, fazendo assim a cafeicultura, em sua procura perene por novas terras, invadir os estados vizinhos. (SINGER, 2001, p. 92) Surgem, então, as cidades do norte do Estado como Londrina, Apucarana, Maringá, Cianorte, Umuarama.

Já o município de Irati contava, em 1950, com uma população²⁷ de 25.491 habitantes, sendo que destes 69% residiam na área rural e em sua maioria eram descendentes de imigrantes. Enquanto nas zonas urbanas do país crescia a burguesia industrial, a classe média e conseqüentemente o proletariado, no Paraná a economia se mantinha em torno do setor agrícola.

[...] em contraste com o restante do país, uma economia que ainda se mantinha em torno de dois setores: o ervateiro, com uma trajetória de expansão a que se seguiu um período de baixa, e o madeireiro, em crescimento constante no comércio interno e externo.(TRINDADE, ANDREAZZA, 2001, p. 94)

²⁷ Os dados sobre o Município foram retirados da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1959.

A indústria no município de Irati não fugiria desta situação, pois contava com 116 estabelecimentos sendo que 75% concentrava-se no ramo madeireiro, especificamente de extração e beneficiamento e os restantes 25%, em produtos alimentares. *“Irati é uma cidade que está crescendo. As altas chaminés de suas fábricas são pontos de exclamação na paisagem, a evidenciar, pela voz de suas máquinas, o labor e a capacidade construtiva de seu povo.” (Tribuna dos municípios 24-05-1954)*

No Paraná e nas cidades do interior, como Irati, formou-se, em torno dessa economia agrícola, uma burguesia industrial em oposição ao que ocorrera no restante do Brasil.

Já nos grandes centros do país, tendo como prioridade as relações de trabalho e a industrialização, o Estado através de seus aparelhos ideológicos, como a imprensa e a educação, influencia o estilo de vida da sociedade no país nos anos 50. A imprensa usufruindo dos bens industriais que a modernidade passa a proporcionar ao cotidiano das pessoas, adota práticas demonstrando que o sistema capitalista e o consumismo eram capaz de promover o bem estar. Entretanto, esse fato estendia-se apenas às grandes cidades, no qual a expansão da indústria já era uma realidade. O interior do país, baseado na economia agrícola, continuava aquém desta modernidade, mas ao mesmo tempo, reproduzia os valores impostos pela classe dominante, como por exemplo, a educação que era pensada a partir dos interesses deste grupo.

Em relação a educação, em 1956, funcionavam no município de Irati, 57 unidades de ensino primário fundamental, com matrícula de 3.505 alunos. Esses estabelecimentos de ensino elementar eram mantidos pelo Estado, todavia também havia estabelecimentos de ensino extraprimário de iniciativa privada: O Ginásio São Vicente de Paulo, mantido pela congregação de Padres Lazaristas, o Ginásio Nossa Senhora das Graças, com uma escola Normal, mantido por irmãs Vicentinas e o Ginásio Irati, com uma escola Técnica de Comércio e uma escola Normal. O jornal na reportagem abaixo registra seu interesse pela iniciativa privada quando divulga esses estabelecimentos, tecendo comentários sobre cada um, porém, em relação ao ensino estatal, apenas retrata um grupo escolar, dentre os 57 que existiam na época.

FIGURA 15

Texto de divulgação das escolas de Irati *Jornal Tribuna dos Municípios*
(24-05-1955)

Farmácia "N. S. da Conceição"
SILVIO MARTINI & CIA.
A mais nova farmácia para bem servir a população iratiense.
Rua 19 de Dezembro n. 5

Colégio

IRATI

O Colégio Irati foi fundado em 1939, pelo saudoso sr. Tito Calderari, um grande amante da terra natal e tudo fez para dotar a sua cidade de um estabelecimento de ensino à altura de nossos foros de civilidade, abrindo novos horizontes à mocidade que até então se via na dura contingência de marcar passo e ver apenas os bem afortunados estudando na capital. Acompanhou nessa trajetória benemérita, pelo futuro dos moços iratienses, o ilustre facultativo dr. Ary Cordeiro de Moraes, hoje residente em Curitiba. Atualmente dirige o Colégio o sr. dr. Iair Anibal Calderari e o prof. José Emílio Calderari, os quais levam a mesma obra educacional, mantendo além do curso ginasial, o científico, o técnico de comércio e o de formação de professores.

Tito Calderari

Dr. Ary Cordeiro de Moraes

Fonte: Casa da Cultura – Irati- PR

FIGURA 16

Texto de divulgação das escolas de Irati *Jornal Tribuna dos Municípios*
(24-05-1955)

TRIBUNA DOS MUNICIPIOS

Ginásio Estadual S. Vicente de Paulo
O Ginásio Estadual S. Vicente de Paulo é um modelar estabelecimento do ensino secundário, dirigido pelo Rvmo. Pe. José Lima, educador emérito que, ao lado dos reverendíssimos padres lazaristas, vem desenvolvendo um grande trabalho educacional em nossa cidade.
Duas centenas de alunos não apenas de Irati, mas procedentes de vários pontos do Estado, recebem ali, as luzes da instrução e da educação.
Localizado no ponto mais alto da cidade, descortina-se lá de cima, o panorama amplo da cidade nos seus vários aspectos e atividades.

Grupo Escolar "Duque de Caxias"
Na parte alta da rua 15 de novembro, de onde se descortina, eis em baixo, o panorama bellissimo da cidade, que trabalha e que prospera ao ritmo da mais perfeita harmonia, está instalado, ultimamente o Grupo Escolar Duque de Caxias.
Quasi um milhar de alunos frequentam aquele estabelecimento de ensino primário, assíduos por se abeberarem nas fontes abundantes do saber, onde 55 professoras, conscientes da alta missão que lhes foi confiada, trabalham com verdadeiro amor e dedicação.
Dirige com proficiência o educandário a profa. Mercedes Basso.

Ginásio N. Senhor das Graças e Igreja Matriz de S. Miguel
Na rua 19 de dezembro, um prédio se ergue soberbamente ao lado da Igreja matriz de São Miguel, cuja torre imponente se destaca no panorama azul como altiva única. É o Ginásio Nossa Senhora das Graças, um dos principais estabelecimentos de ensino, que mantém os cursos primário, ginasial e formação de professores, dirigido inteligentemente pela Rvma. Irakê Emilia.
É vigário da paróquia de S. Miguel o Rvmo. Pe. Francisco sendo coadjutor, o Rvmo. Pe. José. A nova Igreja representa, o espírito de cooperação e boa vontade dos paroquianos e o esforço e a abnegação do seu vigário da ilustre comissão, cujo presidente é o esforçado mr. André Filipiak.
"Uma falsa ciência gera ateus; a verdadeira ciência leva os homens a se curvarem diante da divindade".

LIPO DE DIREITO DA COMPANHIA DE IRATI
Edital de Citação de Herdeiros
O DOUTOR JOSÉ SAID ZANLATTI, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE IRATI, PARANÁ, RGO.
FAZ saber a todos quantos o presente edital com o prazo de trinta (30) dias virem, ou dele conhecimento tiverem que perante dele Juízo está se processando o inventário dos bens deixados por DEMETRIO VIEIRA achando-se ausente a herdeira FLORENA VERES GUTERRELL, brasileira, casada com Rodolfo Gutierrez, pela presente e na melhor forma da lei, cita-a para comparecer perante este Juízo, a fim de alegar o que lhe a bem de seus direitos. E para constar, mandou passar o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Irati, Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e cinco. Eu, Manoel Labão, Escrivo, o datilografei, subescrevi e dou fé.
José Said Zanlati
Juiz de Direito

EAD E SORVETERIA "MAZUR"
Um ponto ideal de convívio
Rua Expedicionária de Lima

Fonte: Casa da Cultura – Irati- PR

O ensino elementar, em relação às matrículas, na década de 1950, teve um aumento na sua ampliação²⁸, porém o analfabetismo era ainda uma realidade. Irati contava com 21.513 pessoas de cinco ou mais anos, destas 12.728 sabiam ler e escrever. Numa época, em que todas as intervenções

²⁸ Em 1950 a 1961 o número de matrículas na 1ª série do Ensino Primário era de 2.458.702, e da 2ª série de 1950 a 1961 era de 946.220. Já de 1955 a 1966 o número aumentou para 3.157.680 na 1ª série e 1.257.915, na 2ª série. (ROMANELLI, 2005, p.89)

educacionais do Estado estavam voltadas ao ensino secundário em consonância ao momento de busca pelo desenvolvimento da mão-de-obra a serviço das indústrias, enfim ao capitalismo, a alfabetização ainda era uma questão a ser resolvida.

Esse panorama geral do município, contendo dados sobre a sua estrutura, pode ser observado no artigo da primeira edição, na qual o jornal faz a sua apresentação e retrata dados sobre a educação em Irati:

O conceito de educação é bastante vasto e não deve ser interpretado vulgarmente no sentido pedantesco de impor princípios e ditar regras. Educar é fazer compreender, é normalizar atividades dispersas, é disciplinar forças subordinando-as a uma finalidade moral. Faz-se mistér na vida de todos os municípios progressistas, órgãos de imprensa queintonizem tôdas as suas energias, que ascultem todos os seus problemas, que faça público e defenda todos os seus interesses. Iratí é uma cidade que está crescendo. A existência de três ginásios, um colégio científico, uma escola técnica de comércio, duas escolas normais, de um jornal de tradições como "Correio do Sul", cuja a existência data de 1935, sob o labor intenso e patriótico de Gumercindo Esculápio e Jorge Garzuze, provam o apreciável nível intelectual da cidade. "Tribuna dos Municípios" vem colaborar pela elevação cultural de Iratí e batalhar com ardor, pelos municípios do interior que vivem, longe do cimento armado, com falta de tudo o que sobeja nas grandes cidades.

O jornal Tribuna dos Municípios, conforme caracterização do texto acima, coloca-se, como o próprio termo tribuna se refere, um órgão de imprensa defensor dos interesses públicos. Não apenas do município de Irati, mas também dos municípios da região²⁹, dado que estes, igualmente, sofriam o descaso e as conseqüências da centralização política nas mãos do Estado. O municipalismo era um tema abordado já naquela época e o jornal, denunciando a importância da autonomia dos municípios, coloca-se a favor e contra a concentração de riquezas nos grandes centros.

Nesta época em que se fala muito em municipalismo, mas que pouco de entende disso, ou pouco se pratica de verdadeiro, municipalismo, queremos ser o porta voz fiel de todas as pequenas cidades que sofrem como nós os mesmos sofrimentos, que têm como nós, problemas idênticos que exigem solução imediata, para que se possa construir sob alicerces fortes, o Brasil forte que tanto sonhamos. Enquanto os

²⁹ Irati faz divisa os seguintes municípios: Imbituva, Fernandes Pinheiro (na época pertencente a Teixeira Soares), Prudentópolis, Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul.

municípios forem pobres, não poderemos pensar na realização da riqueza do país. Dentro de suas finalidades "Tribuna dos Municípios" se propõe a ventilar e estudar publicamente a vida bastante complexa dos municípios. Para isso as portas de sua redação acham-se abertas a todos os de boa vontade e para todos os estudiosos que queiram colaborar conosco nesta grande empreitada, de proclamar os direitos dos municípios para a grandeza do Paraná e felicidade do Brasil. (Tribuna dos Municípios 24-05-1954)

Além de demonstrar as características da cidade, nessa década, a *Tribuna dos Municípios* deixa claro, já na primeira edição, seu posicionamento ideológico conservador em relação à educação, a qual cabia a preparação do homem de acordo com sua posição social, a fim de que desempenhasse suas funções de cidadão e desenvolvesse seu senso de moralidade, enfim a formação de um bom caráter.

Esse discurso ideológico, que freqüentemente permeava os textos do periódico, é centrado em valores morais como religiosidade, bem comum, formação do cidadão. A educação coloca-se com a missão de conter as ameaças da ordem social, entre elas a ignorância do povo. Discurso este embasado no idealismo de Hegel, no qual diz que “as idéias, pensamentos e conceitos produziram, determinaram e dominaram a vida real dos homens, o seu mundo material, as suas relações reais.”(MARX, 1979, p.9) Sendo assim, a educação teria o papel de cura da ignorância, do mal intelectual, enfim, da disseminação da ideologia liberal e este discurso, bem como outros baseavam-se nos interesses dos grupos sociais, como será visto a seguir.

2.1- Os interesses dos grupos sociais sobre a educação

O Estado garante a manutenção e a reprodução dos meios de produção através dos aparelhos, veículos capazes de inculcação de ideologia dominante que assenta na reprodução de seu idealismo, pois toda a sociedade dividida em classes

[...] é necessariamente idealista: a elite esclarecida dita as normas, e a massa bruta seve seguí-las sem discussão. Nem sequer há lugar para a famosa liberdade de pensamento que a revolução burguesa pretendeu instaurar no mundo, dado que se trata de iluminar os espíritos a partir do monopólio “científico” de uma minoria, cujas ideais reflectem os seus

próprios interesses econômicos imediatos, em oposição aos das amplas massas que não podem escolher a sua verdade em função das suas condições e interesses materiais. Este iluminismo, finalmente, apóia sempre os dominadores e os tiranos, e mistifica as massas pretendendo estar acima das classes. (MARX, 1978, p. 36)

Diante disso, a educação, um desses veículos, com a função de reproduzir as relações de produção, ou seja, as relações de exploração capitalista, sob a aparência de neutralidade e desprovida de ideologia, conduzem os alunos a um conformismo com um “[...] ensino burguês que evolui segundo as necessidades ditadas pelo nível de desenvolvimento da indústria que explora os proletários. Estes nada têm, portanto, a esperar dela.” (MARX, 1978, p. 36), muito menos questioná-la, em virtude de que esta é disseminada como via de acesso às classes dominantes, no qual o mérito pessoal é responsável pela privação material, garantindo aos mais capazes e que se esforçam, o acesso às melhores condições. “O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno, é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder”. (CARVALHO, 1990, p. 09)

A educação, no jornal Tribuna dos Municípios, foi um assunto amplamente debatido em artigos e notícias, os quais evidenciavam as suas idéias em relação à concepção destinada a ela e sua ligação com a moralidade, enfim, com o pensamento conservador.

É errado pensar que instrução e educação são a mesma coisa. Na verdade, toda pessoa instruída deveria ser educada. Entretanto, isso que deveria ser regra, passou, nos tempos modernos, a ser exceção. É comum encontrarmos alguém semi alfabetizado, residindo nas colônias, nos pequenos vilarejos, que são incapazes de passar pela frente do outro, sem pedir licença; que tiram o chapéu quando cumprimentam; que cedem o lugar aos mais velhos e às senhoras; que não tratam os amigos ríspidamente, que cumprem, finalmente, as regras mais elementares. Educação é um hábito. Por isso temos que nos habituar, a começar dentro da nossa própria casa, à prática das boas maneiras no trato com o nosso próximo..(Tribuna dos Municípios, 07-08-1954)

Ao propor o ensino de moral e cívica, o texto do jornal transmite a idéia que esse ensino possibilitaria auxiliar na educação da juventude, tão influenciada pelos “tempos modernos”. Porém a visão mais crítica da

sociedade e da influência do capitalismo não ia além do enaltecimento das boas maneiras e de apologia ao conformismo.

Em contrapartida, a ideologia do Estado burguês ficava evidente nos currículos, na metodologia, nas reformas educacionais baseados na cultura e nos padrões da classe dominante. Assim, conforme os interesses do Estado, direcionava-se a orientação política educacional capitalista de maior contingente de mão-de-obra para novas funções abertas pelo mercado, no qual

[...] representa, portanto, sob o capitalismo, uma arma poderosa de mistificação e de conservação entre as mãos da classe capitalista. Tem tendência para dar aos jovens uma educação que os torna leais e resignados ao sistema actual, e os impede de descobrir as suas contradições internas. (MARX, 1978, p. 37)

O Estado, mesmo com o discurso liberal de democratização e igualdade de oportunidade, a partir das inovações pedagógicas e de forma dissimulada, perpetua a hegemonia da classe dominante através da educação, em conformidade aos ditames da realidade econômica, contribuindo para a divisão de classes, pois tal qualificação da mão de obra representaria nada além do que uma melhora dentro da própria classe.

Para a maioria, que só nos interessa numa visão de classe, o ensino apenas reproduz para o futuro as condições de saber e de ignorância, indispensáveis ao bom andamento do capital. [...] A seleção feroz (que explica a angústia e por vezes a revolta nos jovens) é feita por grosso modo a partir da base econômica e não da inteligência, igualmente repartida potencialmente em todas as classes, dispondo as crianças dos ricos de um meio material que as prepara muito naturalmente para a ideologia e as reações “dominantes”, e as pobres vivendo no estado que reproduz a pobreza, não condizendo as suas condições com o que lhes é ensinado na escola. (Idem, p.38)

É na condição de divisão de classes que está a existência da ideologia e a separação entre trabalho material e intelectual, enfim entre a teoria e prática. É esta ideologia que permite colocar o interesse privado como universal e, conseqüentemente, a dominação como consenso.

A divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão a partir do instante em que se instaura uma divisão do trabalho material e do

intelectual³⁰. A partir desse instante a consciência pode efetivamente imaginar que é algo outro do que a consciência pode efetivamente imaginar que é algo outro do que a consciência da prática existente, pode imaginar efetivamente representar algo sem representar algo efetivo – a partir desse instante a consciência está em condições de se emancipar do mundo e passar à formação da “pura” teoria, teologia, filosofia, moral, etc. (MARX In. FERNANDES, 1989, p.198)

É com a desigualdade de conhecimentos que se perpetua a desigualdade social, e a década de 1950 sinaliza tal fato, pois a fim de que fossem conquistadas condições para o desenvolvimento, a educação moldou-se com objetivo de manutenção e reprodução de tal desigualdade. Desenvolvimento este que se destinava apenas a uma parcela da sociedade. “A educação iluminista, concebida pela burguesia para utilização dos operários, não passa de uma série de receitas morais para ensinar a viver decentemente aqueles que não têm os respectivos meios materiais.”(MARX, 1979, p. 71)

Independente de qual discurso ideológico, os grupos disseminavam implicitamente, pelas vias da educação, a perpetuação do poder e dos interesses de classe.

2.2- A educação na década de 1950

Elevar o Brasil à condição de grande potência era o objetivo do Estado. Desde 1930, a indústria ia deixando suas características tradicionais e com a II Guerra Mundial e as restrições com a importação, efetivamente acontece o impulso para a expansão industrial do país e, com isso, as mudanças na sociedade.

A nova fase de expansão da indústria exigia, portanto, que algumas medidas fossem tomadas no sentido da preparação da mão-de-obra. O sistema educacional, todavia, não possuía a infra-estrutura necessária à implantação, em larga escala, do ensino profissional, tampouco as classes médias, que faziam crescer a demanda social da educação, estavam realmente interessadas no ensino profissionalizante de grau médio. A organização do ensino médio profissional continuou, pois apesar das reformas, a arrastar lentamente, sem uma expansão capaz de atender às necessidades do desenvolvimento. A indústria, por sua

³⁰ Trabalho intelectual – os pensadores, ideólogos ativos que refletem e tiram a sua substância principal da elaboração das ilusões que essa classe tem de si própria; trabalho material – atitude mais passiva e mais receptiva face a esses pensamentos e a essas ilusões, porque são, na realidade, membros ativos da classe de que dispõem de menos tempo para produzirem ilusões e idéias sobre as suas próprias pessoas. (Idem, p. 56)

vez, exigia uma formação mínima do operariado, o que teria de ser feito do modo mais rápido e mais prático. (ROMANELLI, 2005, p. 166)

Diante da cobrança das indústrias de uma formação mínima do operariado, surgiu o aparecimento de exigências educacionais, principalmente, em relação à qualificação para o trabalho. A Reforma Capanema³¹, de 1942 - que reformulou o ensino secundário – é um exemplo das ações realizadas pelo Estado nesse aspecto, pois “Uma forma muito apreciada pelos burgueses é a educação, e particularmente, a educação profissional universal.” (MARX, 1979, p. 73)

O jornal, em relação à educação, colocava-se ora contrário ao Estado, dado que seus ideais baseavam-se nos ditames hegelianos e nesta década o capitalismo estava consolidado, e conseqüentemente os ideais liberais, ora também tratava de assuntos que evidenciavam a ideologia pregada pelo Estado, demonstrando a influência desta, tendo em vista a frequência em que os artigos eram debatidos sobre a educação profissionalizante, tema que mais era dado ênfase na época.

O Brasil precisa de homens sãos para o trabalho. E é pela raça que se dá valor a um povo e pela moral que se conhece a sociedade. Dando extinção ao abandono de crianças temos u'a mocidade sadia e forte. Eduquemos a infância para a vida dando-lhe uma profissão adequada ensinando-lhe a compreensão do bem, e amanhã veremos cidadãos capazes de lutar inteligentemente pelo melhoramento do Brasil. (Tribuna dos Municípios – 26-02-1955)

O Estado, nessa época, atrelava a educação às necessidades de institucionalização de uma “educação para o desenvolvimento”, ou seja, ao ensino técnico-profissionalizante, que não deveria ser apenas no ensino médio, mas até mesmo o primário teria de se obrigar a educar para o trabalho.

³¹ Em 1942, por iniciativa do então Ministro de Vargas Gustavo Capanema começam a serem reformados alguns ramos do ensino. Ainda uma vez o governo preferia conduzir-se para o terreno das reformas parciais, antes que para o da reforma integral do ensino, como exigia o momento. (ROMANELLI, 2005, p. 154) É decretada a Reforma de Ensino Capanema, relativa ao ensino secundário, refletindo o transplante da ideologia nazi-fascista já agora na organização escolar brasileira. (RIBEIRO, 1981, p. 122) Trechos do próprio Capanema sobre o ensino secundário indica esta influência: “Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade”. (RIBEIRO, 1981, p. 138)

Vivemos uma época em que se pretende construir tudo pela metade, ou do meio para o fim. Fala-se em reforma urgente do ensino médio e na difusão do superior, semeando-se faculdades, deixando-se ao abandono, o curso básico, sem o qual nada será possível fazer. O ensino primário, sobre o qual se erigirá o edifício da instrução, é ainda e infelizmente, uma verdadeira calamidade. Fazemos campanhas de alfabetização de adultos e deixamos as crianças se criarem sem escolas, para que novos adultos analfabetos continuem a existir, justificando assim, uma campanha sem resultados práticos. (Tribuna dos Municípios, 23-03-1957)

No entanto, através desse artigo do jornal, pode-se observar a situação do ensino primário no interior, em uma época na qual a ênfase era para o ensino profissionalizante.

[...] NO BRASIL EXISTEM MAIS DE QUATRO MILHÕES DE CRIANÇAS SEM ESCOLAS. Não se pode começar a construção de um edifício pelo sobrado. Vamos cuidar, portanto, de regularizar, antes de tudo, o ensino primário, dando melhor estrutura, subordinando-o ao Ministério da Educação, formando com carinho e patriotismo os seus professores com obrigatoriedade de estágio nas escolas longínquas, dando-lhes um critério de remoção por merecimento comprovado em concursos. É preciso que cada povoado, onde existam 10 crianças, tenha a sua escola e a sua mestra dedicada, com a obrigatoriedade de se concluir o 4º ano, pois o que se verifica é que, além daquele número astronômico de crianças sem escolas muitas das que frequentam, apenas se alfabetizam e abandonam os bancos escolares no início do segundo ano. É extremamente doloroso tudo isto e merece o estudo e a solução urgente por parte dos responsáveis que terão de se apresentar um dia perante o tribunal da história, para prestar contas de sua gestão. A responsabilidade, porém, não está somente nos governantes [...]. (Tribuna dos Municípios, 23-03-1957, com grifos do original).

Mesmo havendo uma ampliação da rede escolar, o país manteve a metade de sua população sem domínio dos conhecimentos básicos da leitura e da escrita, demonstrando, assim, a utilização do ensino apenas à elite, dado a falta de continuidade pela maioria da população nos seus estudos.

Inverteu-se o papel da educação colocando a escola sob os desígnios diretos do mercado, como formadora de mão-de-obra técnica. O Estado, com suas reformas educacionais visava, em primeiro plano, ao ensino

profissionalizante, porém como se pode observar, nos textos do periódico, esta realidade restringia-se aos grandes centros.

Há falta de bons profissionais em tôdas as categorias de trabalho. Queixam-se os alfaiates, os barbeiros, os marceneiros e outros a falta de braço.[...] Onde estão as escolas profissionais para se descobrir vocações e encaminhá-las? Onde estão os homens públicos nesta hora de angústias? Que pensam e que fazem os responsáveis pelos destinos da Nação?...Passeiam. Vão a banquete e festas suntuosas que se sucedem a todo instante. É muito exigente a vida social dos homens públicos. Não há tempo para pensar nessas coisas, para estudar esses problemas. É preciso, porém mudar. Vamos mudar de atitudes! (Tribuna dos Municípios, 21-08-1954)

O poder da influência da ideologia do Estado burguês é visto nesse artigo, no qual o jornal evidencia sua concordância e conformidade em relação às propostas educacionais capitalistas de preparação de mão-de-obra, inclusive denuncia a falta do ensino profissionalizante no município. Ultrapassando somente questões de sobrevivência do próprio periódico, em virtude que não era válido ir contra àquele que regularizava a sua veiculação, manifestando de forma clara, o princípio liberal de recrutamento, segundo a competência individual, ao enaltecer as vocações. Inclusive é denunciado o descaso dos políticos com a falta de empenho desses nas questões sociais, especificamente, a preparação para o mercado de trabalho.

Em contrapartida, já em outro artigo, o jornal relata a sua opinião com relação a concepção de trabalho. Como forma de transformação do objeto, a partir de uma atividade livre do indivíduo, denuncia a maneira como o capitalismo e o pensamento liberal vinha desvirtuando a sua função, bem como a visão do homem, colocando-o como mero produto.

Questão social existe não como simples palavra, mas como trágica realidade. Traduz aquêle complexo de males que atormentam a sociedade com relação ao trabalho. O trabalho em sua justa acepção é a atividade livre e consciente da pessoa humana exercida sobre uma realidade externa. "é transformação de um objeto ao qual imprime o cunho do espírito. É aperfeiçoamento do sujeito a quem permite atualizar as próprias virtualidades físicas, intelectuais e morais". Arrancado deste centro, desvirtua-se; é sempre tirano, escraviza, quer seja ídolo (socialismo), quer seja mero instrumento de produção (capitalismo).(Tribuna dos Municípios, 27-06-1954)

Estar livre do preceito liberal de meritocracia era a maneira para sanar os males que se colocava na sociedade. A alienação e o desvirtuamento que o capitalismo vinha proporcionando ao homem, só finalizaria com a consciência da própria alienação.

Divinizá-lo para enaltecê-lo, é escravizar o homem sob o jugo de uma tirania humilhante. Degradá-lo à categoria de meio a serviço de uma bem material, é sacrificar no operário, o homem com suas exigências espirituais. A questão social é o fruto do desvirtuamento progressivo do verdadeiro conceito do trabalho. Para apreendê-lo, basta ter os olhos abertos e a consciência livre do preconceito liberal, que teima em negar a própria realidade. Os fatos são por demais concludentes para não nos ferir de pronto a retina [...]. A lei da justiça que devia regular as relações sociais, foi substituída pela lei de Nietzsche: "Vence o mais forte". (Tribuna dos Municípios, 27-06-1954)

As mudanças nos costumes da sociedade, entre elas o consumismo, que reforça a reprodução dos meios de produção, fica evidente nesse artigo. Apesar de referir-se à inversão do papel do homem em relação ao trabalho, de dominador a dominado, caracteriza esse como aperfeiçoamento de virtudes, dado que o homem possui exigências sociais. Retorna-se, então, ao próprio preceito liberal de meritocracia.

A educação para o trabalho, em virtude de o Estado estar sob a tutela do mercado e do capital, era a grande preocupação dessa década. Além da ênfase a esse tema, a partir do levantamento das notícias do jornal, constatarem-se também os seguintes temas específicos mais abordados e que podem fornecer uma análise das maiores preocupações da época: alfabetização, ensino rural, educação e juventude, metodologia, educação e religião, educação e política, professor, formação de professores, tema os quais serão discutidos a seguir.

2.3- As discussões da época e a relação do Estado e a educação

A sociedade brasileira, nos anos 50, teve um grande impulso para a base industrial, com isso as exigências para um melhor preparo de mão-de-obra, já discutido acima, levou a concentrar as ações educacionais para esta modalidade. Entretanto, num país que continuava com um índice elevado de

analfabetos, principalmente devido ao grande contingente de êxodo rural, era evidente a dissimulação da ideologia dominante e a reprodução das relações de produção, com o descaso e ações ineficazes para sanar este problema.

[...] A sociedade brasileira, nos últimos 20 anos, trocou uma base econômica agrícola pela indústria. As exigências de melhor preparo de mão de obra acentuam-se. Quando a simples alfabetização já não basta, não conseguimos sequer oferecê-la a mais de 25 milhões de brasileiros! Ora, na sociedade industrial a cultura letrada não é apenas condição de ajustamento social, mas também de sobrevivência individual. (RIBEIRO, 1981, p. 146)

O jornal retrata tal fato quando diz que o “[...] *analfabetismo no Brasil ainda é uma realidade angustiante, a-pesar-de tôda a propaganda de alfabetização.*”(Tribuna dos Municípios, 13-06-1954)

Desde a Primeira República, na qual o analfabetismo era “[...] a marca da inaptidão para o Progresso. Era ele a causa da existência das populações que ‘mourejavam no Estado’[...].”(CARVALHO, 1989, p.40), foram feitas campanhas para sanar esse problema e, na década de 50, não foi diferente, como se observa nesse anúncio do jornal:

Antes de ensinar a um analfabeto as letras primárias, você deverá alertá-lo, fraternalmente, sobre os males da ignorância. Procedendo de tal sorte, colaborará coma Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. (Tribuna dos Municípios - 08-10-1959)

Entretanto, as ações do Estado, nesse sentido, não foram realizadas de forma agressiva e constante para que fosse resolvido. (RIBEIRO, 1981, p. 128) Mesmo sendo condição básica à integração melhor no mercado de trabalho, para a alfabetização não eram reservadas ações efetivas o que demonstra privilégio à determinada classe e a permanência das condições para a exploração e para desigualdade econômica, ao invés de diminuí-la. “A ignorância é a mãe da indústria, bem como da superstição. A reflexão e a imaginação estão sujeitas ao erro; mas o hábito de mexer o pé ou a mão não depende nem de uma nem de outra.” (MARX, 1979, p. 200)

Por outro lado, o periódico retoma o assunto em relação ao analfabetismo, ao colocar-se contra o voto do analfabeto.

É assim que se pretende estimular a instrução no Brasil - De loucura em loucura, vai sendo destruída a Nação. Os jornais falam do propósito de deputado Armando Falcão que pretende conseguir uma reforma constitucional no sentido de ampliar o direito de voto entendendo-o aos analfabetos. (Tribuna dos Municípios, 13-09-1957)

Pela forma como o jornal justifica a sua posição, pode-se ter um parâmetro da situação da educação brasileira e a incoerência das ações do governo que direcionavam suas propostas ao nível secundário, enquanto o nível primário, a base para todas as modalidades, era defasada.

É mais uma loucura entre as muitas que vêm transformando este país numa casa de doidos. Não basta o baixo nível de instrução que nos desgraça e degrada; a quantidade de ginasianos que não sabem redigir um bilhete; o apreciável número de alunos de Cursos Superiores, que desconhecem as regras comesinhas da sintaxe, a significação dos vocábulos, revelando deplorável indigência mental; e a multidão de demi-analfabetos entregues às histórias em quadrinhos, rasbicadores de assinaturas ilegíveis. Não basta sabermos que nosso país é um dos que apresenta mais baixo índice no tocante à leitura [...] Não; tudo isso é pouco e os Sr. Armando Falcão quer proclamar constitucionalmente: "Brasileiros, não sejam tolos ; nada de queimar as pestanas; em nada se deve distinguir o alfabetizado do analfabeto; todos são iguais e com os mesmos direitos". Se porventura o senhor Falcão conseguisse o que almeja, então para complementar a sua genial providência, teríamos de fechar todas as escolas de alfabetização de adultos, pois entre os motivos que a estes sugerem a necessidade de aprender a ler está a de se poderem qualificar como eleitores. (Tribuna dos Municípios, 13-09-1957)

Demonstrando com evidência o conservadorismo do seu posicionamento, relaciona o ato de ler e escrever e a influência destes na qualificação de bons eleitores. Sem um maior aprofundamento, o jornal não analisa a ideologia implícita do Estado burguês nesse tema, ideologia esta apoiada no sufrágio universal, enfim, no direito ao voto, criando condições necessárias à reprodução das relações de produção capitalista.

[...] a classe possuidora domina diretamente através do sufrágio universal. Enquanto a classe oprimida, portanto, em nosso caso, o proletariado, ainda não estiver madura para a sua autoliberação, ela há de reconhecer, em sua maioria, a ordenação existente como a única

possível e ser, politicamente, a cauda da classe dos capitalistas, a sua ala de extrema-esquerda.. (MARX In. FERNANDES, 1989, p. 232)

Todavia, esta crítica à forma liberal democrática estende-se apenas à antipatia ao partido comunista que inclui nas suas propostas o voto do analfabeto. Não há uma análise sobre as conseqüências do analfabetismo e da falta de ações efetivas para a escolarização da maioria da sociedade, bem como a elitização do ensino.

Cumpre acentuar – e isto é o mais importante – que o Partido Comunista inclui no seu programa o voto aos analfabetos. Baste esse fato para se prever todo o alcance da medida tão estapafúrdia. Os comunistas, que querem anarquizar o nosso país para mais facilmente o levarem aos céus de que locupletará a Rússia Soviética, sabem perfeitamente a razão pela qual lhes é conveniente o voto aos analfabetos. (Tribuna dos Municípios, 13-09-1957)

Observa-se, no artigo acima, a defasagem entre a realidade educacional e o desenvolvimento almejado, ou seja, na distância entre as realidades das escolas e os moldes a serem seguidos, principalmente nas zonas onde a produção capitalista não era tão efetiva em relação aos grandes centros urbanos e industriais. Nesse sentido, a educação relegada ao interior do Brasil e regiões como o Nordeste seguiam uma estrutura e currículo escolar incoerentes à sua realidade. A preocupação com a modernização evidencia esta incoerência, principalmente com relação ao ensino no interior do país, o qual tinha a sua base na agricultura e não na indústria.

É impressionante cada vez mais o problema da educação e da cultura em nosso país. Escolas existem em abundância. Quem se dê ao trabalho de lecionar, também existe. Programas, métodos, novidades em pedagogia surgem a cada passo. Técnicos de educação há em quantidade apreciável. E o problema vai se agravando cada vez mais. Por que será? Alguma coisa deve estar errado. Isso, entretanto, não é novidade nesta terra, onde pouca coisa anda de acordo. O mal está na intervenção da política partidária, na ambição eleitoral, de quem deveria ver, antes e acima de tudo, o interesse da Pátria, com a ambição sublime, de elevar de fato o nível cultural do povo. (Tribuna dos Municípios, 27-06-1954)

Esse texto do jornal pontua a forma incoerente como estavam sendo feitas as reformas e ao mesmo tempo, a falta de conhecimento dos educadores à frente dessas reformas. Também é retomado o mesmo tema, ao dizer que

A desorganização de programas e a falta de conexão de um curso para o outro é um fato alarmante. [...] Onde andavam os “técnicos” de educação, com a cabeça quando elaboraram tais programas? E as reformas que reformam as “reformas”, cada vez piorando mais. (Tribuna dos Municípios, 10-03-1956)

Em seguida, o texto continua a relatar tal fato, quando novamente diz que:

Em qualquer parte onde encontramos pessoas sensatas discutindo problemas que nos afligem, ouvimos a mesma afirmativa. – Como está, não pode continuar...- Assim como vai, não tem mais jeito...E concluímos que de-fato, está na hora de mudar. O povo sabe a força que tem nas mãos e vai dizer um BASTA na palhaçada que existe em diversos setores da vida nacional. Nada vai bem neste país, não ser o esbanjamento em orgias oficiais, com bailes de gala, banquetes custosos com casaca e tudo, automóveis de chapa branca, a confusão dos ministérios, das secretarias de estado, transformados em “iscas” partidárias, com demagogias de verbas orçamentárias, a perda de tempo administradores em confabulações político-partidárias em detrimento da administração e, sobre tudo isso, o sorriso clássico, fotogênico para propaganda impressa. O ensino está anarquizado e a culpa não é dos heróicos professores, nem da maioria dos diretores idealistas. São as reformas anuais, feitas a joelho, por quem nunca talvez tenha exercido o magistério secundário. As finanças são estudadas por técnicos improvisados e que desconhecem a realidade nacional. Pensam que o Brasil é o Rio-de-Janeiro e chegam ao absurdo de afirmar que o aumento do petróleo não elevará o custo de vida [...]. (Tribuna dos Municípios, 26-03-1955)

A educação, como aparelho ideológico, era pensada tendo em vista a economia da época e, enquanto, nesta, os debates giravam em torno do capital estrangeiro e o posicionamento do Estado, simultaneamente, na educação, as discussões giravam em torno da questão do posicionamento do Estado em relação ao ensino público e ao ensino privado, principalmente no que dizia respeito aos financiamentos direcionados à educação. Os reflexos da

economia e a influência do capitalismo e das idéias liberais estavam permeando os conflitos educacionais.

Esses debates foram intensificados com a elaboração de um anteprojeto, no qual constaria as diretrizes e bases da educação nacional, conforme a determinação da Constituição de 1946. A Constituição estabelecia ao Governo Federal, no artigo 150, “[...] fixar um plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados, e coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país”. (RIBEIRO, 1982, p. 107), plano este que só seria aprovado em 1961.

Nessas discussões, voltaria à tona a questão ideológica, já anteriormente iniciada, em 1920, sobre a relação entre a Igreja e o Estado diante da educação, isto é, diante do destino da escola pública que havia crescido nos anos 40 e 50.

A velha questão da laicidade do ensino apresentava-se com outras vestes. (ROMANELLI, 2005, p. 177) Para tanto, a discussão sobre a lei geral da educação daria margem a um conflito entre defensores da escola pública e defensores do ensino privado, assim, os conservadores católicos voltariam a reivindicar seus interesses.

Os defensores das escolas particulares defendem a idéia de que o Estado, ao invés de criar escolas, deveria financiar as particulares para que estas se tornassem gratuitas e os pais tivessem direito à escolha da escola. [...]. A isso os defensores da escola pública respondem afirmando que o real problema dos pais brasileiros é arranjar escola para seus filhos e não escolher entre as que existem. As famílias que têm a preocupação de que seus filhos estudem em tal ou qual escola são uma minoria e socialmente bem colocados, podendo pagar por tal privilégio. (RIBEIRO, 1982, p. 152)

Para os conservadores, era preciso obter o monopólio educacional que haviam perdido com o advento da República e, conseqüentemente, a sua ideologia. Já os defensores do ensino público, argumentavam que o ensino gratuito e obrigatório possibilitava às camadas populares uma via de acesso à participação na vida econômica, de forma menos discriminante, como também a participação política mais consciente, e conseqüentemente minando as bases políticas da elite.

Reacendia a luta, agora revestida de maior complexidade. No momento em que se ia votar a primeira lei geral da educação do país, as velhas forças conservadoras conseguiram arregimentar-se com eficácia no plano da organização e da ação, para voltar à carga, já não para assumir o controle da orientação religiosa dos alunos nas escolas oficiais, mas para conseguir muito mais que isso. A questão da laicidade estava ultrapassada. Agora era preciso obter mais, se possível, tudo o que se perdera com o advento da República. (ROMANELLI, 2005, p. 177)

Mesmo com as divergências ideológicas e versões diferentes, principalmente em relação ao posicionamento do Estado, o objetivo comum dos dois grupos era de manter os ideais liberais do capitalismo, tendo em vista que o Estado “[...] é uma instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe”.(BOTTMORE, 2001, p. 133)

Sendo assim, a escola pública, atrelada aos interesses do Estado e aos ditames do mercado, mais precisamente à educação estatal, também está vinculada aos interesses privados, na medida em que o Estado se associa às classes dominantes, exercendo uma função importante como regulador da luta de classes e da ordem social. (SANFELICE, 2005, p. 181)

Nessa perspectiva, a educação estatal tem como objetivo a garantia de certas condições para que os trabalhadores possam vender sua força de trabalho, longe de ser uma educação pública, como sendo aquela que é “relativa, pertencente ou disseminada ao povo, à coletividade: opinião pública; bem-estar público, movimento público”.(FERREIRA, 1999, p. 1414)

Este conflito ampliou-se para toda a sociedade e, assim, vários partidos ideológicos se envolveram tomando posições divergentes. O jornal, em relação a esse tema, coloca-se, mesmo de forma sutil, como defensor do ensino privado quando diz que sente falta das “[...] célebres escolas particulares, onde os pais mandavam com gosto os filhos e que aprendiam de fato”(Tribuna dos Municípios, 23-03-1957). Muitas destas escolas estavam sob a tutela da Igreja, o que evidencia a ideologia idealista expressa pelo periódico.

É precisamente esta contradição (entre o interesse do indivíduo e o interesse coletivo) que faz que o interesse coletivo adquira, na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e tome simultaneamente a

aparência de comunidade ilusória, mas sobre a base concreta dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal, tais como: laços de sangue, língua, divisão do trabalho em larga escala e outros interesses; e entre esses interesses ressaltam particularmente os interesses das classes já condicionadas pela divisão de trabalho que se diferenciam em qualquer agrupamento deste tipo e entre as quais existe uma que domina as restantes, daqui se depreende que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., etc., são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes em si. (MARX, 1979, p. 39)

O jornal também comprova sua posição a favor dos defensores da escola privada, ao criticar os defensores da escola pública, *“Os chamados grandes pedagogos brasileiros, através do INEP, anarquisaram com o ensino em nossa Pátria. A sua inspiração é de Dewey [...]”* (Tribuna dos Municípios, 01-08-1958), responsabilizando-os, em parte, pelo comportamento da juventude que estava sob a influência pragmatismo americano.

Mais adiante, o artigo continua a mostrar a sua ligação com a ideologia da Igreja, ao dizer que a solução para a anarquia em que se encontrava a educação *“está no retorno do homem a Cristo.”* (Tribuna dos Municípios, 01-08-1958) Critica a educação moderna, defendida pelos Pioneiros da Escola Nova, quando diz que:

Há quem admire muito a falta absoluta de educação da infância e juventude de hoje e chame de educação moderna. Mas como? Educar é selecionar, é orientar, é aperfeiçoar integralmente as novas gerações é transmitir a polidez, a cortesia, a civilidade e nunca foi nem será, a volta ao tempo da caverna, a extinção das boas qualidades [...]. Crianças, jovens, não deixem que a chamada educação moderna tome conta de vocês [...]. (Tribuna dos Municípios, 18-06-1959)

As ideologias que se confrontavam, conservadores e progressistas, apesar de em seus discursos deixarem claro seu posicionamento em relação ao ensino no que diz respeito à democratização, bem como os interesses comerciais que estavam em jogo, tinham em comum a

[...] incompreensão e o temor da Democracia.. Ambas não encaravam como “valor” nem a ordem social democrática, nem os seus requisitos dinâmicos, entre os quais sobreleva a educação popular. Para ambas, a desigualdade econômica, política e social é uma condição natural, que não

precisa ser combatida e muito menos compensada pela distribuição equitativa da instrução. Elas não vêm no “estado democrático” senão uma fachada, conveniente para arranjos que removem antigos privilégios ou fomentam outros novos, porventura ainda mais desumanos. (ROMANELLI, 2005, p. 190)

Mesmo com os grandes debates, que movimentaram o contexto educacional e possibilitaram a oportunidade de repensar as diretrizes para o ensino nacional, os interesses de classes, muitas vezes implícitos, estavam presentes nos grupos que discutiam os rumos da educação, que sobre o prisma de suas concepções, planejavam e idealizavam a educação sem verificar a realidade brasileira.

[...] a verdadeira riqueza intelectual do indivíduo depende inteiramente das suas condições reais. Os indivíduos particulares devem ser libertos das suas múltiplas limitações nacionais e locais, e entrar em relações práticas com a produção do mundo inteiro (incluindo a produção intelectual) e estar em condições de gozar da produção universal do mundo inteiro (criação dos homens). (MARX, 1978, p. 179)

Peculiar do liberalismo, a educação continuaria elitista, “[...] é preciso uma mudança das condições para criar um sistema de instrução novo; por outro lado, é preciso um sistema de instrução já novo para poder mudar as condições sociais. (MARX, 1979, p. 224).

Entretanto, as reformas só mantiveram, sob a égide da modernidade, a conservação da dominação. Pode-se observar tal situação pela divisão dentro da própria classe de intelectuais.

A divisão do trabalho, que acima já encontramos como um dos poderes principais da história até hoje, externa-se agora também na classe dominante como divisão entre o trabalho material e o intelectual, de maneira que dentro dessa classe uma parte entra em cena como os pensadores dessa classe (os ideólogos que a projetam ativamente em pensamento, que fazem da elaboração da ilusão dessa classe sobre si mesma o ramo principal da sua subsistência), ao passo que os outros se comportam mais passiva e receptivamente diante destes pensamentos e ilusões por serem, na realidade efetiva, os membros ativos dessa classe e por disporem de menos tempo para ter ilusões e pensamentos sobre si mesmo. (MARX, In. FERNANDES, 1989, p. 207)

Sendo assim, aos professores, os que realmente executariam as reformas e, ao mesmo tempo, sofreriam as suas conseqüências, diante da sua

precária formação, restavam aceitar o que lhe era imposto pelos técnicos de educação.

O mal está na pressa com que se fazem programas de ensino, nas transformações de métodos na improvisação do professor, na improvisação de técnicos, que se formam em cursos intensivos, de poucos dias. A improvisação é o maior mal. A intervenção política é quase sempre a culpada pela improvisação, trocando-se muitas vezes capacidades por afilhadismos. É tempo já de se dar independência à educação e à cultura, nomeando-se para o Ministério e para as secretarias, professores renomados, que tenham vindo, desde o curso primário, fazendo a sua carreira de estudos, de sacrifícios, de experiências no trato diário das aulas. E nas reformas do ensino, deve-se procurar o conjunto e não fazê-las precipitadamente, sem conexão.(Tribuna os Municípios, 27-06-1954)

O que se observa diante dessa alienação do professor, e mesmo diante da improvisação sinalizada pelo jornal, é a ideologia do Estado burguês, dado que a educação é um de seus aparelhos ideológicos e os professores os perpetuadores da hegemonia.

[...] muitos (professores) não têm nem um princípio de suspeita do “trabalho” que o sistema (que o ultrapassa e esmaga) os obriga a fazer, ou, que é pior, põem todo seu empenho e engenhosidade em fazê-lo de acordo com a última orientação (os famosos métodos novos). Eles questionam tão pouco que contribuem, pelo seu devotamento mesmo, para manter e alimentar esta representação ideológica da escola, que faz da Escola hoje algo tão “natural” e indispensável, e benfazeja a nossos contemporâneos como a Igreja era “natural”, indispensável e generosa para nossos ancestrais de alguns séculos atrás. (ALTHUSSER, 1985, p. 81)

Esta alienação, um poder estranho que se opõe, possibilita o controle e a continuidade da desigualdade social. Os professores, sem mesmo perceber tal alienação, colocam-se a serviço dos interesses da classe dominante e auxiliam na sua manutenção.

Com efeito, desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada indivíduo tem uma esfera de actividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; é caçador, pescador, pastor ou crítico e não pode deixar de o ser se não quiser perder os seus meios de subsistência. (MARX, 1979, p. 41)

Alienação esta, que se estendia a toda sociedade e que impossibilitava uma reflexão mais efetiva sobre os problemas educacionais, colocando como causa fatos fora do contexto, generalizados e impregnados da ideologia dominante, como se observa no artigo do periódico.

Todos concordam perfeitamente na decadência formidável do ensino no Brasil. A causa não está apenas nos programas desajustados e mal feitos, que mais parecem destinados à anarquia geral; não está somente na má formação dos professores de curso primário, onde as escolas normais, de um modo geral, perderam aquele ideal tão necessário a um curso de tamanha responsabilidade; não está na nomeação de alunas para regente de ensino, sem ainda o preparo para tão alta missão; não é responsável só a malfadada política partidária que se intromete onde não lhe diz respeito; não devemos culpar somente os professores improvisados dos cursos secundários que, desprovidos de ideal sem conhecimento da chama ardente do amor ao próximo, transforma missão, em profissão; não será, ainda, só o preço exorbitante do livro didático, que muda de colégio para colégio, numa confusão danada. A causa do descalabro está também, na péssima alimentação das criancinhas pobres. É de cortar o coração. A grande maioria, de pés descalços, saem pela manhã, apenas com uma xícara de chá, sem qualquer alimento sólido. Isto acontece, não apenas no mato, mas nas próprias cidades. E sabemos que o restante de sua alimentação, de um modo geral, pode encher o estômago, mas alimenta pouco. Meditemos bem. Terá ânimo para o estudo, para o esforço mental, uma criança assim, desnutrida? Absolutamente, não! E a casa onde moram? Convém não esquecer que uma grande parte, habita casebres onde existe apenas um quarto para sete a oito pessoas e uma cosinha que é também sala às vezes, quarto para parentes visitantes. Terá ambiente para estudo, para o preparo de lições, uma criança que vive dessa maneira? É extremamente doloroso pensar nisso tudo, mas é a verdade clara. Grandes capacidades, inteligências raras são perdidas dessa maneira. (Tribuna dos Municípios, 16- 03- 1957)

O jornal aponta, nesse texto, os problemas dentro da educação como, por exemplo, professores mal formados, incoerência no ensino e a influência partidária, porém não faz uma abordagem que efetivamente demonstre a ideologia do Estado a serviço da classe dominante, a partir do seu aparato, a educação. Cabe lembrar que esse periódico também se mantinha com a regularização do Estado, portanto não lhe era válido demonstrar abertamente as contradições que se colocavam na sociedade, entre elas apenas a preparação às elites.

[...] o descompasso original e persistente entre a produção cultural e o progresso econômico e entre o progresso econômico e o desenvolvimento social acarretou a manutenção da dependência para o progresso e acabou perpetuando o saber como instrumento de fortalecimento do poder de uma classe dominante que urgia não sucumbir de todo ao imperialismo e não se deixar destituir internamente pela miséria que engendrava. Foi assim que “educar para o progresso” se traduziu em “educar para o comando”. E a escola brasileira se viu solicitada a reforçar a sua função de preparar as “elites condutoras” para absorver e administrar a dependência e garantir internamente o seu domínio, pela direção eficiente da máquina estatal, e a sua hegemonia, pelo monopólio dos instrumentos de elaboração e expressão de idéias e valores.(XAVIER, 1990, p. 147)

Como toda a imprensa, esse jornal local, mesmo de forma sutil, seguia a ideologia do Estado, todavia a análise de suas notícias nos dá a possibilidade de visualizar as questões educacionais, as transformações, os impasses da sociedade brasileira em suas demais realidades, enfim, compreender a educação não apenas nos ambientes no qual esta era determinada e pensada, mas também nos vários locais onde era debatida e interpretada, enfim, na sua totalidade.

Muito se tem escrito sobre a educação e seu movimento mais amplo, suas leis e determinações, entretanto, como esta era compreendida e vivenciada nos mais diferentes espaços, principalmente no interior do Brasil, ainda se faz necessária, e a análise da imprensa, sem grandes proporções, pode auxiliar neste sentido.

CAPÍTULO III

O JORNAL TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS³² E OS TEMAS MAIS ENFOCADOS

*À procura de uma relíquia sagrada
eu voltei pela estrada do tempo.*

*Em vez do turíbulo sacrossanto
onde foi queimado o incenso
de minhas esperanças
encontrei dois poços profundos
transbordantes de um líquido precioso:
... eram os olhos do poeta!*

Antonio Lopes Júnior

3.1 - O jornal *Tribuna dos Municípios*

O jornal *Tribuna dos Municípios* surge em uma época, em 1954, que mudanças nos padrões de vida como: a crescente participação da mulher, a produção automatizada, a popularização no consumo, os eletrodomésticos, a produção automobilística, o cinema e a televisão, contribuíram para intensificar o ritmo das produções e conseqüentemente a exploração do trabalho, reflexo da influência pós-guerra do capitalismo americano e do momento de desenvolvimento do país.

Este periódico era um semanário mantido e custeado pelo editor e pela arrecadação de assinaturas, exemplo do jornal que ainda mantinha as características da imprensa artesanal, baseado mais no jornalismo literário, de doutrina e de opinião, no qual o comentário pessoal, principalmente do editor, era transmitido de forma objetiva, e sua ideologia era diretamente demonstrada.

³² Os dados sobre o jornal *Tribuna dos Municípios* foram fornecidos por Carlos Alberto de Sotti Lopes e prof. Zélia Marochi, filhos de Antonio Lopes Júnior, proprietário do periódico.

FIGURA 17

Foto de Antonio Lopes Junior lendo jornal



Fonte: professora Zélia Marochi

Esse jornalismo de opinião ainda era visto nas cidades do interior, que continham um ritmo de vida mais pacato em relação aos grandes centros urbanos, sem a necessidade da escala industrial que os grandes jornais estavam adotando e a rapidez em disseminar as notícias, agora de forma mais sintéticas e com a transmissão mais impessoal da informação.

[...] pode-se qualificar o jornalismo como um gênero de trabalho intelectual que serve como instrumento veiculador e manipulador de interesses públicos – privados – políticos - empresariais, culturais-ideológicos. Como instrumento veiculador e manipulador, está portanto destinado a atuar na vida social. Em consequência, o jornalismo não é algo neutro aos acontecimentos, às informações ou às concepções.” (ARAÚJO, 2002, p. 98)

O jornal, além da circulação local, também era vendido para outras regiões, principalmente nas cidades circunvizinhas: Teixeira Soares, Palmeira, Rio Azul, Mallet, Paulo Frontin, São Mateus do Sul, Porto Amazonas, Inácio Martins, Imbituva, Prudentópolis. Já na primeira edição, o editor expõe sobre sua pretensão de trabalhar em prol dos municípios da região,

‘Tribuna dos Municípios’ vem colaborar pela elevação cultural de Irati e batalhar com ardor pelos municípios do interior que vivem, longe do cimento armado, com falta de tudo o que sobeja nas grandes cidades. (*Tribuna dos Municípios*, 24-05-1954)

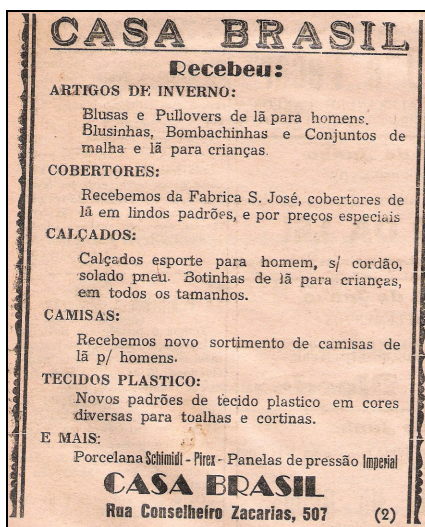
O Jornal *Tribuna dos Municípios* foi inicialmente impresso na Gráfica Martins, em Irati, para mais tarde passar a ser editado na Gráfica e Editora Lítero-Técnica, variando sua tiragem entre 1.200 a 2.500 exemplares.

Do ponto de vista temático, possuía uma diversidade de assuntos envolvendo literatura, educação, culinária, filosofia, assuntos sociais, crônicas e esportes, entretanto, seu ponto mais forte era a política, principalmente a política nacional. Fiel às convicções ideológicas do editor, principalmente de cunho conservador, os artigos e notícias também dos colaboradores, ora se colocavam a favor do Estado, ora contra esse, porém não de forma diretamente, em virtude de sua própria dependência.

No primeiro ano, as publicidades limitavam-se apenas ao comércio local, como lojas de armarinhos, confecções, oficinas de automóveis, lojas de eletrodomésticos. Entretanto, em 1955, já é possível verificar a influência do capitalismo, a partir das propagandas de grandes empresas como Brastemp, Ford, Philips, General Motors do Brasil S.A. Dodge, inserindo-se, assim, no espaço de exploração comercial e consumismo, preceitos do capitalismo. Ao mesmo tempo que em seus artigos critica a influência dos americanos, do cinema e revistas em quadrinhos, já se usufruía das tramas da publicidades das grandes redes internacionais, pois era uma forma de manter suas edições.

FIGURA 18

Propaganda de 1954- *Tribuna dos Municípios*



Fonte: Casa da Cultura - Irati- PR

FIGURA 19

Propaganda de 1955 - Tribuna dos Municípios



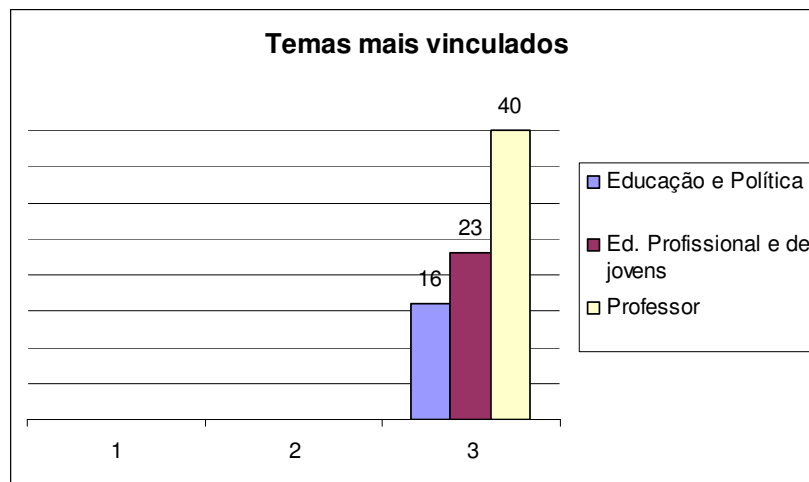
Fonte: Casa da Cultura – Irati- PR

O jornal *Tribuna dos Municípios* encerrou suas atividades em 21 de maio de 1978, após o falecimento do seu proprietário, senhor Antonio Lopes Júnior.

3.2 – Os temas mais abordados sobre a educação no jornal *Tribuna dos Municípios*

As notícias veiculadas sobre a educação no jornal *Tribuna dos Municípios*, demonstram as preocupações, bem como os interesses, os quais não eram apenas pontuais do município onde o jornal era editado, mas sim interesses do movimento mais amplos do país. Podemos verificar que os temas mais enfocados nesse período, de 1954 a 1959, foram os seguintes, como ilustra o quadro a seguir.

QUADRO 1
Notícias de 1954 a 1959



Fonte: Claudia Maria Petchak Zanlorenzi

O quadro acima demonstra a quantidade de veiculação dos temas que tiveram maior proeminência: educação e política (16), educação profissional (23), e professor (26).

É possível observar, a partir dos temas acima, os interesses ideológicos que estavam presentes no contexto brasileiro. O país vivia o processo de consolidação da indústria e para tanto, a intervenção do Estado foi uma forma de concretizar tal direcionamento, pois as ações do governo, principalmente com Jucelino Kubistchek, focavam como meta o crescimento industrial, refletido em todos os setores, e a educação e a imprensa não fogem a regra.

Os temas apresentados, no quadro acima, trazem como um dos eixos principais, a educação profissional, educação e política, presentes tanto nos artigos, no editorial, como nas notícias do jornal *Tribuna dos Municípios*, demonstrando quais eram os assuntos mais proeminentes da época e que eram alvo de discussões. Frequentemente, o periódico retomava questões que envolviam a educação profissionalizante, bem como a falta de coerência nas ações governamentais, que tinham como base os grandes centros.

Ao criticar a forma como estava sendo conduzida a educação profissional, as reformas educacionais, a política do Estado e a valorização do professor, o periódico demonstrava e reafirmava a ideologia do capitalismo.

Com virtude e o estudo por base, e o trabalho por princípio, é a mocidade idealista legião magnífica de fé e esperança, útil à sociedade em que vive, à Nação a que pertence à Posteridade Pátria. (Tribuna dos Municípios, 06-11-1954)

Ser útil à sociedade que se colocava, enfim, à sociedade capitalista e à obediência a esses preceitos, era a garantia para a ordem vigente e a reprodução dos meios de produção. Garantia esta que poderia ser alcançada com a igualdade de oportunidades e que ocultava a meritocracia, objetivo maior da ideologia liberal, na qual a educação foi fator preponderante para a consolidação dessa ordem e para o fornecimento de habilidades técnicas para a reprodução das condições de dominação.

[...] a ideologia educacional lograda foi o produto inevitável da consciência burguesa e liberal possível dentre desse contexto, e adequou o sistema escolar às funções efetivamente exigidas pela sociedade que se produzia na trajetória da consolidação de uma ordem capitalista dependente e excludente. (XAVIER, 1990, p. 144)

Esse preceito de igualdade, cerne do liberalismo, compreende-se na missão de trabalhar e adquirir a propriedade privada, porém apenas àqueles que são capazes de utilizar as oportunidades que igualmente são dispostas como direito natural. Todavia, sabe-se que tal preceito era restrito àqueles que tinham acesso aos bens de produção, ou seja, a classe dominante.

Vamos começar pelo uniforme, dando um distintivo ao aluno para que ele na escola, ou nas ruas, sinta o brio do escolar e do estabelecimento a que pertence. E não venham dizer que há pessoas pobres que não podem comprar uniformes, porque, usando roupas comuns, além de ficar em posição inferior aos que podem mais, o gasto será muito maior que o uso do uniforme. (Tribuna dos Municípios, 06-11-1954)

A igualdade proposta indiretamente, nesse texto do jornal, com vias de unidade e uniformização, intensifica a desigualdade existente no posicionamento social, ou seja, reforça que há os que possuem condições

econômicas melhores. Freqüentar a escola e utilizar o uniforme era, ideologicamente, uma forma de homogeneizar o sistema, demonstrar o direito natural de igualdade e, ao mesmo tempo, ocultar que a educação não garantiria o acesso aos bens por todos.

À educação cabia dar continuidade a essa divisão de classe, para tanto, dividia o ensino naquele destinado aos menos favorecidos - o ensino profissionalizante - e aquele destinado às elites - o ensino superior - mantendo, assim, a divisão entre o trabalho manual e intelectual.

É importante salientar que, nessa década, estava ainda em vigor a Lei Orgânica do Ensino Secundário, redigida pelo então Ministro Gustavo Capanema, em 1942. Tal lei, que abrangeu o ensino secundário e técnico industrial, favorecia a formação da elite, como se observa no discurso do citado ministro:

‘O ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores de concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais no povo (...).’ (RIBEIRO, 1982, p. 137)

A precariedade do acesso a este ensino secundário, bem como ao ensino superior, o qual era destinado àqueles que tinham condições econômicas, vem reforçar a idéia de elitização da educação, expressa na lei. Tal divisão é reforçada no texto do jornal abaixo ao expressar que se um estrangeiro vier ao país,

Encontrará uma infinidade de desempregados, de inadaptados, porque não existindo escolas profissionais nas cidades do interior, mas apenas ginásios, o infeliz que tira o curso liceal, não podendo continuar os estudos em curso superior por deficiência financeira, torna-se um indivíduo praticamente sem profissão, a solicitar, para viver, aquele trágico “qualquer coisa” que é pior dos ofícios. (TM, 23-07-1955)

O reflexo da ideologia desenvolvimentista do Estado brasileiro de aceleração e expansão industrial estava impressa no artigo do jornal *Tribuna dos Municípios*, que fala sobre a educação profissional, assunto amplamente discutido na década de 1950, e que teve mais proeminência, como podemos

verificar nas leis que regiam a educação. O jornal denuncia a contradição das reformas educacionais que estabelecem o ensino profissionalizante, o qual não havia no interior do país, como também o ingresso ao ensino superior destinado à elite. Entretanto, não analisa que tais reformas destinavam-se à consolidação do capitalismo.

A importância do sistema educacional numa situação de crescimento do capitalismo industrial gerou, e gera ainda entre nós, equívocos e controvérsias. Parece tendência comum entre educadores brasileiros a aceitação do pressuposto da vinculação indissolúvel entre o avanço técnico da produção e a qualificação da força de trabalho e entre essa qualificação e a escola. Isso induziu e tem induzido à defesa veemente da reforma educacional como requisito essencial da adequação do sistema à expansão econômica. Segundo essa ótica, o crescimento industrial, na medida em que implica a automação crescente do trabalho, traria consigo a necessidade de qualificação geral da força de trabalho como condição para sua continuidade. (XAVIER, 1990, p. 152)

A importância da profissionalização através do ensino, oficializado pelas reformas educacionais, pontua a educação como um veículo para adaptar as gerações à sociedade que está se desenvolvendo. Enfim, seria através da educação, ou melhor, do ensino profissionalizante, que o país cresceria. O ritmo acelerado da industrialização, o que efetivamente marcaria o capitalismo no país, exigia a formação de um maior contingente de mão-de-obra.

O verdadeiro significado da educação para os economistas filantropos, é a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais possíveis, de tal forma que, se é afastado de um ramo pelo emprego de uma nova máquina, ou por mudança na divisão de trabalho, possa instalar-se noutro lado o mais facilmente possível. (MARX, 1979, p. 75)

Assim, respondendo às exigências da indústria para a formação dos operários dos grandes centros urbanos, o Estado brasileiro estava em consonância com a legislação educacional e com um sistema paralelo ao sistema oficial, como por exemplo, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), que exercia suas funções, desde 1942, e juntamente com outros órgãos que visavam a concretizar uma política educacional de âmbito nacional. (RIBEIRO, 1982, p. 135)

Desta forma, o Estado cumpria o papel de garantir a ordem capitalista, tendo reflexo em todo o país, mesmo nos lugares que não possuíam uma base industrial, dado que deveriam seguir tal legislação. Em contrapartida, as atividades específicas das demais regiões, não eram contempladas, principalmente no interior do país.

Irati, não foge a esta regra, pois era um município onde havia apenas uma escola com ensino secundário com os cursos de Comércio e Escola Normal e estas eram privadas, como também a maior atividade econômica era a agricultura e a maioria da população estava no meio rural. Porém, numa década em que se prezava o avanço industrial e a legislação educacional refletia tal fato, é visível a ideologia da classe dominante.

Pouco a pouco, avançava a hegemonia da cidade, enquanto universo cultural singular, sobre a cultura de tipo agrário. Pode-se mesmo dizer que durante o governo Jucelino Kubitschek de Oliveira a cidade conquistou uma segunda vitória sobre o campo, no sentido de que o poder político passou, e maior escala, às mãos da burguesia industrial. De fato, nesses anos a “cultura da cidade”, enquanto sistema e valores, padrões de comportamento e modo de pensar peculiares às relações de produção geradas industrial e a expansão do setor terciário, passou a exercer uma influência ainda maior nos debates políticos, científicos e artísticos realizados nos centros dominantes do País. A partir dessa época, já não era mais possível reviver – a não ser como anacronismo – a ideologia da “vocação agrária” do Brasil. A indústria, como categoria econômica, política e cultural passara a dominar o pensamento e a atividade dos governantes, e das classes sociais dos centros urbanos grandes e médios. (IANNI, 1990, p. 177)

O foco era a industrialização, todavia havia regiões do país sem estrutura mínima que viesse dar sustento ao tão desejado desenvolvimento, como, por exemplo, a precariedade na saúde e educação, dando margem ao êxodo rural, já que as oportunidades estavam nos grandes centros urbanos.

O Sertão não tem conforto. Não tem médico, não tem farmácia. As escolas de modo geral, não têm professor à altura da alta e dignificante missão de ensinar às crianças rurais. A vida do lavrador é, atualmente, a pior possível e a lavoura vai se despovoando cada vez mais. [...] Com dolorosa amargura verifica que fora traído pelo fascínio da cidade, como as mariposas são atraídas pela luz da lâmpada, que se apaga depois para deixá-la abandonada. É preciso um sentido novo de vida em todos os setores de atividade. (T M - 29-06-1956)

Tal incompatibilidade evidencia a contradição do posicionamento do Estado em relação ao processo educacional em todo país, no qual impunha-se a ideologia capitalista sem uma real verificação das bases econômicas de cada região. A educação, como aparelho ideológico do Estado, cumpria, assim, a função de aumentar a produção capitalista, a partir da preparação e exploração da mão-de-obra.

Foram aparentemente as exigências da produção industrial que despertaram os educadores para a crítica do sistema educacional tradicional, que não se mostrava capaz de suprir o mercado com a força de trabalho adequada às atividades industriais em ascensão. Essa constatação, ao invés de evoluir para a compreensão de que nem toda a formação necessária poderia ser realizada pelo sistema escolar, levou à crença na possibilidade de uma correção através da ampla reforma do ensino. Foi o que de imediato reavivou as propostas de renovação do sistema educacional brasileiro nas décadas de 20 e 30 e o que, de certa forma, sustenta ainda hoje nas críticas com relação à “defasagem” do nosso ensino. A questão da produção científica e tecnológica, efetivamente condicionante do processo de avanço da produção industrial, foi relegada em função da presumida prioridade da qualificação para o trabalho. (XAVIER, 1990, p. 154)

Esta incoerência nas reformas educacionais é amplamente denunciada pelo jornal, e neste texto retoma um fato comum na época, a relação entre a insuficiência de tais reformas e o burocratismo típico do Estado burguês.

O ensino está anarquizado e a culpa não é dos heróicos professores, nem da maioria dos diretores idealistas. São as reformas anunciadas feitas nos joelhos, por quem nunca talvez tenha exercido o magistério secundário. (Tribuna dos Municípios, 26-03-1955)

A burocracia cumpria bem o seu papel de disseminar a ideologia do Estado, bem como fazer funcionar as decisões impostas pela classe dominante, não apenas economicamente, mas também intelectualmente. Os reflexos desse posicionamento são vistos nos textos do periódico que freqüentemente aborda temas sobre política e a educação, relatando sobre padrinhos políticos para professores, burocratismo e a incoerência nas matrículas das escolas públicas com falta de vagas.

E o colégio dos filhos? Ele que está no meio da “civilização”. E que o seu filho precisa aprender, a fim de que possa ter um destino melhor. Os pais sabem perfeitamente o preço de uma matrícula e da mensalidade num colégio. Sabem também que os colégios gratuitos no dia que abrem já não têm mais vaga. Estão lotados pelos “influentes”, os “apadrinhados”. Quanta miséria! Quanto crime! Quanta semvergonhice! (TM, 09-07-1955)

Todavia, a crítica estendia-se apenas ao sistema burocrático do Estado e a política de favores, sem uma verificação sobre a hegemonia da classe dominante e os aparelhos ideológicos do Estado contribuindo para esta hegemonia. Para o filho do operário ter um destino melhor, ou seja, fazer parte de uma classe mais privilegiada, deveria estudar, porém a falta de escolas gratuitas não dava esta possibilidade. Deixar a educação apenas àqueles que faziam parte da classe dominante era dar continuidade ao poder nas mãos dos mesmos, que contribuiriam para a manutenção do capitalismo.

São exatamente as condições objetivas que permitem a renovação e ampliação da crítica à educação nos países pobres, pelo menos quando ela é tomada, pela classe dominante conservadora, como instrumento equalizador de oportunidades, que conferindo a todos na sociedade iguais condições para participar na “livre competição” em que se assenta o capitalismo, daria suporte e legitimidade à apregoada meritocracia capitalista. (ROSSI, 1978, p. 79)

Pode-se observar as contradições existentes na educação dessa década, ao verificar que o ensino elementar teve um avanço com a “[...] ampliação da rede escolar tanto quanto ao pessoal docente como à matrícula” (RIBEIRO, 1982, p. 146), entretanto, já no Ensino Médio a situação era outra, pois “[...]comparando-se a matrícula deste nível com a do elementar, verifica-se que o atendimento é reduzido e a melhora é vagarosa.” (RIBEIRO, 1982, p. 148)³³. Em Irati, especificamente na década de 1950, não havia colégios públicos de ensino médio, como já foi dito acima, então as críticas e os apelos do jornal pela educação profissionalizante ora sinalizava a lacuna do ensino existente no município, como também reforçava a importância de tal educação

³³ Esta análise de Maria Luísa S. Ribeiro em relação a ampliação da matrícula, retratam dados gerais do Brasil.

para a formação da juventude, pois “*O Brasil precisa de homens são para o trabalho.*” (TM, 26-02-1955)

Dando continuidade, as matérias de mais evidência no jornal, sua como a educação dos jovens, outro tema muito discutido no periódico, detinha-se sobre os seus costumes, bem como sobre o cinema e as revistas importadas. Símbolos da influência do imperialismo americano, o periódico resumia a falta de idealismo da juventude e a suas mudanças de comportamento à influência dos filmes americanos e as revistas em quadrinhos.

Terá sido um sociólogo, ou um filósofo, ou apenas um gaiato quem atribuiu à mocidade atual o epíteto em epígrafe: geração “Coca-cola” ? Quem faz parte desta geração?[...] Vamos aos fatos. Quais os lugares mais freqüentados pela gente moça, em nossos dias: os cinemas ou as bibliotecas? Quais as suas leituras prediletas: livros ou histórias em quadrinhos? [...] Geração “coca-cola”, juventude desprovida de idealismo sadio, mocidade sem destino certo [...]. Geração de irresponsáveis, que perderam o contacto com a realidade da vida. Nenhuma geração humana teve uma sina mais deplorável do que a desta juventude, que se colocou sob o irrisório signo de um refrigerante, olhai bem, de um refrigerante somente, e da mais nada. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 19-01-1957)

O jornal coloca em pauta, mesmo que através de sua ideologia conservadora, a questão do consumismo que é um dos princípios para a manutenção do capitalismo. Não analisa com mais profundidade o círculo que estava sendo instaurado neste período em que o capitalismo americano, com veste democrática, vinha ocasionando no Brasil, após a II Guerra Mundial.

Reforçar o consumismo e a circulação de capital era reforçar também a produção e a força de trabalho. É nessa década que os costumes do brasileiro alteram-se, principalmente em relação ao padrão de consumo, dado a intervenção do Estado e a abertura ao capital estrangeiro que direcionou seus investimentos à indústria.

Note-se como se combinam (nessa diretriz de política externa especial para os novos coloniais e dependentes) as razões políticas e econômicas do governo e das empresas mais poderosas dos Estados Unidos, para substituir “o velho imperialismo” pela supremacia norte-americana. O desfecho da Segunda Guerra Mundial havia ampliado bastante as fronteiras internacionais do sistema econômico, político e militar desse país. Ou seja, o recuo dos velhos imperialismos (inglês, francês, belga, holandês, japonês, etc.) havia criado novas perspectivas

e responsabilidades para governo e as grandes empresas dos Estados Unidos. Nessa situação, foi necessário um envolvimento mais ostensivo do governo norte-americano nos assuntos econômicos - financeiros, políticos, militares e técnicos científicos dos povos das “áreas subdesenvolvidos”. (IANNI, 1991, p. 154)

A análise feita pelo periódico não esclarece com mais aprofundamento a influência do imperialismo americano, como também a influência do capitalismo pela circulação de mercadorias e o consumo, e sim se resume à crítica relacionada aos costumes da nova geração e o reflexo de suas atitudes na educação.

Está o brilhante diário paranaense “O Estado do Paraná”, realizando uma enquete a respeito da literatura em quadrinhos, que ultimamente infestou de maneira assombrosa a nossa Pátria. Os erros de português são abundantes; os nomes dos personagens a maioria são estrangeiros; o assunto é o da violência [...]. A criança, ou o jovem, acostumados a essa nefanda literatura, jamais terão coragem de se entregar a uma leitura séria e de fôlego, como necessitam os estudantes para o preparo de suas futuras atividades. O resultado é esse que estamos acostumados a ver todos os dias. Reprovação em massa nos exames vestibulares, ou nos concursos. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 30-03-1957)

Todavia é importante verificar que o acesso a esses materiais era reservado apenas à elite e principalmente analisar que, dado a escassez de colégio de ensino médio público, os que passavam por um vestibular e por um concurso era uma minoria, vindo a afirmar que a crítica feita do jornal, apesar de generalizante, não destinava ao povo em geral, mas sim demonstrava com evidência a sua ideologia conservadora a uma classe dominante, enfim, aquela que tinha acesso a este meio de comunicação.

Vale destacar que, em Irati, havia um contingente grande de imigrantes holandeses, poloneses, alemães, italianos, ucranianos em sua população e que estes se não eram alfabetizados, incentivavam seus filhos irem à escola, inclusive pagando escolas particulares, para os cursos que não haviam escolas públicas.

Esses imigrantes ao chegarem ao país buscaram construir condições de vida que fosse diferenciada do que passaram na Europa, dado que haviam sofrido muito na crise pela falta de condições de trabalho imposta

historicamente e determinada pelo desenvolvimento selvagem do capitalismo que varreu muitos operários de suas terras natal.

A busca pela fortuna e riqueza era uma constante no ideal dos imigrantes, que veio somar ao ideal de ampliação do capital com a autonomia do trabalho, vindo também ao encontro do projeto hegemônico da burguesia proprietária ascendente no país.

O jornal demonstra que a sua circulação era destinada a uma classe mais privilegiada e, dentro dessa classe, podemos destacar a figura do professor que era constantemente tema para artigos e notícias, desde aniversários, homenagens, poesias até artigos mais elaborados.

Ser professor significa estar abrasado de amor ao próximo. Não se compreende de outra forma aquele que dá tudo que possui, a sua cultura, os seus conhecimentos, aos outros, para que caminhem para frente, empreendam novas jornadas e façam novos cursos, enquanto ele fica no mesmo lugar, sofrendo sofrimentos vários, incompreendidos por uns e maltratados por outros, em troca de um rendimento financeiro, abaixo de vários empregos públicos para cujo ingresso não é necessário mais que ser alfabetizado. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 13-10-1956)

O professor era retratado pelo periódico como o profissional que, apesar de não ser valorizado pelo Estado, continuava a sua função com dedicação, que deveria trabalhar com o mínimo para obter o melhor resultado para seus alunos. Comparava a sua desvalorização salarial em relação aos outros profissionais, os quais não era necessária tanta formação, apenas ser alfabetizado. A opinião do jornal em relação àqueles que escolhiam profissão docente destinava-se aos que tinham vocação, porém não expressa que para se tornar professor era preciso pagar por esse ensino.

Ser professor é possuir dentro do peito, um coração enorme, capaz de abrigar centenas de filhos alheios e a todos querer bem e a todos desejar aquilo que ele próprio desejara ser, ou o que ardentemente almeja para os seus filhos. O professor é aquele que esquece a primeira pessoa do singular, porque pensa mais nos outros do que em si próprio. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 13-10-1956)

Todavia, o periódico ao denunciar que tal função, a qual é dedicada tanta gratidão, também é alvo de política partidária, bem como do burocratismo do Estado. As nomeações, em virtude de não haver concurso público, na

época, eram feitas sem critérios de seleção e, muitas vezes, por apadrinhamento político. Ao colocar a professora, principalmente a professora primária, como aquela que tinha a “missão sublime”, destinava à ela a função de abnegadora, idealizando a sua vocação, e reforçando que devia exercer sua profissão com empenho, pois *“somente por amor se conhece o magistério.”*(*TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS*, 01-05/1959), entretanto, a profissão também era foco de incoerências como apadrinhamento.

Não se concebe, pois, em hipótese alguma, que existam professoras nomeadas, recebendo vencimentos, colocadas à disposição de outras repartições, as quais nem sempre aparece, ou mesmo que isso se verifique, estão desviadas da alta missão que lhes foi confiada. E muito menos, ainda, nas chamadas “professoras fantasmas”. (TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS, 01-05 - 1959)

Na década de 1950, ainda era comum ver a ideologia da oligarquia dos coronéis, presentes com outras estratégias, todavia reforçando a hegemonia da classe dominante, como se pode notar nas nomeações dos professores. Vale ressaltar que o ensino secundário era destinado àqueles que poderiam freqüentar uma escola privada e, em Irati, especificamente a Escola Normal funcionava em uma escola particular³⁴. Assim, é possível analisar que muitas professoras eram de uma classe privilegiada e poderiam dar continuidade a essa hegemonia.

Também, podemos analisar a imagem romantizada da professora pelo jornal, como “[...] *a mulher que vem enriquecer a página fulgurante da nossa história* (T M, 24-05-1955), *que esquece a primeira pessoa do singular, porque pensa nos outros* (Tribuna dos Municípios, 13-10-1956), como também dedicada, singela, dentro dos preceitos da ideologia conservadora. Todavia, nessa década, a imagem da mulher já vinha sofrendo a influência da mulher moderna, principalmente respaldada pelo cinema.

[...] uma realidade fantasiada a partir das informações vindas em abundância dos estúdios da capital do cinema mundial, que estimulavam as moças e senhoras a se espelharem nas estrelas de Hollywood, as quais usavam cosméticos, belas roupas, tinham novas idéias e conquistavam a fama e prestígio social. Mas era sobretudo através da propaganda de produtos que enalteciam a beleza e que

³⁴ Colégio Irati.

reforçavam a idéia de uma nova mulher, agora mais consumista [...]. (SERPA, 2003, p. 19)³⁵

A imagem de modernidade e glamour, veiculada na imprensa destinava-se à elite, que tinha acesso a esses meios impressos, porém bem diferente da maioria das mulheres no restante do país. Por trás destas veiculações é visível a ideologia capitalista como a apologia ao consumismo, por exemplo, nas propagandas de cosméticos e eletrodomésticos.

FIGURA 20

Propaganda eletrodomésticos – Revista *O Cruzeiro* - 1959



Fonte: Casa da Cultura – Irati- Pr

Diante dos temas, aqui apresentados, podemos dizer que o jornal *Tribuna dos Municípios* foi um veículo que proporcionou a análise da sociedade na década de 50, bem como a relação entre Estado e educação, objetivo desta pesquisa. Sem ter os mesmo padrões da vida urbana, o periódico de Irati, demonstra com evidência o movimento do capitalismo e sua repercussão numa região do interior do Brasil e, em alguns artigos, de forma camuflada, a defesa de alguns temas. Podemos compreender, com esta pesquisa, as amarras que

³⁵ Para ler mais sobre a imagem da mulher vinculada na imprensa ler: SERPA, Leoní. **A máscara da modernidade**. Passo Fundo: UPF, 2003.

os jornais sofreram devido às suas próprias dependências e o poder da ideologia do Estado burguês e a sua continuidade, a partir das contradições típicas de uma sociedade liberal, que vinha se afirmando, na qual a educação e a imprensa foram palco para essa hegemonia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa procurou analisar através dos artigos e notícias vinculados no Jornal *Tribuna dos Municípios*, entre 1954 e 1959, o contexto educacional dessa época e a ideologia da classe dominante que tinha como maior objetivo, em uma época considerada Anos Dourados, efetivar o capitalismo.

Os textos retirados do jornal, e após analisados, deram suporte para a verificação do posicionamento do Estado e sua influência em um contexto no interior do país e que refletia os interesses nacionais. Tais textos, mesmo de forma indireta e, muitas vezes, colocando-se em um ideal conservador, dão pistas sobre a manutenção dos ideais capitalistas, típicos dessa década em que no país vinculava-se a necessidade de progresso pela industrialização.

As críticas ao Estado eram feitas no jornal, inclusive atentando a sociedade para o descaso que provinha do capitalismo, porém sem um maior aprofundamento, principalmente no que diz respeito à ideologia da classe dominante, pois de alguma forma o jornal dependia desta, seja para a sua regularização ou para os informes publicitários.

Não podemos deixar de fazer referência aos outros aspectos que cerceiam o jornal e que também devem ser considerados importantes para a construção do pensamento de um determinado período, o qual também disseminava a ideologia e os interesses de um grupo local unidos a um ideal maior. Havia um forte apelo à religião, colocando-a sempre como solução efetiva de todos os problemas que a sociedade estava enfrentando.

Observa-se, assim, a disputa pelo poder e como a imprensa está a serviço desta busca. Como instrumento de propagação de idéias, o Jornal *Tribuna dos Municípios* também era utilizado a favor de uma ideologia, pois era preciso que mais pessoas viessem fazer parte dessa disputa.

No primeiro capítulo, a partir das notícias analisadas, foram realizadas considerações sobre o Estado, na década de 1950, a sua ideologia e como esta era disseminada através de seus aparelhos ideológicos: a educação e a imprensa, mais especificamente. Nesse período, a imprensa tem seu papel reformulado, pois com a influência do jornalismo americano, após II Guerra

Mundial, são feitas alterações, tanto na forma de editar as notícias como também na utilização do poder das agências de publicidades. É importante salientar que essa forma de jornalismo, baseado no jornalismo americano, em concomitância com intervenção do Estado burguês, vieram auxiliar na consolidação do capitalismo e os seus preceitos, entre eles o consumismo.

As concepções e idéias que permeavam a educação, na década de 1950, são discutidas no segundo capítulo. Os temas de cunho escolar eram freqüentemente divulgados no jornal Tribuna dos Municípios, o que possibilita verificar a relação entre o Estado e a educação deste contexto.

Tanto Getúlio Vargas, Café Filho como Jucelino Kubistchek caminhavam para uma economia desenvolvimentista com a abertura aos capitais estrangeiros, na qual a industrialização seria o meio para tal e a educação profissional teria papel efetivo. Diante disso, a educação, como aparelho ideológico do Estado, era um instrumento para a reprodução desses ideais, na qual as reformas, baseadas nos preceitos do liberalismo, eram impostas em todo o país sem que houvesse a participação dos representantes de cada região para identificar as suas reais necessidades. Ao contrário, somente o privilégio de uma determinada classe coube a tarefa política de “educar” àqueles que não sabiam, a fim de que a sociedade se desprendesse das amarras da ignorância e do atraso, seguindo, assim, a trajetória do desenvolvimento.

A partir das críticas do periódico, como também as suas concordâncias e até mesmo as suas lacunas, foi possível observar as propostas educacionais da época, que eram baseadas na industrialização. O jornal contribuiu para uma análise mais atenta das contradições da sociedade e como a educação foi um instrumento utilizado para reforçar e ocultar essas contradições. Dentre elas, destacam-se as reformas educacionais que eram feitas tendo como base os grandes centros urbanos e industriais. Porém estes eram a minoria, enquanto no restante do Brasil, um país de extensão continental, havia regiões sem a mínima infra-estrutura básica, como saúde e educação, o que ocasionou o êxodo rural, típico desta década.

As leis direcionadas à educação tinham como base os aspectos econômicos da década e o pensamento exclusivo de uma parcela da população, a classe dominante, tendo o Estado como interventor. É importante

salientar que os embates ideológicos, entre os reformistas que voltaram à tona neste período, após alguns anos de hibernação, também era uma disputa pelo poder, entretanto, com o mesmo objetivo, o capitalismo.

Como a educação era um assunto discutido com frequência no periódico, no terceiro capítulo, são elencados e analisados os temas que tiveram mais proeminência: educação profissional, educação e política e professor.

Reflexo do contexto histórico, esses temas abordam a forma como estava sendo proposta e pensada a educação brasileira. O jornal *Tribuna dos Municípios* expressa em suas notícias a íntima ligação entre o posicionamento do Estado e a ideologia capitalista, pois ao criticar a burocracia, as reformas educacionais e a política, dá pistas das questões maiores que se colocavam no país nesse período.

Todavia, mesmo denunciando as contradições entre o que era proposto na educação e a sua precariedade das cidades do interior, que ficavam à mercê destas propostas do Estado, o jornal direciona como solução o retorno aos valores expressos na religião como forma de mudança nas atitudes dos indivíduos. Denuncia a falta de ensino profissionalizante aos jovens, sendo este uma forma de atender a sociedade capitalista que estava se formando. Porém, ao mesmo tempo, o *Tribuna dos Municípios* remete suas críticas a esta parcela da população que se colocava desinteressada às influências do capitalismo pelas vias do cinema e das revistas em quadrinhos, colocando os preceitos cristãos como a maneira mais digna de direcionar a juventude.

Ao falar da política, os artigos editados pelo jornal relatavam a incoerência do burocratismo baseado nos interesses do Estado burguês que tem como objetivo a conservação da ideologia da classe dominante. E, neste ínterim, destaca as nomeações dos professores feitas pelas mãos dos padrinhos políticos.

O professor também foi uma figura que teve seu papel em destaque nas notícias do jornal. De forma romântica, a professora primária, mais especificamente, era frequentemente abordada nos artigos, como aquela que colocava a profissão acima de tudo, em concomitância aos preceitos da ideologia conservadora, destacando-se a aptidão. Entretanto, a imagem da

mulher moderna já era vista na grande imprensa, principalmente no que diz respeito ao glamour e ao consumo.

Com esses temas mais veiculados foi possível verificar como a ideologia do Estado - ora de forma evidente, ora camuflada - estava sendo disseminada em todo o país e não apenas nos grandes centros, onde eram baseadas, pensadas e feitas as propostas educacionais. Sendo assim, de alguma maneira, era necessária a propagação e a manutenção dos ideais capitalistas, e mesmo que o jornal em alguns momentos se colocasse como contrário a estes ideais, não poderia abertamente posicionar-se desse modo, pois colocava em risco sua veiculação. Esta era maneira mais utilizada na imprensa, na década de 1950, como estratégia indireta de censura, dando continuidade às idéias da classe dominante.

Finalizando, utilizar a imprensa, mais especificamente o jornal, como objeto de pesquisa, possibilitou uma análise concreta do contexto histórico. É importante salientar o papel do pesquisador que se utiliza desse meio e a clareza que deve ter da imprensa como aparelho ideológico do Estado. Porém, é uma rica fonte para estabelecer as relações através dos discursos que eram veiculados. Mesmo sendo a *Tribuna dos Municípios* um jornal de uma cidade do interior do país, foi possível verificar a influência dos movimentos que se colocavam na sociedade e a força da ideologia do capitalismo, pelas vias da educação, o que demonstra a importância de pesquisas que possam analisar todos os contextos do Brasil, não apenas dos grandes centros urbanos.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALMEIDA, Maria Hermínia. T. e WEIZ, Luiz. **Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição da classe média ao regime militar**. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. V. 04.
- ALTHUSSER, LOUIS. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ARAÚJO, J. C.S. **Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro**. IN: ARAÚJO, J.C.S; JÚNIOR, D.G. (org.). *Novos temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDU-FU, 2002.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**. 3ª ed., São Paulo: IBRASA, 1972.
- BRANDÃO, André Augusto. **Liberalismo, neoliberalismo e políticas sociais**. In: *Serviço social e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.
- BOTTMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento- Brasil: JK-JQ**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- CARVALHO, Marta M.C. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. **Imprensa e ideologia em São Paulo, 1882-1842: matizes do vocabulário político**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CURY, C.R.B. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 4ª edição. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1988.

DEL PIORE, Mary. **O livro de ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001

FERNANDES, Florestan. **K. Marx ; F. Engels**. 3ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora Civilização Brasileira S.A, 1991.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXXI volume. Rio de Janeiro: 1959.

LATTMAN-WELTMN, Fernando. **Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”**. IN. Alzira Alves de Abreu; Plínio de Abreu Ramos (orgs.) A Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LÖWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 6ª edição, São Paulo: Cortez, 1998.

LUSTOSA, Isabel. O nascimento da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MAGALHÃES, Marion Brepohl. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Crítica da Educação e do Ensino**. Lisboa: Moraes Editores, 1978.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã I**. Lisboa: Editora Presença, 1979.

MARX, Karl. **A liberdade de imprensa**. Tradução Brasileira de Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 1980.

MELLO, José Marques. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: vozes, 1985.

MELO, José Marques de. Sociologia da imprensa brasileira. A implantação. Petrópolis: Vozes, 1973.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando A. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. V. 04.

MOTTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1980.

NAGLE, Jorge. **A Educação na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1978.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A Primeira Escola de Professores dos Campos Gerais- Pr**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, 2004.

OLIVEIRA, R. **Sociologia: consensos e conflitos**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

ORREDA, José Maria. **Irati**. Irati: EDIPAR, 1979.

ORREDA, J.M. et alli. **Irati, 70 anos**. Irati: Editora Sul Oeste do Paraná LTDA, 1977.

ORTIZ, Renato. **Sociedade e Cultura**. In: SACHAS, Ignacy. Brasil: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PARIS, Mary Lou. **A educação no Império. O jornal “A Província” (1875-1889)**, dissertação de mestrado. São Paulo, 1980.

Prefeitura Municipal de Irati. **Irati Informações Gerais**, 2001. 1CD: digital.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da História do Brasil: do descobrimento à globalização**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

RAMOS, Plínio de Abreu & ABREU, Alzira Alves. **A Imprensa em transição: o jornalismo nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 4ª ed. São Paulo: Editora Moraes, 1982.

RODRIGUES, Marly. A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1992.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ROSSI, W.G. **Capitalismo e Educação**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

SAES, Décio. **A formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAES, Décio. **República do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANFELICE, José Luís. **A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil**. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (orgs). O Público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; UNISAL, 2005 (Coleção Memória da educação)

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SKDIMORE, Tomás. **De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

SINGER, Paul. **Evolução da Economia e vinculação internacional**. In: SACHAS, Ignacy . Brasil: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Ideologia do Desenvolvimento no Brasil**. Revista Rumos, São Paulo, v.19, p. 14, agosto 1995.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo, SP: Ática, 1982.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

VICENTINO, C. História Memória Viva. 2ª edição, São Paulo: Editora Scipione, 1994.

XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas-SP: Papirus, 1990.

FONTES PRIMÁRIAS:

O Cruzeiro. 1954-1959. Casa da Cultura Irati - PR

O Sul. 1929. Casa da Cultura Irati- PR

Tribuna dos Municípios. 1954-1959. Casa da Cultura Irati - PR

ANEXOS